

II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano

CONCLUSÕES DE MEDELIN

1968

6ª Edição

Edições Paulinas

Introdução

A Igreja latino-americana, reunida na II Conferência Geral de seu Episcopado, situou no centro de sua atenção o homem deste continente, que vive um momento decisivo de seu processo histórico.

Assim sendo, não se acha “desviada”, mas “voltou-se para” o homem, consciente de que “para conhecer Deus é necessário conhecer o homem”. Pois Cristo é aquele em quem se manifesta o mistério do homem; procurou a Igreja compreender este memento histórico do homem latino-americano à Luz da Palavra, que é Cristo. Procurou ser iluminada por esta palavra para tomar consciência mais profunda do serviço que lhe incumbe prestar neste momento.

Esta ramada de consciência do presente volta-se para o passado. Ao examiná-lo, vê com alegria a obra realizada com tanta generosidade: seria este o momento de exprimir o nosso reconhecimento a todos aqueles que traçaram o sulco do Evangelho em nossos países e que estiveram ativamente e caritativamente presentes nas diversas raças, especialmente indígenas, do continente, àqueles que vêm continuando a tarefa educadora da Igreja em nossas cidades e nossos campos. reconhece, também que «nem sempre», ao longo de sua história, foram todos os seus membros, clérigos ou leigos, fiéis ao Espírito de Deus; «também em nossos tempos, a Igreja não ignora quanto se distanciam entre si a mensagem que ela profere e a fraqueza humana daqueles aos quais o Evangelho foi confiado» (GS 43).

Acatando o juízo da história sobre estas luzes e sombras, quer assumir inteiramente a responsabilidade histórica que recai sobre ela no presente.

Não basta, certamente, refletir, conseguir mais clarividência e falar. É necessário agir. A hora atual não deixou de ser a hora da «palavra», mas já se tornou, com dramática urgência, a hora da ação. Chegou o momento de inventar com imaginação criadora a ação que cabe realizar e que, principalmente, terá que ser levada a cabo com a audácia do Espírito e o equilíbrio de Deus. Esta Assembleia foi convidada “a tomar decisões e a estabelecer projetos, somente com a condição de que estivéssemos dispostos a executá-los como compromisso pessoal nosso, mesmo à custa de sacrifícios”.

A América Latina está evidentemente sob o signo da transformação e do desenvolvimento. Transformação que, além de produzir-se com uma rapidez extraordinária, atinge e afeta todos os níveis do homem, desde o econômico até o religioso.

Isto indica que estarmos no limiar de uma nova época da história do nosso continente. É época cheia de anelo de emancipação total, de libertação diante de qualquer servidão, de maturação pessoal e de integração coletiva. Percebemos aqui os prenúncios do parto doloroso de uma nova civilização. E não podemos deitar de interpretar este gigantesco esforço por uma rápida transformação e desenvolvimento como um evidente signo do Espírito que conduz a história dos homens e dos povos para sua vocação. Não podemos deitar de descobrir nesta vontade, cada dia mais tenaz e apressada de transformação, os vestígios da imagem de Deus no homem, como um poderoso dinamismo. Progressivamente, este dinamismo leva-o ao domínio cada vez maior da natureza, a uma mais profunda personalização e coesão fraterna e também a um encontro com aquele que ratifica, purifica e dá fundamento aos valores conquistados pelo esforço humano. O fato de a transformação a que assiste nosso continente atingir com seu 2º pacto todos os níveis da existência, apresenta-se como um signo e uma exigência.

Nós, cristãos, não podemos, com efeito, deitar de sentir a presença de Deus, que quer salvar o homem inteiro, alma e corpo. No dia definitivo da salvação Deus ressuscitará também nossos corpos, por cuja redenção geme agora em nós o Espírito com gemidos indescritíveis. Deus ressuscitou a Cristo e, por conseguinte, todos os que crêem nele. Através de Cristo, ele está ativamente presente em nossa história e antecipa seu gesto escatológico não somente no desejo impaciente do homem para conseguir sua total

redenção, mas também naquelas conquistas que, como sinais indicadores, com voz cada vez mais poderosa, do futuro, vai fazendo o homem através de uma atividade realizada no amor.

Assim, como outrora Israel, o antigo Povo, sentia a presença salvífica de Deus quando ele o libertava da opressão do Egito, quando o fazia atravessar o mar e o conduzia à conquista da terra prometida, assim também nós: novo povo de Deus não podemos deixar de sentir seu passo que salva, quando se diz o “verdadeiro desenvolvimento, que é, para cada um e para todos, a passagem de condições de vida menos humanas para condições mais humanas. Menos humanas: as carências materiais dos que são privados do mínimo vital e as carências morais dos que são mutilados pelo egoísmo. Menos humanas: as estruturas opressoras que provenham dos abusos da posse do poder, das explorações dos trabalhadores ou da injustiça das transações. Mais humanas: a passagem da miséria para a posse do necessário, a vitória sobre as calamidades sociais, a ampliação dos conhecimentos, a aquisição da cultura. Mais humanas também: o aumento na consideração da dignidade dos demais, a orientação para o espírito de pobreza, a cooperação no bem comum, a vontade de paz. Mais humanas ainda: o reconhecimento, por parte do homem, dos valores supremos e de Deus, que deles é a fonte e o fim. Mais humanas, finalmente, e em especial, a fé, dom de Deus acolhido pela boa vontade dos homens e a união na caridade de Cristo, que nos chama a todos a participar como filhas na vida de Deus vivo, Pai de todos os homens”.

Nesta transformação, por trás da qual se anuncia o desejo de passar do conjunto de condições menos humanas para a totalidade de condições plenamente humanas e de integrar cada uma a escala de valores temporais na visão global da fé cristã, tomamos consciência da “vocação original» da América Latina: «vocação de unir em uma síntese nova e genial o antigo e o moderno, o espiritual e o temporal, o que outros nos legaram e nossa própria originalidade.

Nesta Assembléia do Episcopado Latino-Americano renovou-se o mistério de Pentecostes. Em torno de Maria como Mãe da Igreja, que com seu patrocínio assistiu a este continente desde sua primeira evangelização, imploramos as luzes do Espírito Santo e perseverando na oração, alimentamo-nos do pão da Palavra e da Eucaristia. Esta Palavra foi intensamente meditada.

Nossa reflexão orientou-se para a busca de formas de presença mais intensa e renovada da Igreja na atual transformação da América Latina.

Três grandes setores, sobre os quais recai nossa solicitude pastoral, foram abordados em sua relação com o processo de transformação do continente.

Em primeiro lugar, o setor da promoção do homem e dos povos do continente para os valores da justiça, da paz, da educação e do amor conjugal.

Em seguida, nossa reflexão se dirigiu para os povos deste continente e suas elites, que por estarem num processo de profunda mutação de suas condições de vida e de seus valores, requerem uma adaptada evangelização e educação na fé, através da catequese e da Liturgia.

Finalmente, abordamos os problemas relativos aos membros da Igreja. É preciso intensificar sua unidade e ação pastoral através de estruturas visíveis, também adaptadas às novas condições do continente.

As conclusões seguintes são o fruto do trabalho realizado nesta conferência.

1. JUSTIÇA

I. Fatos

Existem muitos estudos sobre a situação do homem latino-americano. O documento de trabalho preparado para esta II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano não será certamente o último. Em todos eles se descreve a miséria que marginaliza grandes grupos humanos em nossos povos. Essa miséria, como fato coletivo, se qualifica de injustiça que clama aos céus. Entretanto, o que talvez não se esclareceu suficientemente é que os esforços que foram feitos, em geral, não foram capazes de assegurar que a justiça seja respeitada e realizada em todos os setores das respectivas comunidades nacionais. As famílias, muitas vezes, não encontram possibilidades concretas de educação para seus filhos; a juventude reclama seu direito de entrar nas universidades ou em centros superiores de aperfeiçoamento intelectual ou técnico-profissional; a mulher reivindica sua igualdade, de direito e de fato, com o homem; os camponeses pedem melhores condições de vida; os produtores, melhores preços e segurança na comercialização; a crescente classe média sente-se atingida pela falta de perspectivas. Iniciou-se um êxodo de profissionais e técnicos para países mais desenvolvidos; os pequenos artesãos e industriais da América Latina são pressionados por interesses maiores e não poucos grandes industriais vão passando progressivamente a depender das grandes empresas internacionais. Não podemos ignorar o fenômeno desta quase frustração universal de legítimas aspirações, que cria o clima de angústia coletiva que já estamos vivendo. A falta de integração sócio-cultural, na maioria de nossos países deu origem a superposição de culturas.

No campo econômico implantaram-se sistemas que encaixaram só as possibilidades dos setores com alto poder aquisitivo. Esta falta de adaptação ao que é próprio e às possibilidades de nossa população, origina, por sua vez, uma freqüente instabilidade política e a consolidação de instituições puramente formais. A tudo isto deve-se acrescentar a falta de solidariedade, que provoca no campo individual e social, verdadeiros pecados, cuja cristalização aparece evidente nas estruturas injustas que caracterizam a situação da América Latina.

II. Fundamentação doutrinária

A Igreja Latino-Americana tem uma mensagem para todos os homens que neste continente têm «fome e sede de justiça. O mesmo Deus que criou o homem à sua imagem e semelhança, criou a terra e tudo o que nela existe para uso de todos os homens, e de todos os povos, de modo que os bens criados possam bastar a todos de maneira mais justa (GS 69), e dá poder ao homem para que solidariamente transforme e aperfeiçoe o mundo (Gên 1,29). É o mesmo Deus que, na plenitude dos tempos envia seu Filho para que feito carne, venha libertar todos os homens, de todas as escravidões a que o pecado os sujeita: a fome, a miséria, a opressão e a ignorância, numa palavra, a injustiça que tem sua origem no egoísmo humano (Jo 8,32-34). Por isso, para nossa verdadeira libertação, todos os homens necessitam de profunda conversão para que chegue a nós o «Reino de justiça, de amor e de paz». A origem de todo desprezo ao homem, de toda injustiça, deve ser procurada no desequilíbrio interior da liberdade humana, que necessita sempre, na história, de um permanente esforço de retificação. A originalidade da mensagem cristã não consiste tanto na afirmação da necessidade de uma mudança de estruturas, quanto na insistência que devemos por na conversão do homem. Não teremos um continente novo, sem novas e renovadas estruturas, mas sobretudo, não haverá continente novo sem homens novos, que à luz do Evangelho saibam ser verdadeiramente livres e responsáveis. Somente a luz de Cristo esclarece o mistério do homem. Sob essa luz, toda a obra divina, na história da salvação é uma ação de promoção e de libertação humana que tem como único objeto o amor. O homem é «criado em Cristo Jesus», feito nele «criatura nova» (2 Cor 5,17). Pela fé e pelo batismo, o homem é transformado, cheio do dom do Espírito, com um dinamismo novo, não de egoísmo, mas de amor que o leva a buscar uma nova relação mais profunda com Deus, com os homens seus irmãos e com as coisas. O amor, «a lei fundamental da perfeição humana, e portanto da transformação do mundo» (GS 32), não é somente o mandamento supremo do Senhor, é também o dinamismo que deve mover os cristãos a realizarem a justiça no mundo, tendo como fundamento a verdade e como sinal a liberdade. Assim é que a Igreja quer servir ao mundo, irradiando sobre ele uma luz e uma vida que cura e eleva a dignidade da pessoa humana (GS 41), consolida a unidade da sociedade (GS 42) e dá um sentido e um significado mais profundo

a toda a atividade dos homens. Certamente, para a Igreja, a plenitude e a perfeição da vocação humana se alcança com a inserção definitiva de cada homem na Páscoa ou triunfo de Cristo, porém a esperança de tal realização definitiva, antes de adormecer, deve «avivar a preocupação de aperfeiçoar esta terra onde cresce o corpo da nova família humana, o que pode, de certa maneira, antecipar a visão do novo século. Não confundimos progresso temporal com Reino de Cristo; entre-tanto, o primeiro, «enquanto pode contribuir a ordenar melhor a sociedade humana, interessa em grande medida o Reino de Deus» (GS 39). A busca cristã da justiça é uma exigência do ensinamento bíblico. Todos os homens, somos apenas humildes administradores dos bens. Na busca da salvação devemos evitar o dualismo que separa as tarefas temporais da santificação. Apesar de estarmos rodeados de imperfeições, somos homens de esperança. Cre-mos que o amor a Cristo e a nossos irmãos será não somente a grande força libertadora da injustiça e da opressão, mas também e principalmente a inspiradora da justiça social, entendida como concepção de vida e como impulso para o desenvolvimento integral de nossos povos.

III. Projeções da pastoral social

Nossa missão pastoral é essencialmente um serviço de inspiração e de educação das consciências dos fiéis, para ajudar-lhes a perceber as exigências e responsabilidades de sua fé, em sua vida pessoal e social. Dentro dessa perspectiva, a Segunda Conferência Episcopal quer evidenciar as mais importantes para os países de nosso continente, tendo em conta o juízo de valor que, sobre a situação econômica e social do mundo de hoje, emitiram os últimos documentos do magistério da Igreja, e que no continente latino-americano tem plena vigência.

I. Orientação da mudança, social

A Igreja latino-americana julga dever orientar-se para a formação de comunidades nacionais, que refletem uma organização global, onde toda a população, porém, especialmente as classes populares, tenha, através de estruturas territoriais e funcionais, uma participação receptiva e ativa, criadora e decisiva, na construção de uma nova sociedade. Essas estruturas intermediárias entre a pessoa e o Estado devem ser organizadas livremente, sem uma intervenção indevida da autoridade ou de grupos dominantes, no seu desenvolvimento e na sua participação concreta na realização do bem comum total. Constituem a trama vital da sociedade. São também a expressão real da liberdade e da solidariedade dos cidadãos.

a) A família

Sem desconhecer o caráter insubstituível da família, como grupo natural, consideramo-la aqui como estrutura intermediária, posto que o conjunto de famílias deve assumir sua função no processo de transformação social. As famílias latino-americanas deverão organizar seu potencial econômico e cultural para que suas legítimas necessidades e aspirações sejam levadas em conta, dentro dos setores onde se tomam as decisões fundamentais, que podem ou promovê-las ou prejudicá-las. Deste modo, assumirão um papel representativo e de participação eficiente na vida de comunidade global. Além da dinâmica que lhes cabe desencadear no conjunto de famílias de cada país, é necessário que os governos estabeleçam uma legislação e uma sábia e atualizada política familiar.

b) A organização profissional

A II Conferência Episcopal Latino-Americana, dirige-se a todos aqueles que, com o esforço diário, vão criando os bens e serviços que permitem a existência e o desenvolvimento da vida humana. Pensamos muito especialmente nos milhões de homens e mulheres latino-americanos, que constituem o setor camponês e operário. Eles, na sua maioria, sofrem, esperam e se esforçam por uma mudança que humanize e dignifique seu trabalho. Sem desconhecer a totalidade do significado humano do trabalho, aqui o consideramos como estrutura intermediária, enquanto constitui a função que dá origem à organização profissional no campo da produção.

c) Empresas e economia

No mundo de hoje, a produção encontra sua expressão concreta na empresa, tanto industrial como rural, que constituem a base fundamental e dinâmica do processo econômico global. O sistema empresarial latino-

americano e, devido a ele, a economia atual, corresponde a uma concepção errada sobre o direito de propriedade dos meios de produção e sobre a finalidade mesma da economia. A em-presa, numa economia verdadeiramente humana, não se identifica com os donos do capital, porque é fundamental-mente uma comunidade de pessoas e unidade de trabalho que necessita de capital para a produção de bens. Uma pes-soa ou um grupo de pessoas não podem ser propriedade de um indivíduo, de uma sociedade ou do Estado. O sistema liberal capitalista e a tentação do sistema marxista, pare-ceriam esgotar em nosso continente, as possibilidades de transformar as estruturas econô-micas. Ambos sistemas atentam contra a dignidade da pessoa humana; um porque tem como pressuposto a primazia do capital, seu poder e sua discriminatória utilização em função do lucro. O ou-tro, embora ideologicamente defenda um humanismo, vis-lumbrava melhor o homem coletivo e na prática se transfor-ma numa concentração totalitária do poder do Estado. De-vedemos denunciar que a América Latina se encontra fecha-da entre essas duas opções e permanece dependente dos centros de poder que canalizam sua economia.

Fazemos, por isso, um apelo urgente aos empresários , às suas organizações e às autoridades políticas, para que modifiquem radicalmente a valorização, as atitudes e as medidas relativas à finalidade, organização e funciona-mento das empresas. Merecem encorajamento todos aque-les empresários que individualmente ou através de suas organizações fazem esforços para integrar suas empresas nas orientações do magistério social da Igreja. Disso tudo dependerá fundamentalmente a mudança social e econô-mica na América Latina, para uma economia verdadeira-mente humana.

Por outro lado, esta transformação será fundamental para o desencadeamento do verdadeiro processo de desen-volvimento e integração latino-americanos. Muitos de nos-sos trabalhadores, se bem que venham adquirindo cons-ciência da necessidade desta transformação, experimentam, simultaneamente, uma situação de dependência ante os sis-temas e instituições econômicas inumanas, situação que, para muitos deles, aproxima-se da escravidão não apenas física, mas também profissional, cultural, cívica e espi-ritual.

Com a lucidez que surge do conhecimento do homem e de suas aspirações, devemos reafirmar que nem a acumulação de capitais, nem a implantação das mais moder-nas técnicas de produção, nem os planos econômicos serão eficazes, para os trabalhadores e para o serviço do homem, se os trabalhadores não tiverem a «unidade necessária de direção e não estiverem incorporados, com todo o empe-nho do ser humano, mediante a «ativa participação de to-dos, na gestão da empresa, segundo formas estabelecidas com acerto» .(GS 68) , assim como nos níveis da macroeco-nomia, decisivos no âmbito nacional e internacional.

Organização dos trabalhadores

Por isso, na estrutura intermediária profissional, a organização sindical rural e operária deverá adquirir a força e a presença suficiente a que os trabalhadores têm direito.

Suas associações deverão ter uma força de solidarie-dade e responsabilidade capaz de fazer valer o direito de sua representação e participação nos meios de produção e no comércio nacional, continental e internacional.

Assim deverão exercer, igualmente, o direito de se fazerem representar política, social, e economicamente, onde quer que sejam adotadas decisões relativas ao bem comum.

Simultaneamente, as organizações sindicais deverão lutar com todos os meios ao seu alcance, para formar moral, econômica e sobretudo tecnicamente, aqueles que fo-rem designados para o exercício dessas responsabilidades.

Unidade de ação

A socialização compreendida como processo sócio-cultural de personalização e de solidariedade crescente, nos induz a pensar que todos os setores da sociedade, mas, nesse caso, principalmente o setor econômico-social, deverão superar, pela justiça e fraternidade, os antagonismos, para se transformarem em agentes do desenvolvimento na-cional e continental. Sem esta unidade, a América Latina não conseguirá livrar-se do

neocolonialismo a que está sub-metida, nem, em consequência, realizar-se com liberdade, com suas características próprias, no campo cultural, sociopolítico e econômico.

Transformação do campo

A II Conferência Episcopal não pretende deixar de expressar sua preocupação pastoral pelo amplo setor camponês, que embora compreendido implicitamente em tudo o que foi dito, requer, por suas características especiais no continente, uma atenção imediata.

Embora se deva considerar a diversidade de situações e recursos em países diferentes, não há dúvida de que existe um denominador comum em todas elas: a necessidade de uma promoção humana para as populações camponesas e indígenas. Esta promoção não será viável se não for realizada uma autêntica e urgente reforma das estruturas e da política agrárias. Esta transformação estrutural e suas políticas correspondentes não podem limitar-se a uma simples distribuição de terras. Torna-se necessário fazer um estudo profundo das mesmas, segundo determinadas condições que legitimam sua ocupação e seu rendimento, tanto para as famílias camponesas como para sua contribuição à economia do país.

Isso exigirá, além dos aspectos jurídicos e técnicos, cuja responsabilidade não é de nossa competência, a organização dos camponeses em estruturas intermediárias eficazes, principalmente em forma de cooperativas e estímulo para a criação de centros urbanos nos meios rurais, que permitam o acesso da população camponesa aos bens de sua cultura, da saúde, desenvolvimento espiritual e de sua participação nas decisões locais e naquelas que incidam sobre a economia e a política nacional.

Esta elevação do meio rural contribuirá para o processo necessário de industrialização e para a participação da massa camponesa nas vantagens de uma civilização urbana.

d) Industrialização

Não há dúvida de que o processo de industrialização é irreversível e necessário à independência econômica e para que possamos nos integrar na moderna economia mundial. A industrialização será um fator decisivo à elevação dos níveis de vida de nossos povos e para que se possa proporcionar-lhes melhores condições para o desenvolvimento integral.

Para isso é indispensável que se revejam os planos e as macroeconomias nacionais, salvando-se a legítima autonomia de nossos países, as justas reivindicações das nações mais fracas e a almejada integração econômica do continente, respeitando-se sempre os inalienáveis direitos das pessoas e das estruturas intermediárias, como protagonistas deste processo.

2. A reforma política

Em face da necessidade de uma transformação global nas estruturas latino-americanas, julgamos que esta transformação tem como requisito a reforma política.

O exercício da autoridade política e suas decisões têm como única finalidade o bem comum. Na América Latina tal exercício e decisões freqüentemente aparecem favorecendo sistemas que atentam contra o bem comum ou favorecem grupos privilegiados.

A autoridade deverá assegurar eficaz e permanentemente, através de normas jurídicas, os direitos e liberdades inalienáveis dos cidadãos e o livre funcionamento das estruturas intermediárias.

A autoridade política tem a missão de proporcionar e fortalecer a criação de mecanismos de participação e de legítima representatividade da população, ou o estabelecimento de novas formas de participação do povo se isso se tornar necessário.

Queremos insistir na necessidade de vitalizar e fortalecer a organização municipal e comunal como ponto de partida para a vida departamental, provincial, regional ou nacional.

A carência de uma consciência política em nossos países torna imprescindível a ação educadora da Igreja, com vistas a que os cristãos considerem sua participação na vida política da nação como um dever de consciência e como o exercício da caridade em seu sentido mais nobre e eficaz para a vida da comunidade.

3. Informação e conscientização

Desejamos afirmar que é indispensável a formação da consciência social e a percepção realista dos problemas da comunidade e das estruturas sociais. Devemos despertar a consciência social e hábitos comunitários em todos os meios e grupos profissionais, seja no que se refere ao diálogo e à vivência comunitária dentro do mesmo grupo, seja no que se refere a suas relações com grupos sociais maiores (operários, camponeses, profissionais liberais, clero, religiosos, funcionários etc.)

A tarefa de conscientizar e educar socialmente, deve cá ser parte integrante dos planos de Pastoral de Conjunto, em seus diversos níveis.

O sentido de serviço e realismo exige da hierarquia de hoje uma maior sensibilidade e objetividade sociais. Para isso se torna imprescindível o contato direto com grupos distintos, social e profissionalmente, em encontros que proporcionem a todos uma visão mais completa da dinâmica social. Tais encontros podem ser considerados como instrumentos capazes de facilitar ao Episcopado uma ação colegiada, útil para a garantia da harmonização do pensamento e das atividades numa sociedade em transformação.

As conferências episcopais proporcionarão a organização de cursos, encontros etc., como meio de integração dos responsáveis pelas atividades sociais, vinculadas à Pastoral.

Além de sacerdotes, religiosos e leigos, poder-se-ia também convidar líderes que trabalhassem em programas nacionais e internacionais de promoção dentro do país. Os institutos destinados ao preparo de pessoal apostólico de outros países, coordenarão suas atividades de pastoral social com os respectivos organismos nacionais; além disso, promover-se-á principalmente, a realização de semanas sociais para elaboração da doutrina social a ser aplicada a nossos problemas. Isso permitirá formar a opinião pública a respeito.

Merecem especial atenção os homens-chave, ou seja, aquelas pessoas que estão em postos de decisão e comando e cujas atitudes repercutam nas estruturas básicas da vida nacional e internacional.

As conferências episcopais, por isso mesmo, através de suas comissões de ação ou Pastoral social, promoverão, junto com outros organismos interessados, a organização de cursos para técnicos, políticos, dirigentes, operários, camponeses, empresários e homens de cultura em todos os níveis.

É necessário que as pequenas comunidades sociológicas de base se desenvolvam para o estabelecimento de um equilíbrio diante dos grupos minoritários, que são grupos que detêm o poder.

Isso só se tornará possível mediante a ativação das mesmas comunidades e dos seus próprios elementos naturais e atuantes, em seus respectivos meios.

A Igreja - Povo de Deus - prestará sua ajuda aos desamparados de qualquer tipo e ambiente social, para que tomem consciência de seus próprios direitos e saibam fazer uso deles. Para tanto a Igreja utilizará sua força moral e procurará a colaboração de profissionais e instituições competentes.

A "Comissão de Justiça e Paz" deverá ser promovida em todos os países, pelo menos em nível nacional.

Deverá ser integrada por pessoas de alto nível moral qualificação profissional e de representatividade nos diferentes setores sociais; deverá ser capaz de estabelecer um diálogo eficaz com pessoas e instituições mais diretamente responsáveis pelas decisões relativas ao bem comum, deverá denunciar tudo o que possa lesar a justiça e colocar em perigo a paz interna e externa das comunidades nacionais e internacionais; ajudará a buscar os meios concretos para conseguir as soluções adequadas a cada situação.

Para o exercício de sua missão pastoral, as conferências episcopais constituirão sua comissão de ação ou pastoral social para a elaboração doutrinária e para assumir as iniciativas na área de atuação da Igreja, como estimuladora da ordem temporal, numa autêntica atitude de serviço. O mesmo vale para os níveis diocesanos.

Além disso, as conferências episcopais e as organizações católicas devem promover a colaboração, em âmbito continental e nacional, com as igrejas e instituições cristãs não-católicas, dedicadas à tarefa de instaurar a justiça nas relações humanas.

“Caritas”, que é um organismo da Igreja (cf. PP 46) integrado na pastoral de Conjunto, não será apenas uma instituição beneficente, mas um organismo que deve inserir-se mais operativamente no processo de desenvolvimento da América Latina, como uma instituição verdadeiramente promocional.

A Igreja reconhece que as instituições de ação temporal pertencem à esfera específica da sociedade civil, ainda quando criadas e dirigidas por cristãos. Nas atuais situações concretas esta Conferência Episcopal sente o dever de atribuir um estímulo especial às organizações que têm como objetivo a promoção humana e a aplicação da justiça.

A força moral e animadora da Igreja estará consagrada, particularmente, a estimular aqueles objetivos e se propõe a atuar, neste campo, a título supletivo e em situações impostergáveis.

Finalmente, a II Conferência Episcopal tem plena consciência de que o processo de socialização, desencadeado pelas técnicas e meios de comunicação social, faz destes um instrumento necessário e muito apto à educação social, à conscientização de acordo com a transformação de estruturas e à vigência da justiça.

Em vista disso, nas tarefas de promoção humana, con-clama sobretudo os leigos a seu adequado cumprimento.

2. PAZ

Primeira parte

A situação Latino-Americana e a paz

«Se o desenvolvimento é o novo nome da paz», o sub-desenvolvimento latino-americano, com características próprias nos diversos países, é uma injusta situação pro-motora de tensões que conspiram contra a paz.

Sistematizamos estas tensões em três grandes grupos, destacando em cada caso aquelas variáveis que, por exprimir uma situação de injustiça, constituem uma ameaça positiva contra a paz em nossos países.

Ao falar de uma situação de injustiça fazemos referência àquelas realidades que exprimem uma situação de pecado; isto não significa de conhecer que, por vezes, a miséria em nossos países pode ter causas naturais difíceis de superar.

Ao realizar esta análise não ignoramos nem deixamos de valorizar os esforços positivos que se realizam em diferentes níveis para a construção de uma sociedade mais justa. Não os incluímos aqui porque nossa intenção é a de chamar a atenção, precisamente, para aqueles aspectos que constituem uma ameaça ou negação da paz.

I. Tensões entre classes e colonialismo interno

1) As diversas formas de marginalização: sócio-econômicas, políticas, culturais, raciais, religiosas, tanto nas zonas urbanas como nas rurais.

2) Desigualdades excessivas entre as classes sociais: especialmente, embora não de forma exclusiva, naqueles países que se caracterizam por um acentuado biclassismo: poucos têm muito (cultura, riqueza, poder, prestígio) enquanto muitos nada têm. O Santo Padre descreve esta realidade ao dirigir-se aos camponeses colombianos: «Sabemos que o desenvolvimento econômico e social foi desigual no grande continente da América Latina; e embora tenha favorecido os que o promoveram, em princípio, des-cuidou da massa das populações nativas, quase sempre abandonadas a um ignóbil nível de vida e por vezes tratadas e exploradas duramente» (Em Mosquera, 23-8-68).

3) Frustrações crescentes: o fenômeno universal das expectativas crescentes assume na América Latina uma dimensão particularmente agressiva. A razão é óbvia: as desigualdades excessivas impedem sistematicamente a satisfação das legítimas aspirações dos setores postergados. Geram-se assim frustrações crescentes.

Semelhante estado de espírito constata-se também nas classes médias que, diante de graves crises, entram em um processo de desintegração e proletarização.

4) Formas de opressão de grupos e setores dominantes: sem excluir uma eventual vontade de opressão elas se exprimem mais freqüentemente numa forma de insensibilidade lamentável dos setores mais favorecidos perante a miséria dos setores marginalizados. Daí as palavras do papa aos dirigentes: «Que vosso ouvido e vosso coração sejam sensíveis às vozes daqueles que pedem paz, interesse justiça . . . » (celebração eucarística no Dia do Desenvolvimento no Congresso de Bogotá).

Não é raro comprovar que estes grupos ou setores, com exceção de algumas minorias lúcidas, qualificam de ação subversiva toda tentativa de modificar um sistema social que favorece a permanência de seus privilégios.

5) Poder exercido injustamente por certos setores dominantes: como uma consequência normal das atitudes mencionadas, alguns membros dos setores dominantes recorrem, por vezes, ao uso da força para reprimir drasticamente toda tentativa de reação. Será muito fácil para eles encontrar aparentes justificativas ideológicas (anticomunismo) ou práticas (conservação da «ordem») para coonestar este procedimento.

6) Crescente tomada de consciência dos setores oprimidos: tudo o que ficou dito torna-se cada vez mais intole-rável diante da progressiva tomada de consciência que os setores oprimidos fazem de sua situação. A isto se referia o Santo Padre quando dizia aos camponeses: «Mas hoje o problema se agravou porque tomastes consciência de vos-sas necessidades e de vossos sofrimentos e não podeis to-lerar que estas condições perdurem sem apresentar-lhes so-lícito remédio» (Em Mosquera, idem). A visão estática des-crita nos parágrafos precedentes agrava-se quando se projeta para o futuro: a educação de base e a alfabetiza-ção aumentarão a tomada de consciência e a explosão de-mográfica multiplicará os problemas e tensões. Não se de-ve esquecer, tampouco, a existência de movimentos de to-do tipo, interessados, cada vez mais, em aproveitar e exa-cerbar estas tensões. Portanto, se hoje a paz já é vista se-riamente ameaçada, o agravamento automático dos pro-blemas provocará consequências explosivas.

II. Tensões internacionais e neocolonialismo externo

Referimo-nos aqui, particularmente, às consequências que traz para nossos países sua dependência de um centro de poder econômico em torno do qual gravitam. Daí resul-ta que nossas nações, cem freqüência, não são donas de seus bens e de suas decisões econômicas. Como é óbvio, isto não deixa de ter suas incidências no plano político, dada a interdependência que existe entre os dois campos.

Para nós interessa assinalar especialmente dois aspec-tos deste fenômeno:

a) ASPECTO ECONÔMICO - Analisamos somente aqueles fatores que mais influem no empobrecimento glo-bal e relativo de nossos países, constituindo uma fonte de tensões internas e externas.

1) Distorção crescente do comércio internacional -- Por causa da perda de preço relativa aos termos de troca, as matérias-primas valem cada vez menos em relação ao custo dos produtos manufaturados. Isso significa que os países produtores de matérias-primas - sobretudo em se tratando de monocultores - permanecem sempre pobres, enquanto os países industrializados enriquecem cada vez mais. Esta injustiça, denunciada claramente pela *Populorum Progressio* (56-61), anula o eventual efeito positivo das ajudas externas; constitui, além disso, uma ameaça per-manente para a paz, porque nossos países percebem que «uma mão tira o que a outra dá».

2) Fuga de capitais econômicos e humanos - A bus-ca de segurança e o critério do lucro individual leva mui-tos membros dos setores abastados de nossos países a in-verter seus lucros no estrangeiro. A injustiça desse pro-cedimento já foi denunciada categoricamente pela *Populorum Progressio* (24) . A isso se acrescenta a fuga de técnicos e pessoal competente, fato tanto ou mais grave quan-to a fuga de capitais, devido ao alto custo de sua formação e valor multiplicador de sua ação.

3) Evasão de impostos e envio de lucros e dividendos - Diversas companhias estrangeiras que atuam em nossos meios (também algumas nacionais) costumam burlar com sutis subterfúgios os sistemas tributários vigentes. Cons-tatamos também que por vezes enviam ao estrangeiro os lucros e os dividendos sem contribuir com adequadas reversões para o progressivo desenvolvimento de nossos países.

4) Endividamento progressivo - Não é raro consta-tar que, no sistema de créditos internacionais, nem sempre são levadas em conta as verdadeiras necessidades e possi-bilidades de nossos países. Corremos assim o risco de afundarmo-nos em dívidas, cujo pagamento absorve a maior parte de nossos lucros (PP 54) .

5) Monopólios internacionais e o imperialismo internacional do dinheiro - Com isso queremos sublinhar que os principais culpados da dependência econômica de nossos países são aquelas forças que, inspiradas no lucro sem freios, conduzem à ditadura econômica e ao «imperialismo internacional do dinheiro» condenado por Pio XI na Quadragésimo Ano e por Paulo VI na Populorum Progressio.

b) ASPECTO POLÍTICO - Denunciamos aqui o imperialismo de qualquer matiz ideológico, que se exerce na América Latina, em forma indireta e até com intervenções diretas.

III. Tensões entre os países da América, Latina,

Denunciamos aqui um fenômeno especial de origem histórico-política, que perturba as relações cordiais entre alguns países e levanta obstáculos a uma colaboração realmente construtiva: sem dúvida, o processo de integração apresenta-se como uma necessidade imperiosa para a América Latina. Sem pretender ditar normas sobre os aspectos técnicos, realmente complexos desta necessidade, julgamos oportuno destacar seu caráter pluridimensional. A integração, com efeito, não é um processo exclusivamente econômico; apresenta-se antes com amplas dimensões, que abrangem o homem total, considerado em sua totalidade: dimensão social, política, cultural, religiosa, racial etc.

Entre os fatores que favorecem as tensões entre os nossos países, salientamos:

1 - Um nacionalismo exacerbado em alguns países -- Já a Populorum Progressio (62) denunciou o que de nocivo tem esta atitude, precisamente onde a fraqueza das economias das nações exige a cooperação comum de esforços, de conhecimentos, de meios financeiros etc.

2 - Armamentismo - Em determinados países, verifica-se uma corrida armamentista que supera o limite do razoável. Trata-se, muitas vezes, de uma necessidade fictícia que responde a interesses diversos e não a uma verdadeira necessidade da comunidade nacional. A propósito, uma frase da Populorum Progressio é particularmente válida: «Quando tantos povos têm fome, quando tantos lares sofrem miséria, quando tantos homens vivem submersos na ignorância, toda corrida armamentista torna-se um escândalo intolerável».

Segunda parte

I. Concepção cristã da paz

A realidade descrita constitui uma negação da paz, tal como a entende a tradição cristã.

Três notas caracterizam a concepção cristã da paz:

1 - A paz é, antes de mais nada, obra da justiça (GS 73) ; ela supõe e exige a instauração de uma ordem justa (PT 167; PP 76) na qual todos os homens possam realizar-se como homens, onde sua dignidade seja respeitada, suas legítimas aspirações satisfeitas, seu acesso à

verdade reconhecido e sua liberdade pessoal garantida. Uma ordem na qual os homens não sejam objetos, senão agentes de sua própria história. Portanto, onde existem injustiça, desigualdade entre os homens e as nações, atenta-se contra a paz (Mensagem de Paulo VI, 1-1-1968) .

A paz na América Latina, não é, portanto, a simples ausência de violências e de derramamento de sangue. A opressão exercida pelos grupos de poder pode dar a impressão de que a paz e a ordem estão sendo mantidas, mas na realidade, não se trata senão do “germe contínuo e inevitável de rebeliões e guerras”(Mensagem de Paulo VI, 1-1-1968).

Não se consegue a paz senão criando uma ordem nova que «comporte uma justiça mais perfeita entre os homens» (PP 76) . Nesse sentido, o desenvolvimento integral do homem, a passagem de condições menos humanas para condições mais humanas é o nome novo da paz.

2 - A paz é, em segundo lugar, uma tarefa permanente (GS 78) . A comunidade humana realiza-se no tempo e está sujeita a um movimento que implica contentemente em mudanças de estrutura, transformações de atitudes, conversão de corações.

A “tranqüilidade da ordem”, segundo a definição agostiniana da paz, não é, portanto, passividade nem conformismo. Não é, tampouco, algo que se adquira de uma vez por todas, é o resultado de um contínuo esforço de adaptação às novas circunstâncias, às exigências e desafios de uma história em mutação. Uma paz estática e permanente pode ser alcançada com o emprego da força; uma paz autêntica implica luta, capacidade inventiva, conquista permanente (Cf. Paulo VI, Mensagem de Natal, 1967) .

A paz não se acha, há que construí-la. O cristão é um artesão da paz (Mt 5,9) . Esta tarefa, dada a situação descrita acima, reveste-se de um caráter especial, em nosso continente; por isso, o Povo de Deus na América Latina, seguido o exemplo de Cristo, deverá enfrentar com audácia e valentia o egoísmo, a injustiça pessoal e a coletiva.

3 - A paz é, finalmente, fruto do amor (GS 78), expressão de uma real fraternidade entre os homens. Fraternidade trazida por Cristo, príncipe da paz, ao reconciliar todos os homens com o Pai. A solidariedade humana não pode ser realizada senão em Cristo, que dá a paz que o mundo não pode dar (cf. Jo 14,27). O amor é a alma da justiça. O cristão que trabalha pela justiça social deve cultivar sempre a paz e o amor em seu coração.

A paz com Deus é o fundamento último da paz interior e da paz social. . . Por isso mesmo, onde a paz social não existe, onde há injustiças, desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais, rejeita-se o dom da paz do Senhor; mais ainda, rejeita-se o próprio Senhor (Mt 25,31-46) .

II. O problema da violência na América Latina

A violência constitui um dos problemas mais graves da América Latina. Não se pode abandonar aos impulsos da emoção e da paixão uma decisão da qual depende todo o futuro dos países do continente. Faltaríamos a um grave dever pastoral se não recordássemos em termos de consciência, neste dramático dilema, os critérios que derivam da doutrina cristã do amor evangélico.

Ninguém se surpreenderá se reafirmarmos firmemente nossa fé na fecundidade da paz. Esse é nosso ideal cristão. “A violência não é nem cristã nem evangélica” (Discurso de Paulo VI em Bogotá, na celebração eucarística do Dia do Desenvolvimento, 23-8-68). O cristão é pacífico e não se envergonha disso. Não é simplesmente pacifista, porque é capaz de lutar (ver Mensagem de Paulo VI de 1-1-1968). Mas prefere a paz à guerra. Sabe que «as mudanças bruscas e violentas das estruturas seriam falhas, ineficazes em si próprias, e certamente em desacordo com a dignidade do povo, a qual exige que as transformações necessárias se realizem de dentro, isto é, mediante uma conveniente tomada de consciência, uma adequada preparação e efetiva participação de todos. A ignorância e as condições de vida, por vezes infra-humanas, impedem hoje que seja assegurada» (Discurso de Paulo VI em Bogotá, na celebração eucarística do Dia do Desenvolvimento, 23 de agosto de 1968) .

Se o cristão acredita na fecundidade da paz como meio de chegar à justiça, acredita também que a justiça é uma condição imprescindível para a paz. Não deixa de ver que a América Latina se acha, em muitas partes, em face de uma situação de injustiça que pode ser chamada de violência institucionalizada, porque as atuais estruturas violam os direitos fundamentais, situação que exige transformações globais, audaciosas, urgentes e profundamente renovadoras. Não é de estranhar, portanto, que nasça na América Latina, “a tentação da

violência» (PP 30). Não se deve abusar da paciência de um povo que suporta durante anos uma condição que dificilmente aceitaria os que têm maior consciência dos direitos humanos.

Em face de uma situação que atenta tão gravemente contra a dignidade do homem e, portanto, contra a paz, dirigimo-nos, como pastores, a todos os membros do povo cristão, para que assumam sua grave responsabilidade na promoção da paz na América Latina.

Desejaríamos dirigir nosso apelo, em primeiro lugar, aos que têm uma maior participação na riqueza, na cultura ou no poder. Sabemos que existem na América Latina dirigentes que são sensíveis às necessidades e procuram remediá-las]. Reconhecem eles que os privilegiados, em seu conjunto, exercem muitas vezes pressão sobre os governantes, com todos os meios de que dispõem, impedindo as mudanças necessárias. Em algumas ocasiões, esta resistência chega a adotar formas drásticas, com destruição de vidas e de bens.

Dirigimo-lhes, pois, um apelo urgente a fim de que a posição pacífica da Igreja não seja invocada pela oposição, passiva ou ativa, para opor-se às transformações profundas que são necessárias. Se mantiverem zelosamente seus privilégios e sobretudo, se os defenderem com o emprego de meios violentos, tornam-se responsáveis, perante a história, por provocar as «revoluções nascidas do desespero» (Discurso de Paulo VI, em Bogotá, na celebração eucarística do Dia do Desenvolvimento, 23 de agosto de 1968). De sua atitude depende, portanto, em grande parte, o pacífico porvir dos países da América Latina.

São também responsáveis pela injustiça todos os que não agem em favor da justiça na medida dos meios de que dispõem, e ficam passivos por temerem os sacrifícios e riscos pessoais que implica toda ação audaz e realmente eficaz. A justiça e conseqüentemente a paz conquista-se por uma ação dinâmica de conscientização e de organização dos setores populares, capaz de urgir os poderes públicos, muitas vezes, impotentes nos seus projetos sociais, sem o apoio popular. Finalmente, nos dirigimos aos que, diante da gravidade da injustiça e da reação ilegítima às mudanças, colocam suas esperanças na violência. Reconhecemos que sua atitude, como diz Paulo VI, “tem frequentemente sua última motivação em nobres impulsos de justiça e solidariedade” (Discurso de Paulo VI, em Bogotá, celebração eucarística do Dia do Desenvolvimento, 23 de agosto de 1968). Não falamos, aqui, por puro verbalismo que não implica em nenhuma responsabilidade pessoal e afasta as ações pacíficas e fecundas imediatamente realizáveis . . . É verdade que a insurreição revolucionária pode ser legítima no caso «de tirania evidente e prolongada que ofendesse gravemente os direitos fundamentais da pessoa e danificasse perigosamente o bem comum do país» (PP 31) - provenha esta tirania de uma pessoa ou de estruturas evidentemente injustas, - também é certo que a violência ou “revolução armada” geralmente «acarreta novas injustiças, introduz novos desequilíbrios e provoca novas ruínas: não se pode combater um mal real ao preço de um mal maior» (PP 31). Se considerarmos, então, o conjunto das circunstâncias de nossos países e levarmos em conta a preferência dos cristãos pela paz, a enorme dificuldade da guerra civil, sua lógica de violência, os males cruéis que provoca, o perigo de atrair a intervenção estrangeira - por mais ilegítima que seja, - a dificuldade de construir um regime de justiça e de liberdade, através de um processo de violência, ansiamos que o dinamismo do povo conscientizado ponha-se a serviço da justiça e da paz. Fazemos nossas, finalmente, as palavras do Santo Padre, dirigidas aos sacerdotes e diáconos em Bogotá, quando referindo-se a todos os que sofrem, lhes disse: «Seremos capazes de compreender suas angústias e transformá-las não em ódio e violência, mas em energia forte e pacífica para obras construtivas».

III. Conclusões pastorais

Diante das tensões que ameaçam a paz, chegando inclusive a insinuar a tentação da violência; diante da concepção cristã da paz que ficou descrita acima, cremos que o Episcopado latino-americano não pode deixar de assumir responsabilidades bem concretas, porque criar uma ordem social justa, sem a qual a paz é ilusória, é uma tarefa eminentemente cristã. A nós, pastores da Igreja, cumpre educar as consciências, inspirar, estimular e ajudar a orientar todas as iniciativas que contribuem para a formação do homem. Cumpre-nos também denunciar todos aqueles que ao irem contra a justiça, destroem a paz. .

Neste espírito cremos oportuno avançar as seguintes linhas pastorais:

- 1) Despertar nos homens e nos povos, principalmente através dos meios de comunicação social, uma viva consciência da justiça, inspirando-lhes um sentido dinâmico de responsabilidade e solidariedade.
- 2) Defender segundo o mandato evangélico o direito dos pobres e oprimidos, urgindo nossos governos e classes dirigentes que eliminem tudo quanto destrói a paz social: injustiça, inércia, venalidade, insensibilidade.
- 3) Denunciar energicamente os abusos e as injustiças, conseqüências das desigualdades excessivas entre ricos e pobres, entre poderosos e fracos, favorecendo a integração.
- 4) Fazer com que nossa pregação, catequese e liturgia tenham em conta a dimensão social e comunitária do cristianismo, formando homens comprometidos na construção de um mundo de paz.
- 5) Procurar que em nossos colégios, seminários e universidades se forme um sadio espírito crítico da situação social e se fomente a vocação do serviço. Consideramos ainda de grande eficácia as campanhas de nível diocesano e nacional que mobilizem a todos os fiéis e organizações levando-os a uma reflexão similar.
- 6) Convidar também as diversas confissões e comunidades cristãs e não-cristãs a colaborarem nesta fundamental tarefa de nossos tempos.
- 7) Encorajar e favorecer todos os esforços do povo para criar e desenvolver suas próprias organizações de base, para a reivindicação e consolidação de seus direitos na busca de uma verdadeira justiça.
- 8) Pedir o aperfeiçoamento da administração judicial cujas deficiências freqüentemente causam sérios males.
- 9) Empenhar-se para que em muitos de nossos países se detenha e reveja a atual política armamentista, que constitui às vezes uma carga excessivamente desproporcionada em face às legítimas exigências do bem comum, em detrimento de urgentes necessidades sociais. A luta contra a miséria é a verdadeira guerra que devem travar nossas nações.
- 10) Convidar os Bispos, os responsáveis das diversas confissões religiosas e os homens de boa vontade das nações desenvolvidas para que promovam nas suas respectivas esferas de influência, especialmente entre os dirigentes políticos e econômicos, uma consciência de maior solidariedade com as nossas nações subdesenvolvidas, fazendo com que sejam reconhecidos, entre outras coisas, preços justos para nossas matérias-primas.
- 11) Por ocasião do vigésimo aniversário da declaração solene dos direitos humanos, interessar as universidades da América Latina na realização de investigações para se verificar sua aplicação em nossos países.
- 12) Diante da ação injusta que, em escala mundial intentam as nações poderosas contra a autodeterminação dos povos fracos, que têm de sofrer os efeitos sangrentos da guerra e da invasão, denunciar o fato, pedindo aos organismos internacionais competentes, ação eficaz e decidida.
- 13) Alentar e aplaudir as iniciativas e trabalhos de todos aqueles que nos diversos setores da ação contribuem para a criação de uma ordem nova que assegure a paz no seio de nossos povos.

3. FAMÍLIA E DEMOGRAFIA

Nesta tomada de consciência da Igreja a respeito de si mesma, enquanto inserida na realidade latino-americana, é-lhe indispensável a reflexão sobre a realidade da família.

Esta reflexão não é fácil, por várias razões. Porque a idéia da família encarna-se em realidades sociológicas sumamente diversas. Porque a família tem sofrido, talvez mais que outras instituições, os impactos das mudanças e transformações sociais. Porque na América Latina a família sofre de modo especialmente grave as conseqüências «dos círculos viciosos» do subdesenvolvimento: más condições de vida e cultura, baixo nível de salubridade, baixo poder aquisitivo etc., transformações que nem sempre se podem captar adequadamente.

I. A família em situação de transformação na América Latina

1) A família sofre, na América Latina, como também em outras partes do mundo, a influência de quatro fenômenos sociais fundamentais:

a) Passagem de uma sociedade rural a uma sociedade urbana, o que leva uma família de tipo patriarcal a um novo tipo de família, de maior intimidade, com melhor distribuição de responsabilidades e maior dependência de outras micro-sociedades.

b) O processo de desenvolvimento implica em abundantes riquezas para algumas famílias, insegurança para outras e marginalidade social para as restantes.

c) O rápido crescimento demográfico, que não deve ser tomado como a única variável demográfica e muito menos como a causa de todos os males da América Latina, engendra vários problemas tanto de ordem sócio-econômica como de ordem ético-religiosa.

d) O processo de socialização, que subtrai à família alguns aspectos de sua importância social e de suas zonas de influência, mas deixa intactos seus valores essenciais e sua condição de instituição básica de sociedade global.

2) Estes fenômenos produzem na família concreta da América Latina algumas repercussões que se traduzem em problemas de certa gravidade. Na impossibilidade de catalogá-los todos, apontamos os que parecem ter maior transcendência, incidência mais freqüente ou maior repercussão sócio-pastoral.

a) Baixíssimo índice de casamento. A América Latina registra os mais baixos índices de casamentos em relação à sua população. Isto indica uma alta porcentagem de uniões ilegais, aleatórias e quase sem estabilidade, com todas as conseqüências que derivam de tal situação.

b) A alta porcentagem de nascimentos ilegítimos e de uniões ocasionais é um fator que pesa fortemente sobre a explosão demográfica.

c) Crescente e alto índice de desagregação familiar, seja pelo divórcio tão facilmente aceito e legalizado em não poucas regiões, seja por abandono do lar (quase sempre por parte do pai), seja pelas desordens sexuais nascidas de uma falsa noção de masculinidade.

d) Acentuação do hedonismo e do erotismo como resultante da asfixiante propaganda propiciada pela civilização de consumo.

e) Sérios problemas de moradia por causa de insuficiente e defeituosa política a respeito desse problema.

f) Desproporção entre os salários e as condições reais da família.

g) Má distribuição dos bens de consumo e de civilização, como: alimentação, vestuário, trabalho, meios de comunicação, descanso, diversões, cultura etc.

h) Impossibilidade material e moral para muitos jovens de constituir dignamente uma família, o que provoca o surgimento de muitas células familiares deterioradas.

Nosso dever pastoral é fazer um premente apelo aos que governam e a todos os que possuem alguma responsabilidade a respeito, para que dêem à família o lugar que lhe corresponde na construção de uma cidade temporal digna do homem, ajudando-a a superar os graves males que a afligem e impedem sua plena realização.

II. Papel da família na América Latina

«A força e o vigor da instituição matrimonial e familiar se evidenciam igualmente: as profundas mudanças sociais contemporâneas, não obstante as dificuldades a que dão origem, manifestam muitas vezes, de várias maneiras, a verdadeira índole dessa instituição» (GS 47) .

É portanto necessário ter em conta os valores fundamentais que a doutrina da Igreja atribui à família cristã para que a ação pastoral leve as famílias latino-americanas a conservar ou a adquirir esses valores que as capacitem a cumprir sua missão.

Entre eles, dentro das linhas de reflexão desta conferência, queremos assinalar três especificamente: a família formadora de pessoas, educadora na fé, promotora do desenvolvimento.

1. Formadora de pessoas

“A família recebeu diretamente de Deus a missão de ser célula primeira e vital da sociedade” (AA 11,3).

«É, pois, dever dos pais, criar um ambiente de família animado pelo amor, pela piedade para com Deus e para com os homens que promova a educação íntegra, pessoal e social dos filhos».

«Continua impor-se a cada homem o dever de salvar a integridade de sua personalidade, no qual sobressaem os valores de sua inteligência, vontade, consciência e fraternidade. . . Como mãe e alimentadora desta educação acha-se em primeiro lugar a família» (GS 61) .

Essa doutrina do Concílio Vaticano II nos faz ver a urgência de a família cumprir sua tarefa de formar personalidades integrais, e para tanto conta com muitos elementos.

Realmente a presença e influência dos modelos distintos e complementares do pai e da mãe (masculino e feminino), o vínculo do afeto mútuo, o clima de confiança, intimidade, respeito e liberdade, o quadro de vida social com uma hierarquia natural mas matizada pelo clima de afeto, tudo converge para que a família se torne capaz de plasmar personalidades fortes e equilibradas para a sociedade.

2. Educadora na fé

“Os esposos cristãos são para si mesmos, para seus filhos e demais familiares, cooperadores da graça e testemunhas da fé. São para seus filhos os primeiros pregadores e educadores na fé” (AA 11) e devem «inculcar a doutrina cristã e as virtudes evangélicas aos filhos amorosamente recebidos de Deus» (LG 41, 5), e realizar esta missão «mediante a palavra e o exemplo» (LG 11), de tal maneira que «graças aos pais, que precederão com o exemplo e a oração na família, os filhos e ainda os demais que vivem no círculo familiar, encontrarão mais facilmente o caminho do sentido humano, da salvação e da santidade».

Sabemos que muitas famílias da América Latina foram incapazes de se tornarem educadoras na fé, ou por não estarem bem constituídas, ou por estarem desintegradas e outras, ainda, porque vêm dando esta educação em termos de mero tradicionalismo, às vezes até com aspectos míticos e supersticiosos. Daí a

necessidade de se dotar a família atual de elementos que lhe restituam a capacidade evangelizadora, de acordo com a doutrina da Igreja.

3. Promotora do desenvolvimento

«A família é a primeira escola das virtudes sociais necessárias às demais sociedades. . . É aí que os filhos fazem a primeira experiência de uma sã sociedade humana . . . É através dela que os filhos vão sendo introduzidos gradativamente na sociedade civil e na Igreja (GS 3) .

Além disso, «a família é a escola do mais rico humanismo» (GS 52), e o «humanismo completo é o desenvolvimento integral».

E considerando que «na família convivem diversas gerações que se ajudam mutuamente para adquirir uma sabedoria mais completa e estabelecer os direitos das pessoas com as demais exigências da vida social, sabemos que ela constitui o fundamento da sociedade» (GS 2).

«Nela, os filhos, num clima de amor, aprendem, juntos, com maior facilidade a reta hierarquia dos valores, ao mesmo tempo em que se imprime, de modo natural, na alma dos adolescentes, à medida que vão crescendo formas aprovadas de cultura» (GS 61) .

«Aos pais cabe preparar, no seio da família, os filhos para conhecerem o amor de Deus para com todos os homens; ensiná-los, gradativamente, sobretudo pelo exemplo, a solicitude pelas necessidades materiais e espirituais do próximo» (AAEE), e assim a família cumprirá sua missão e promoverá a justiça e demais boas obras a serviço de todos os irmãos que padecem necessidade (AA) .

Por isso, «o bem-estar da pessoa e da sociedade humana está ligado estreitamente a uma situação favorável da comunidade conjugal e familiar» (GS 47), pois ela é um fator importantíssimo no desenvolvimento.

«Por isso todos os que têm influência nas comunidades e grupos sociais devem trabalhar eficazmente para a promoção do matrimônio e da família» (GS 52) .

III. Problemas de demografia na América Latina,

A questão demográfica em nosso continente reveste-se de uma complexidade e delicadeza peculiares: é certo que existe um rápido crescimento da população, devido, menos ao índice de nascimento, que ao índice de mortalidade infantil, baixo mas não satisfatório, ao mesmo tempo que ao crescente índice de longevidade. Mas é certo, também, que a maioria de nossos países sofre de subpopulação e precisa de um aumento demográfico como fator de desenvolvimento; também é certo que as condições sócio-econômico-culturais, excessivamente baixas, se mostram adversas a um crescimento demográfico pronunciado.

Como pastores, sensíveis aos problemas de nossa gente, fazendo nossas suas dores e angústias, julgamos necessário enunciar os seguintes pontos sobre esta matéria:

1. Todo enfoque unilateral, como toda solução simplista a respeito desses problemas são incompletos e, portanto, equívocos. Aparece como particularmente daninha a adoção de uma política demográfica antinatalista que tende a suplantá-la, substituir ou relegar ao esquecimento uma política de desenvolvimento mais exigente, mas a única aceitável. «Trata-se, com efeito, não de suprimir os comensais e sim de multiplicar o pão» (Paulo VI) .

2. Neste sentido a encíclica *Humanae Vitae*, com o caráter social que nela ocupa um lugar proeminente e que a coloca ao lado da *Populorum Progressio* tem para nosso continente uma importância especial, pois ante nossos problemas e aspirações a *Humanae Vitae*:

- a) Acentua a necessidade imperiosa de sair ao encontro do desafio dos problemas demográficos com uma resposta integral e orientada para o desenvolvimento.
 - b) Denuncia toda política fundada num controle in-discriminado da natalidade, isto é, a qualquer preço e de qualquer maneira, sobretudo quando se torna condição de ajuda econômica.
 - c) Ergue-se como defensora dos valores inalienáveis como: o respeito à pessoa humana, especialmente dos pobres e dos marginalizados, o valor da vida, o amor conjugal.
 - d) Contém um apelo e um estímulo à formação integral das pessoas mediante uma auto-educação dos casais, cujos elementos principais são: o autodomínio, a rejeição de soluções fáceis, mas perigosas por serem alienantes e deformadoras, a necessidade da graça de Deus para o cumprimento da lei, a fé como estimuladora da existência e um humanismo novo, livre do erotismo da civilização burguesa etc.
- 3) A aplicação da Encíclica na parte a que se refere à ética conjugal, como o reconhece o próprio papa: «apa-recerá facilmente aos olhos de muitos como difícil e até impossível na prática» (n. 20).

Conscientes dessas dificuldades e sentindo na alma as indagações e angústias de todos os nossos filhos e empenhados em oferecer nosso apoio a todos indistintamente, mas de modo particular àqueles que escutam a palavra do papa e procuram viver o ideal que ela propõe, indicamos os seguintes pontos:

- a) O ensinamento do magistério na Encíclica é claro e inequívoco a respeito da exclusão dos meios artificiais para tornar voluntariamente infecundo o ato conjugal (HV).
- b) Mas o próprio Santo Padre reafirmou, ao inaugurar esta conferência: «Esta norma não constitui uma cega corrida para a superpopulação nem diminui a responsabilidade, nem a liberdade dos cônjuges, a quem não se proíbe uma honesta e razoável limitação da natalidade, nem impede os meios terapêuticos legítimos, nem o progresso das investigações científicas» (Discurso ao inaugurar a II Conferência Episcopal Latino-americana)
- c) A vida sacramental, sobretudo como caminho para uma progressiva maturidade humana e cristã do matrimônio, é um direito e, mais ainda, um dever, e corresponde a nós, pastores, facilitar esse caminho aos casais cristãos.
- d) A ajuda mútua que os casais se proporcionam ao reunirem-se, apoiados por peritos em ciências humanas e sacerdotes imbuídos do espírito pastoral, pode ser inestimável aos que, apesar de suas dificuldades, procuram alcançar o ideal visado.
- e) Formulamos o propósito, e procuraremos cumpri-lo, não só de prestar «nosso serviço às almas que lutam com essas dificuldades, com o coração de bom pastora (HV, e discurso de abertura da II Conferência), mas também, e de modo especial, de hipotecar nossa solidariedade aos casais que sofrem, por meio do exemplo de nossa própria abnegação pessoal e coletiva, na pobreza real, no celibato assumido com sinceridade e vivido com seriedade e alegria, na paciência e dedicação aos homens, na obediência à palavra de Deus e, sobretudo, na caridade elevada até ao heroísmo.

IV. Recomendações para uma pastoral familiar

Por vários fatores históricos, étnicos, sociológicos e até caracterológicos, a instituição familiar sempre teve, na América Latina, uma importância global muito grande.

É certo que nas grandes cidades perde parte de sua importância. Nas áreas rurais, que formam ainda maior parte do continente, apesar de todas as transformações externas, a família continua a desempenhar um papel primordial tanto no campo social, quanto no cultural, no ético ou no religioso.

Por isso e ainda mais por sua condição de formadora de pessoas, educadora na fé e promotora do desenvolvimento, mas também a fim de sanar todas as carências de que ela padece e que tem graves repercussões, julgamos necessário dar à pastoral familiar uma prioridade na planificação da pastoral de conjunto; sugerimos que esta seja planejada em diálogo com os casais que, por sua experiência humana e pelos carismas próprios do sacramento do matrimônio, podem auxiliar eficazmente em sua elaboração.

Esta pastoral familiar deve conter, entre outras coisas, as seguintes metas e orientações fundamentais:

1. Procurar, desde os anos da adolescência, uma sólida educação para o amor que integre e ao mesmo tempo sobrepeça a simples educação sexual, inculcando nos jovens de ambos os sexos a sensibilidade e a consciência dos valores essenciais : amor, respeito, dom de si mesmo etc.
2. Difundir a idéia e facilitar, na prática, uma preparação para o matrimônio, acessível a todos os que vão se casar e tão integral quanto possível: física, sociológica, jurídica, moral e espiritual.
3. Elaborar e difundir uma espiritualidade matrimonial baseada simultaneamente numa clara visão do leigo no mundo e na Igreja, e numa teologia do matrimônio como sacramento.
4. Inculcar nos jovens em geral e sobretudo nos casais jovens a consciência e a convicção de uma paternidade realmente responsável (noção esta de primeiríssima importância neste continente tão marcado pela praga dos nascimentos ilegítimos) .
5. Despertar nos esposos a necessidade do diálogo conjugal que os leve à unidade profunda e a um espírito de co-responsabilidade e colaboração.
6. Facilitar o diálogo entre pais e filhos que ajude a superar, no seio da família, o conflito de gerações e torne o lar “um lugar onde se realize o encontro das gerações” (GS).
7. Fazer com que a família seja verdadeiramente uma «igreja doméstica» : comunidade de fé, de oração, de amor, de ação evangelizadora, escola de catequese etc.
8. Levar todas as famílias a uma generosa abertura para as outras famílias, inclusive de concepções cristãs diferentes; e sobretudo para as famílias marginalizadas ou em processo de desintegração; abertura para a sociedade, para o mundo e para a vida da Igreja.

Queremos, finalmente, estimular os casais que se esforçam por viver a santidade conjugal e realizam o apostolado familiar, bem como os que, «de comum acordo, de forma bem ponderada, aceitam com magnanimidade uma prole mais numerosa para educá-la condignamente» (GS 50) .

Bem planejada e bem executada mediante os movimentos familiares, tão meritórios, ou mediante outras formas, a pastoral familiar contribuirá, certamente, para fazer de nossas famílias uma força viva (e não, como poderia acontecer, um peso morto) a serviço da construção da Igreja, do desenvolvimento e da realização das necessárias transformações em nosso continente.

4. EDUCAÇÃO

Introdução

Esta Conferência do Episcopado Latino-americano, que teve o propósito de entrosar a Igreja no processo de transformação dos povos latino-americanos, fixa muito especialmente sua atenção na educação, como um fator básico e decisivo no desenvolvimento do continente.

I. Características da educação na América, Latina

Devemos reconhecer, antes de mais nada, que têm sido feitos esforços consideráveis em quase todos os nossos países para estender a educação em seus diversos níveis e são grandes os méritos que, neste esforço, correspondem tanto aos governos como à Igreja e aos demais setores responsáveis pela educação.

Contudo, o panorama geral da educação apresenta-se a nós, ao mesmo tempo, com características de drama e de repto. Ao dizer isto, não nos anima um espírito pessimista, mas um desejo de superação.

Considerando a urgência do desenvolvimento integral do homem e de todos os homens na grande comunidade latino-americana, os esforços educativos padecem de sérias deficiências e inadequações.

Existe, em primeiro lugar, o vasto setor dos homens «marginalizados» da cultura, os analfabetos e especialmente os analfabetos indígenas, privados por vezes até do benefício elementar da comunicação por meio de uma língua comum. Sua ignorância é uma escravidão inumana. Sua liberação, uma responsabilidade de todos os homens latino-americanos. Devem ser libertados de seus preconceitos e superstições, de seus complexos e inibições, de seus fanatismos, de sua tendência fatalista, de sua incompreensão temerosa do mundo em que vivem, de sua desconfiança e de sua passividade.

A tarefa de educação destes irmãos nossos não consiste propriamente em incorporá-los nas estruturas culturais que existem em torno deles, e que podem ser também opressoras, mas sim em algo muito mais profundo. Consiste em capacitá-los para que, eles próprios, como autores de seu próprio progresso, desenvolvam de uma maneira criadora e original, um mundo cultural, em acordo com sua própria riqueza e que seja fruto de seus próprios esforços, especialmente no caso dos indígenas, devem-se respeitar os valores próprios de sua cultura.

A educação formal ou sistemática se estende cada vez mais para as crianças e os jovens latino-americanos, embora grande número deles fique ainda fora dos sistemas escolares. Qualitativamente, está longe de corresponder àquilo que exige nosso desenvolvimento, considerando-se o futuro.

Sem esquecer as diferenças que existem relativamente aos sistemas educativos nos diversos países do continente, parece-nos que o seu conteúdo programático é em geral demasiado abstrato e formalista. Os métodos didáticos estão mais preocupados com a transmissão dos conhecimentos do que com a criação de um espírito crítico. Do ponto de vista social, os sistemas educativos estão orientados para a manutenção das estruturas sociais e econômicas imperantes, mais do que para sua transformação. É uma educação uniforme, em um momento em que a comunidade latino-americana despertou para a riqueza de seu pluralismo humano; é passiva, quando já soou a hora para nossos povos de descobrirem seu próprio ser, pleno de originalidade; está orientada no sentido de sustentar uma economia baseada na ânsia de «ter mais», quando a juventude latino-americana exige “ser mais”, na posse de sua auto-realização pelo serviço e no amor.

Em especial, a formação profissional de nível médio e superior sacrifica com frequência a profundidade humana, em nome do pragmatismo e do imediatismo, para ajustar-se às exigências do mercado de trabalho. Este tipo de educação é responsável pela colocação do homem a serviço da economia e não desta a serviço do homem.

Neste momento aflora também uma preocupação no-va pela educação assistemática, de crescente importância: meios de comunicação social, movimentos juvenis e tudo quanto contribui para a criação de uma certa cultura po-pular e para o aumento do desejo de mutação.

A democratização da educação é um ideal que está ainda longe de ter sido atingido em todos os níveis, sobre-tudo no universitário. Já que nossas universidades não le-varam suficientemente em conta as peculiaridades latino-americanas, transpondo com frequência esquemas de paí-ses desenvolvidos, não deram suficientemente resposta aos problemas próprios do nosso continente. A universidade permaneceu muitas vezes com cursos tradicionais, quase sem currículos de duração intermediária, aptos à nossa situação sócio-econômica. Nem sempre e em todo lugar esteve devidamente aberta para a investigação ou para o diálogo interdisciplinar, indispensável ao progresso da cul-tura e ao desenvolvimento integral da sociedade.

Particularmente quanto à Universidade católica, assi-nalamos uma insuficiência na instauração do diálogo en-tre a teologia e os diversos ramos do saber, diálogo capaz de respeitar a devida autonomia das ciências e de trazer a luz do Evangelho para a convergência dos valores huma-nos em Cristo.

A educação latino-americana, numa palavra, é cha-mada a dar uma resposta ao repto do presente e do futuro em nosso continente. Somente assim será capaz de liber-tar nossos homens das servidões culturais, sociais, econô-micos e políticas que se opõem ao nosso desenvolvimento. Quando falamos assim não perdemos de vista a dimensão sobrenatural que se inscreve no próprio desenvolvimento o qual condiciona a plenitude da vida cristã.

II. Sentido humanista e cristão da educação

1. A educação libertadora como resposta a nossas necessidades

Nossa reflexão sobre este panorama conduz-nos a propor uma visão da educação mais conforme com o desen-volvimento integral que propugnamos para nosso conti-nente; chamá-la-íamos de «educação libertadora», isto é, que transforma o educando em sujeito de seu próprio de-senvolvimento. A educação é efetivamente o meio-chave para libertar os povos de fada servidão e para fazê-los as-cender «de condições de vida menos humanas para condi-ções mais humanas» (PP) , tendo-se em conta que o homem é o responsável e «o artífice principal de seu êxito e de seu fracasso» (PP 15).

Para tanto, a educação em todos os seus níveis deve chegar a ser criadora, enquanto deve antecipar o novo ti-po de sociedade que buscamos na América Latina; deve basear seus esforços na personalização das novas gerações, aprofundando a consciência de sua dignidade humana, fa-vorecendo sua livre autodeterminação e promovendo seu sentido comunitário.

Deve ser aberta ao diálogo, para se enriquecer com os valores que a juventude intui e descobre como válidos pa-para o futuro e assim promover a compreensão dos jovens entre si e com os adultos. Isto permitirá aos jovens reco-lher ao melhor do exemplo e dos ensinamentos de seus pais e mestres e formar a sociedade de amanhã» (Mensagem do Concílio aos Jovens) .

A educação deve, além disso, afirmar, com sincero apreço, as peculiaridades locais e nacionais e integrá-las na unidade pl2cral2sta do continente e do mundo. Finalmen-te, deve capacitar as novas gerações para a mudança permanente e orgânica que o desenvolvimento supõe.

Esta é a educação libertadora de que a América Lati-na necessita para redimir-se das servidões injustas e, antes de tudo, do seu próprio egoísmo. Esta é a educação recla-mada por nosso desenvolvimento integral.

2. A educação libertadora e a missão da Igreja

Como toda libertação já é uma antecipação da plena redenção de Cristo, a Igreja na América Latina sente-se particularmente solidária com todo esforço educativo ten-dente a libertar nossos povos. “O Espírito do Senhor está sobre mim, por isso me enviou para evangelizar os pobres” (Isaías). Cristo pascal, “imagem do

Deus invisível”, é a meta que o desígnio de Deus estabelece para o desenvolvimento do homem, para que «alcancemos todos a estatura do homem perfeito” (Et 1,4-13) .

Por isso, todo «crescimento em humanidade» (PP) capacita-nos a «reproduzir a imagem do Filho, para que ele seja o primogênito entre muitos irmãos» (Rom 8,29).

A Igreja, no que se refere à sua missão específica, recomendada por seu divino fundador, deve promover e fomentar a educação cristã a que todos os batizados têm direito, para que alcancem a maturidade de sua fé. Enquanto servidora de todos os homens, a Igreja busca por meio de seus membros, especialmente pelos leigos, colaborar nas tarefas de promoção cultural humana sob todas as formas que interessam à sociedade. No exercício deste direito e serviço, juntamente com os demais setores responsáveis, a obra educadora da Igreja não deve ser obstaculizada por discriminações de qualquer espécie.

Esta é a visão alentadora que, sobre a educação na América Latina, apresenta hoje a Igreja. Ela, isto é, todos os cristãos, empregarão seus esforços, com humildade, desinteresse e desejo de servir, na tarefa de criar a nova educação exigida pelos nossos povos, neste despertar de um novo mundo.

III. Orientações pastorais

1. Linhas gerais

A Conferência Episcopal Latino-americana recomenda os seguintes critérios e orientações:

1.1. Reconhecendo a transcendência da educação sistêmica para a promoção do homem, em escolas ou colégios, convém não identificar a educação com qualquer dos instrumentos concretos. Dentro do conceito educativo moderno, esta transcendência é enorme, pois a educação é a maior garantia para o desenvolvimento das pessoas e do progresso social; já que conduzida corretamente para os autores do desenvolvimento; e é também ela a melhor distribuidora dos frutos do progresso, que são as conquistas culturais da humanidade, constituindo-se no elemento mais rentável da nação.

1.2. Este conceito ultrapassa a mera institucionalidade dos centros docentes e projeta sua dinâmica apostólica em outros setores que reclamam urgentemente a presença e o compromisso da Igreja. Por isso, a Conferência Episcopal faz um apelo aos responsáveis pela educação para que ofereçam oportunidades educativas a todos os homens, em vista da posse sempre maior de seu próprio talento e de sua própria personalidade, a fim de que, através dela, consigam alcançar, por si próprios, a sua integração na sociedade, com plenitude de participação social, econômica, cultural, política e religiosa.

Exorta, portanto, os educadores ao cumprimento de seus deveres e à guarda de seus direitos. A Igreja, de seu lado, por sua missão de serviço, compromete-se a utilizar todos os meios a seu alcance.

1.3. Dirige-se em primeiro lugar aos pais de família, «os primeiros e principais educadores». Não podem ficar marginalizados do processo educativo. É urgente auxiliá-los a tomarem consciência de seus deveres e direitos e facilitar-lhes a participação direta nas atividades e na organização dos centros docentes, através das Associações de Pais de Família, que devem ser criadas ou encorajadas onde existirem, ao nível local, nacional e internacional.

1.4. No que se refere aos educandos, insiste para que se leve em conta sua problemática. A juventude pede para ser ouvida com relação à sua própria formação. É preciso não esquecer que o aluno tende para seu autoaperfeiçoamento, e por isso é preciso apresentar-lhe os valores, a fim de que ele adote uma atitude de aceitação pessoal em face deles. A auto-educação, que deve ser ordenada com sabedoria, é requisito indispensável para alcançar a verdadeira comunidade de educandos.

1.5. Quanto aos educadores é preciso antes de mais na-da valorizar sua missão decisiva na transformação da so-ciedade e chegar a uma decisão consciente e corajosa na preparação, seleção e promoção do professorado.

A seleção e a promoção deverão insistir fundamental-mente nos dotes humanos de personalidade e atitude de serviço em permanente evolução; e para a preparação deve a Igreja latino-americana apoiar os institutos de formação do pessoal docente, confessional ou não.

A Igreja deve, além disso, trabalhar para que todas as tarefas sociais lhes sejam retribuídas convenientemen-te, colaborando com eles em suas justas reivindicações.

1.6. Dentro da comunidade educacional ocupam hoje lugar prioritário os grupos juvenis, que vencem a distân-cia crescente entre o mundo adulto e o mundo dos jovens. Por isso, a Conferência Episcopal recomenda a formação de movimentos juvenis que realizem toda sorte de ativi-dades, de acordo com seus próprios interesses e com uma direção suficiente, gradual e cada vez maior dos próprios jovens. Além disso, aos que tiverem qualidades humanas apropriadas devem ser dadas oportu-nidades de se forma-rem como líderes.

1.7. A Igreja toma consciência da suma importância da educação de base. Em atenção ao grande número de analfabetos e marginalizados na América Latina, a Igreja, sem poupar sacrifício algum, se comprometerá a promo-ver a educação de base, que não visa somente alfabetizar mas também capacitar o homem para convertê-lo em agente consciente de seu desenvolvimento integral.

2. Relativamente à escola

2.1. A Igreja, servidora da humanidade, tem-se preo-cupado, ao longo de sua história, com a educação, não só catequética, mas integral do homem. A II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano reafirma esta atitude de serviço e continuará preocupando-se, por meio de seus Ins-titutos Educacionais, aos quais reconhece plena validade, em prosseguir nesta tarefa adaptada às mudanças histó-ricas. Assim, incentiva todos os educadores católicos e con-gregações docentes a prosseguirem incansavelmente em sua abnegada função apostólica e exorta-os à sua renovação e atualização, dentro da linha proposta pelo Concílio e por esta Conferência.

2.2. Recomenda, portanto, a obtenção dos títulos correspondentes ao exercício de sua profissão educadora.

2.3. Procure-se aplicar a recomendação do Concílio, relativa a uma efetiva democratização da escola católica, a fim de que todos os setores sociais, sem discriminação alguma, tenham acesso a ela e nela adquiram uma autên-tica consciência social que enforme sua vida.

2.4. A escola católica deverá:

- a) Ser uma verdadeira comunidade formada por to-dos os elementos que a integram;
- b) Integrar-se na comunidade local e estar aberta à comunidade nacional e latino-americana;
- c) Ser dinâmica, viva e estar em contínua experimentação franca e leal;
- d) Estar aberta ao diálogo ecumênico;
- e) Partir da escola para a comunidade, transforman-do a mesma escola em centro cultural, social e espiritual da comunidade; partir dos filhos para chegar aos pais e à família; partir da educação escolar para chegar aos demais ambientes educacionais.

2.5. A fim de conseguir uma escola católica, aberta e democrática, esta Conferência Episcopal apóia o direito que os pais e os alunos têm de escolherem sua própria escola e de obter os meios econômicos necessários, dentro das exigências do bem comum.

3. Relativamente à universidade católica

A II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano lembra às Universidades católicas:

3.1. Que devem ser antes de tudo universidades; isto é, órgãos superiores, onde a investigação e a procura da verdade seja um trabalho comum entre professores e alunos e, desta forma, se crie a cultura em suas diversas manifestações.

3.2. Para alcançar este objetivo as Universidades católicas devem estabelecer o diálogo entre as disciplinas humanas e o saber teológico, em íntima conexão com as exigências mais profundas do homem e da sociedade.

Para isso o ensino teológico deve estar em todos os setores da universidade, em harmônica integração. Para este fim procurarão ter sua própria faculdade de teologia, ou, pelo menos, um instituto superior de formação teológica (GE 2).

3.3. De acordo com o Concílio Vaticano II e a PP, as Universidades católicas devem esforçar-se por integrar ativamente seus professores, alunos e graduados na comunidade universitária, suscitando sua respectiva responsabilidade e participação na vida e atividade universitária, na medida em que as circunstâncias concretas o aconselhem.

3.4. A universidade deve estar integrada na vida nacional e poder responder com espírito criador e coragem às exigências do próprio país. Deverá auscultar as necessidades reais, para o estabelecimento de suas faculdades e institutos e para estabelecer, simultaneamente, as carreiras intermediárias de capacitação técnica, tendo em vista o desenvolvimento da comunidade, do país e do continente.

3.5. Para a constante renovação das tarefas universitárias, é importante promover uma permanente avaliação dos métodos e estruturas de nossas universidades.

4. Relativamente ao planejamento

4.1. Dada a complexidade atual dos problemas educacionais nos países latino-americanos, a pastoral educacional não pode ser concebida como uma série de atividades e normas desconexas, mas sim como resultado de um verdadeiro planejamento, sempre renovado e composto dos seguintes elementos :

- a) Reconhecimento das urgências na pastoral de conjunto;
- b) Elaboração das metas educacionais, fixando as prioridades;
- c) Censo e ordenação dos recursos humanos disponíveis;
- d) Censo dos instrumentos e meios institucionais, financeiros e outros;
- e) Elaboração das etapas do plano.

4.2. Nos assuntos de pastoral educacional, é conveniente que se procure gradualmente, dentro do respeito às pessoas e grupos, uma adequada articulação entre os organismos episcopais de educação e os organismos correspondentes das Conferências de Religiosos e das Federações de Colégios católicos.

4.3. Compete aos cristãos estar presentes em todas as possíveis iniciativas do campo educacional e da cultura e informá-las para que a todos chegue o plano divino da salvação.

4.4. Para atender ao grande número de alunos das universidades e escolas não-católicas será necessário organizar equipes de sacerdotes, de religiosos ou de leigos educadores, responsáveis pelas tarefas apostólicas dessas instituições.

4.5. A atitude da Igreja no campo da educação não pode ser a de contrapor a escola confessional à não-confessional, a escola particular à escola oficial, e sim, a de colaboração aberta e franca entre escola e escola, universidade e universidade, entre as escolas e as iniciativas extra-escolares de formação e de educação, entre os planos de educação da Igreja e os do Estado; colaboração essa exigida em benefício da comunidade universal dos homens (GM 12) .

Esta coordenação não só está isenta de perigo para o caráter confessional das escolas católicas, mas é antes um dever pós-conciliar das mesmas, segundo o novo conceito da presença da Igreja no mundo de hoje.

4.6. A Igreja deve procurar prioritariamente a melhoria das Universidades católicas existentes, antes que promover a criação de novas instituições.

4.7. Procure-se ainda uma coordenação efetiva entre as instituições educacionais da Igreja e os organismos nacionais e internacionais interessados na educação.

5. JUVENTUDE

1. Situação da juventude

1.1. A juventude, tema «digno do máximo interesse e de grandíssima atualidade»[1], constitui hoje não somente o grupo mais numeroso da sociedade latino-americana, como também uma grande força nova de pressão. Ela se apresenta, em grande parte do continente, como um novo corpo social (com perigo de detrimento na relação com os outros corpos sociais), portador de idéias próprias e valores inerentes ao seu próprio dinamismo interno. Procura participar ativamente, assumindo novas responsabilidades e funções, dentro da comunidade latino-americana.

Freqüentemente, sua impossibilidade de participação na vida da sociedade, provoca na juventude uma certa marginalidade forçada.

1.2. Vive numa época de crises e mudanças que são causas de conflito entre as diversas gerações.[2] Conflitos que estão exigindo um sincero esforço de compreensão e diálogo, tanto da parte dos jovens como da parte dos adultos. Trata-se de uma crise que atinge todos os níveis, e ao mesmo tempo em que produz um efeito purificador, traz também freqüentemente, a negação dos grandes valores.

1.3. Enquanto um setor da juventude aceita passivamente as formas burguesas da sociedade (deixando-se levar, às vezes, pelo indiferentismo religioso), outro rejeita com marcado radicalismo o mundo que seus pais construíram, por considerar seu estilo de vida carente de autenticidade; rejeita igualmente uma sociedade de consumo que massifica e desumaniza o homem. Esta insatisfação cresce de momento a momento.

A juventude, particularmente sensível aos problemas sociais, reclama as mudanças profundas e rápidas que assegurem uma sociedade mais justa: exigência que, constantemente, sente tentação de expressar por meio da violência[3]. É um fato constatável que o excessivo idealismo dos jovens os coloca facilmente sob a ação de grupos de diversas tendências extremistas[4].

1.4. Os jovens são mais sensíveis do que os adultos aos valores positivos do processo de secularização. Esforçam-se por construir um mundo mais comunitário, que vislumbrem, talvez, com mais clareza do que os antepassados. Estão mais abertos a uma sociedade pluralista e a uma dimensão mais universal da fraternidade.

A atitude religiosa da juventude se caracteriza por recusar uma imagem desfigurada de Deus, que, às vezes, lhe tem sido apresentada, e pela busca de autênticos valores evangélicos.

1.5. Freqüentemente os jovens identificam a Igreja com os bispos e os sacerdotes. Por não terem sido chamados a uma plena participação na comunidade eclesial, não se consideram como integrantes da Igreja. A linguagem comum da transmissão da palavra (pregação, documentos pastorais etc.), são-lhes muitas vezes estranhos e por isso não têm influência em suas vidas. Esperam dos pastores que não somente divulguem princípios doutrinários, mas que os provem com atitudes e realizações concretas. Dá-se o caso de jovens que condicionam a aceitação dos pastores à coerência de suas atitudes com a dimensão social do Evangelho: («... o mundo, disse Paulo VI, nos observa hoje de modo particular com relação à pobreza e à simplicidade de vida...»)[5].

1.6. A tendência a reunir-se em grupos ou comunidades juvenis, mostra-se cada vez mais forte dentro da dinâmica dos movimentos de juventude na América Latina. Os jovens rejeitam as organizações demasiado institucionalizadas, as estruturas rígidas e as formas de agrupamentos massificados. As comunidades juvenis acima referidas se caracterizam, geralmente, por serem grupos naturais (com «dimensão humana») de reflexão evangélica e revisão de vida, em torno de um compromisso cristão ambiental.

1.7. Sem desconhecer o significado das ações de massa entre os jovens, o excessivo valor que a hierarquia atribui por vezes a seus resultados (resultados que muitas vezes é de importância numérica), dificulta a tarefa daqueles movimentos educativos e apostólicos que se esforçam por manter uma presença de fermento e irradiação.

1.8. Os movimentos juvenis esperam da hierarquia da Igreja um maior apoio moral, quando se comprometem na aplicação concreta dos princípios da doutrina social enunciada pelos pastores.

1.9. Em síntese: a juventude oferece inegavelmente um conjunto de valores, acompanhados, entretanto, de aspectos negativos. Mencionemos em primeiro lugar, uma tendência à personalização, consciência de si mesmo, criatividade, que por contraste os leva a rejeitar os valores da tradição. Possuem um idealismo excessivo que os leva a desconhecer realidades inegáveis que terão de ser aceitas, e adotam um inconformismo radical, cujas manifestações características ocorrem em quase todos os países que os impulsionam a pretender construir um mundo novo com negação absoluta do passado. Também é característica da juventude a espontaneidade que a leva a menosprezar nem sempre com razão as formas institucionais, as normas, a autoridade e o formalismo.

Finalmente apresenta um conjunto de valores no plano da relação comunitária: certas formas de responsabilidade, desejo de autenticidade e de sinceridade, uma aceitação dos outros tais como são e um franco reconhecimento do caráter pluralista da sociedade. Esta tendência comunitária, por sua vez, os faz correr o perigo de fechar-se em pequenos grupos agressivos.

2. Critérios básicos para orientação pastoral

Antes de passar a considerar as atitudes concretas que se deverão adotar com relação à juventude, será oportuno esboçar a visão geral que a Igreja tem dela.

2.1. A Igreja vê na juventude a constante renovação da vida da humanidade e descobre nela um sinal de si mesma: «a Igreja é a verdadeira juventude do mundo»[6].

a) Vê, portanto, na juventude o contínuo recomeço e a persistência da vida, ou seja, uma forma de superação da juventude. Isto não tem somente um sentido biológico mas também sócio-cultural, psicológico e espiritual. De fato, diante das culturas que mostram sinais de velhice e caducidade, a juventude está sendo chamada a levar uma revitalizado; a manter a «fé na vida»s a conservar sua «faculdade de alegrar-se com as coisas que começam»s Ela tem a tarefa de reintroduzir constantemente o «sentido da vida»s. Renovar as culturas e o espírito significa trazer e manter vivos novos sentidos da vida.

b) Na juventude, assim entendida, a Igreja descobre também um sinal de si mesma. Um sinal de sua fé, pois fé é a interpretação escatológica da existência, seu sentido pascal, e através dele, a «novidade que o Evangelho encerra. A fé, anúncio do novo sentido das coisas, é a renovação e rejuvenescimento da humanidade. Nesta perspectiva a Igreja convida os jovens a “mergulhar nas luzes da fé” se deste modo introduzir a fé no mundo para vencer as formas espirituais da morte, quer dizer, «as filosofias do egoísmo, do prazer, do desespero e do nada”. Filosofias que implantam na cultura formas velhas e caducas.

A juventude é um símbolo da Igreja, chamada a uma constante renovação de si mesma, ou seja, a um constante «rejuvenescimento»[7].

3. Recomendações pastorais

3.1. A Igreja, adotando uma atitude francamente acolhedora para com a juventude, saberá distinguir os aspectos positivos e negativos que ela apresenta na atualidade. Por um lado, quer perscrutar atentamente as atitudes dos jovens que são manifestações dos sinais dos tempos: a juventude anuncia valores que renovam as diversas épocas da história; quer aceitar com prazer em seu seio e em suas estruturas a juventude e promovê-la numa ativa participação das tarefas humanas e espirituais.

Por outro lado, coerente com a ânsia de sinceridade que demonstra a juventude, a Igreja terá de chamá-la a um constante aprofundamento de sua autenticidade e a uma autocrítica de suas próprias deficiências, apresentando-lhe então os valores permanentes para que sejam re-conhecidos por ela. Tudo isto demonstra a sincera vontade da Igreja de adotar uma atitude de diálogo com a juventude. Dentro desta linha pastoral a II Conferência do Epis-copado Latino-americano, reconhecendo na juventude não somente sua força numérica, mas ainda seu papel cada vez mais decisivo no processo de transformação do continente, bem como sua importância insubstituível na missão profética da Igreja, formula as seguintes recomendações:

3.2. A) Com relação à juventude em geral

I. Desenvolver, em todos os níveis, nos setores urbanos e rurais, dentro da pastoral de conjunto, uma autêntica pastoral da juventude. Esta pastoral deverá tender à educação da fé dos jovens, partindo de sua vida, de modo que eles participem plenamente da comunidade eclesial, assumindo consciente e cristã mente seu compromisso temporal. Esta pastoral implica:

a) A necessidade de elaboração de uma pedagogia orgânica da juventude através da qual se estimule no jovem uma sólida formação humana e cristã e se apoiem os esforços em adquirir uma autêntica personalidade. Personalidade que os capacite, por uma parte, assimilar com critério lúcido e verdadeira liberdade todos os elementos positivos das influências que recebem através dos diversos meios de comunicação social e lhes permita, por outra parte, fazer frente ao processo de despersonalizado e massificação, que ataca de modo particular a juventude. Pedagogia que eduque também no sentido (valor e relatividade) do institucional.

b) A necessidade de um conhecimento da realidade sócio-religiosa da juventude constantemente atualizado.

c) A necessidade de promover centros de investigação e estudos no que se refere à participação da juventude na solução dos problemas do desenvolvimento.

d) Esta pastoral exige, em particular, da parte dos ministros da Igreja, um diálogo sincero e permanente com a juventude, tanto de movimentos organizados, como de setores não organizados, através dos conselhos pastorais ou outras formas de diálogo.

3.3. II. A atitude de diálogo implica responder aos legítimos e veementes reclamos pastorais da juventude, nos quais se há de reconhecer um chamado de Deus. Por isso, esta Segunda Conferência recomenda:

a) Que se apresente cada vez mais nítido na América Latina o rosto da Igreja autenticamente pobre, missionária e pascal, desligada de todo poder temporal e corajosamente comprometida com a libertação do homem todo e de todos os homens.

b) Que a pregação, dos documentos pastorais, e em geral a linguagem da Igreja sejam simples e atuais, tendo em conta a vida real dos homens de nosso tempo.

c) Que se viva na Igreja, em todos os níveis, com caráter de serviço, um sentido de autoridade isento de autoritarismo.

3.4. III. Procurar que em todos os centros educacionais da Igreja e nos outros, onde ela deve realizar sua presença se capacite os jovens, através de uma autêntica orientação vocacional, que tenha em conta os diferentes estados de vida, para assumirem sua responsabilidade social como cristãos no processo de mudanças na América Latina.

3.5. B) Com relação aos movimentos juvenis

I. Que se tenha muito em conta a importância das organizações e movimentos católicos de juventude, em particular os de caráter nacional e continental.

Que se dê maior confiança aos dirigentes leigos e se reconheça a autonomia própria dos seus movimentos. Que sejam eles consultados na elaboração da pastoral juvenil, em nível diocesano, nacional e continental. Que se estimule sua ação evangelizadora na trans-formação das pessoas e das estruturas.

Que se apoiem seus esforços no sentido da formação de líderes da comunidade.

Que se distribua mais racionalmente os sacerdotes para que haja uma maior atenção para os movimentos juvenis.

Que se dê à formação de assessores da juventude (sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos) a importância que têm num continente com uma maioria de jovens em sua população.

3.6. II. Que se favoreça em todos os níveis o encontro, o intercâmbio e a ação em comum dos movimentos e organizações juvenis católicos com outras instituições de juventude.

III. Que se dê apoio às iniciativas de caráter ecumênica, entre os grupos e organizações de juventude, segundo as orientações da Igreja.

IV. Que se considere a possibilidade e a conveniência de contar com a colaboração de leigos, e entre eles de jovens, na qualidade de consultores, nos diversos departamentos do CELAM.

6. PASTORAL DAS MASSAS

I. Situação

Na América Latina, na grande massa de batizados, as condições de fé, crenças e práticas cristãs são muito diversas, não só de um país para outro, como entre regiões de uma mesma nação, e ainda entre os diversos níveis sociais.

Encontram-se também grupos étnicos semi-pagãos; massas camponesas que conservam uma profunda religiosidade e massas de marginalizados com sentimentos religiosos, mas de pouca prática cristã.

Há um processo de transformação cultural e religiosa. A evangelização do continente experimenta sérias dificuldades que se vêm agravando face à explosão demográfica, às migrações internas, às modificações sócio-culturais, à escassez de pessoal apostólico e à deficiente adaptação das estruturas eclesiais.

Até agora a Igreja contou principalmente com uma pastoral conservadora, baseada numa sacramentalização com pouca ênfase numa prévia evangelização. Pastoral apta, sem dúvida, para uma época em que as estruturas sociais coincidiam com as estruturas religiosas, em que os métodos de comunicação dos valores (família, escola . . .) estavam impregnados de valores cristãos e onde a fé se transmitia quase pela própria força da tradição.

Hoje, entretanto, as próprias transformações do continente exigem uma revisão dessa pastoral, a fim de que se adapte à diversidade e pluralidade culturais do povo latino-americano.

A expressão da religiosidade popular é fruto de uma evangelização realizada desde o tempo da conquista, com características especiais. É uma religiosidade de votos e promessas, de peregrinações e de um número infinito de devoções, baseada na recepção dos sacramentos, especialmente do batismo e da primeira eucaristia, recepção que tem mais conseqüências sociais que um verdadeiro influxo no exercício da vida cristã.

Embora a conduta moral deixe muito a desejar, observa-se, entre nossos povos, uma enorme reserva de virtudes autenticamente cristãs, especialmente no que diz respeito à caridade. Sua participação na vida cultural oficial é quase nula e sua adesão à organização da Igreja é muito escassa.

Esta religiosidade, mais do tipo cósmico, em que Deus é resposta a todas as incógnitas e necessidades do homem, pode entrar em crise e, de fato, já começou a entrar com o conhecimento científico do mundo que nos rodeia.

Ante esta religiosidade se apresenta à Igreja um dilema: ou continua a ser Igreja universal ou converte-se em seita e, portanto, não os incorpora a si. Por ser Igreja e não seita, deverá oferecer sua mensagem de salvação a todos os homens, correndo, talvez, o risco de que nem todos a aceitem da mesma forma e com a mesma intensidade.

Como em toda sociedade humana os diversos grupos de pessoas captam de modo diferente os objetivos da organização, respondem igualmente de formas diversas aos valores e normas que o grupo professa, os graus de participação são diversos; as lealdade, o sentido de solidariedade nem sempre são expressos do mesmo modo.

Há, além disso, na sociedade contemporânea, uma tendência aparentemente contraditória; tendência às manifestações grupais no comportamento humano e, simultaneamente, uma tendência para as pequenas comunidades onde existe melhor possibilidade de realização como pessoas.

Do ponto de vista da vivência religiosa, sabemos que nem todos os homens aceitam e vivem a mensagem religiosa da mesma maneira. No nível pessoal um mesmo homem experimenta fases distintas em sua

resposta a Deus, e no nível social, nem todos manifestam sua religiosidade nem sua fé de um modo unívoco. O povo precisa manifestar sua fé de uma forma simples, emocional, coletiva.

Ao julgar a religiosidade popular, não podemos partir de uma interpretação cultural ocidentalizada das classes médias e alta urbanas e sim do significado que essa religiosidade tem no contexto da sub-cultura dos grupos rurais e urbanos marginalizados.

Suas expressões podem estar deformadas e mescladas, em certa medida, com um patrimônio religioso ancestral, onde a tradição exerce um poder quase tirânico; correm o perigo de serem facilmente influenciadas por práticas mágicas e supersticiosas, de revelarem um caráter mais utilitário e um certo temor ao divino, que necessita da intervenção de seres mais próximos ao homem e de expressões mais plásticas e concretas.

Esses tipos de religiosidade podem ser, entretanto, balbucios de uma autêntica religiosidade, expressa com os elementos culturais de que dispõe.

É mister recordar aos pastores que no fenômeno religioso existem motivações distintas que, por serem humanas, são mistas e podem corresponder ao desejo de segurança, impotência e, simultaneamente, à necessidade de adoração, gratidão para com o Ser supremo. Motivações que se plasmas e se expressam em símbolos diversos. A fé chega ao homem envolta sempre numa linguagem cultural; e na religiosidade natural do homem há germens de um chamado de Deus.

Para responder a cada situação na qual o homem se encontra em seu caminho para Deus, há necessidade de reafirmar a diversidade de respostas que devem ser dadas ao homem contemporâneo e não esquecer a urgência em exigir, na medida do possível, uma aceitação mais pessoal e comunitária da mensagem da revelação.

II. Princípios teológicos

Uma pastoral popular pode ser baseada nos seguintes critérios teológicos :

1. A fé, e, por conseguinte, a Igreja, nascem e crescem em religiosidade culturalmente diversificada nos distintos povos. Fé, que embora imperfeita, pode encontrar-se ainda nos níveis culturais mais inferiores. Pertence precisamente à tarefa evangelizadora da Igreja descobrir nessa religiosidade a «secreta presença de Deus» (AG 9) e a luz da verdade que ilumina a todos (NA 2), a luz do Verbo presente, mesmo antes da encarnação ou da pregação apostólica, e fazer frutificar essa semente. Sem extinguir a mecha fumegante (cf. Mt 12,20), a Igreja aceita com alegria e respeito, purifica e incorpora à fé os diversos “elementos religiosos” (GS 92) que estão presentes nessa religiosidade como “semente oculta do Verbo (AG 11) e que constituem ou podem constituir uma preparação evangélica” (LG 16) .

2. Os homens aderem à fé e participam de diversas maneiras.

Ainda que não se possa supor sem mais nem menos a existência da fé e por trás de qualquer expressão religiosa aparentemente cristã tampouco se pode negar, arbitrariamente, o caráter de verdadeira adesão fiel e de participação eclesial real, embora fraca, a toda expressão que apresente elementos espúrios ou motivações temporais e egoístas. Com efeito, mesmo na fé, como ato de uma humanidade peregrina no tempo, o homem depende da imperfeição das motivações mistas.

3. É igualmente próprio da fé, embora incipiente e débil, um dinamismo e exigência que a levam a superar constantemente suas motivações inautênticas para firmar-se em outras mais autênticas.

Pertence, pois, ao ato de fé, sob o impulso do Espírito Santo, o dinamismo interior que tende constantemente a aperfeiçoar o momento de apropriação salvífica transformando-o em ato de doação e entrega absoluta de si.

4. Conseqüentemente, longe de tranquilizar-se com a idéia de que o povo latino-americano, em seu conjunto, possui já fé; longe de estar satisfeita com a tarefa de conservar a fé do povo em seus níveis inferiores, fracos e ameaçados, a Igreja, na América Latina, se propõe a estabelecer e a seguir uma linha de pedagogia pastoral, que

- a) Assegure uma séria re-evangelização das diversas áreas humanas do continente;
- b) Promova constantemente uma reconversão e uma educação de nosso povo na fé em níveis cada vez mais profundos e maduros, seguindo o critério de uma pastoral dinâmica, que em consonância com a natureza da fé, impulse o povo fiel para a dupla dimensão personalizante e comunitária.

5. Segundo a vontade de Deus, os homens devem santificar-se e salvar-se não individualmente, mas constituídos em comunidade (LG 9; GS 32). Esta comunidade é convocada e congregada em primeiro lugar pelo anúncio da Palavra de Deus vivo (PO 2 e 4). Entretanto, não se edifica nenhuma comunidade cristã se ela não tiver como raiz e centro a celebração da Santíssima Eucaristia (PO 6), mediante a qual a Igreja continuamente vive e cresce (LG 26).

III. Recomendações pastorais

1. Pedir que se realizem estudos sérios e sistemáticos sobre a religiosidade popular e suas manifestações, seja em universidades católicas, seja em outros centros de investigação sócio-religiosa.

2. Estudar e realizar uma pastoral litúrgica e catequética adequada, não só destinada a pequenos grupos, mas sim à totalidade do povo de Deus, partindo-se de um estudo das sub-culturas próprias, das exigências e das aspirações dos homens.

3. Impregnar as manifestações populares, como romarias, e peregrinações, devoções diversas, da palavra evangélica. Rever muitas das devoções aos santos, para que não sejam tomados apenas como intercessores, mas também como modelos de vida, de imitadores de Cristo. Tratar das devoções e dos sacramentos de maneira que não levem o homem a uma aceitação semi-fatalista e sim que o eduquem para se tornar administrador com Deus, de seu destino.

4. Procurar a formação do maior número de comunidades eclesiais nas paróquias, especialmente nas zonas rurais ou entre os marginalizados urbanos. Comunidades que se devem basear na Palavra de Deus e realizar-se, enquanto seja possível, na celebração eucarística, sempre em comunhão e sob a dependência do bispo.

5. A comunidade se formará na medida em que seus membros adquirirem um sentido de pertença que os leve a ser solidários numa missão comum, e consigam uma participação ativa, consciente e frutificante, na vida litúrgica e na convivência comunitária. Para isso, se torna mister fazê-los viver como comunidade, incluindo-lhes um objetivo comum: alcançar a salvação mediante a vivência de fé e de amor.

6. Para a necessária formação dessas comunidades, colocar em vigência, o quanto antes, o diaconato permanente e convidar a uma participação mais ativa os religiosos, religiosas e leigos.

7. A pastoral das massas deverá adotar uma exigência cada vez maior para conseguir personalização e vida comunitária, de modo pedagógico, respeitando as etapas diversas no caminho para Deus. Respeito que não significará apenas aceitação e imobilismo, mas também um convite a uma vivência mais plena do Evangelho e a uma conversão reiterada. Para este fim, se torna necessária a estruturação de organismos pastorais (nacionais, diocesanos, paroquiais) e a utilização dos meios adequados, como os de comunicação social, para uma catequese apropriada, missões baseadas sobretudo em núcleos familiares ou de bairros etc., que dêem um sentido de vida mais de acordo com as exigências do Evangelho.

7. PASTORAL DAS ELITES

I. Situação

a) Fatos

1. As elites são, em nosso contexto :

a) De modo geral: os grupos dirigentes mais adiantados, dominantes no plano da cultura, da profissão, da economia e do poder;

b) De modo especial: dentro desses mesmos grupos, as minorias comprometidas que exercem uma influência atual ou potencial nos distintos níveis de decisão cultural, profissional, econômica, social ou política[8].

2. Conscientes da dificuldade em apresentar uma classificação adequada, assinalamos, entretanto, como pertencentes à elite cultural: os artistas, homens de letras e universitários (professores e estudantes); à elite profissional: os médicos, os advogados, educadores (profissões liberais) ; engenheiros, agrônomos, planejadores, economistas, sociólogos, técnicos em comunicação social (tecnólogos) ; à elite econômico-social: os industriais, banqueiros, líderes sindicais (operários e camponeses), empresários, comerciantes, fazendeiros. . . ; à elite dos poderes políticos e militares: os políticos, os que exercem o poder judiciário, os militares . . .

3. Partindo do ponto de vista de que se trata, em geral, de círculos específicos e compactos, convém examinar, em primeiro lugar, suas atitudes, mentalidades e indicações em vista da transformação social, para considerar, posteriormente, as manifestações de sua fé, seu espírito eclesial e social, em confronto com a pastoral atual da Igreja, propondo, finalmente, algumas recomendações pastorais.

4. A experiência mostra que é difícil realizar uma análise exata e profunda do assunto por carência de dados precisos, nestes diferentes setores.

Para uma análise deste tipo, seria necessário ouvir mais os técnicos e os leigos. Entretanto apresentamos as seguintes observações:

b) Tipos

Por questões de método e levando-se em conta o caráter relativo de toda tipologia - que comporta necessariamente matizes e simplificações - e tratando-se de uma classificação em função da transformação social, assinalamos os seguintes grupos : os tradicionalistas ou conservadores; os progressistas ou revolucionários, que podem ser marxistas, esquerdistas não-marxistas, ou ideologicamente indefinidos[9].

1. Os tradicionais ou conservadores manifestam pouca ou nenhuma consciência social, têm mentalidade burguesa e por isso não discutem o problema das estruturas sociais. Em geral se preocupam com a manutenção de seus privilégios, que eles identificam com a «ordem estabelecida». Sua atuação na comunidade possui um caráter paternalista e assistencial, sem nenhuma preocupação em modificar o status quo.

Entretanto, alguns conservadores atuam, muitas vezes, sob o influxo do poder econômico nacional ou internacional, com alguma preocupação desenvolvimentista.

Trata-se de uma mentalidade que freqüentemente se destaca em alguns meios profissionais, em setores econômico-sociais e do poder estabelecido. Isto faz com que certos setores governamentais atuem em benefício dos grupos tradicionalistas ou conservadores, o que dá lugar à corrupção e ausência de um benéfico processo de personalização e socialização das classes populares. Em diversas regiões as forças militares apóiam esta estrutura, e, às vezes, intervêm para reforçá-la.

2. Os progressistas se ocupam preferencialmente dos meios de produção que, segundo eles, devem ser modificados em qualidade e quantidade. Atribuem grande valor à tecnização e ao planejamento da sociedade. Aham que o povo marginalizado deve ser integrado na sociedade como produtor e consumidor. Dão mais ênfase ao progresso econômico que à promoção social do povo que vise à participação de todos nas decisões que interessem à ordem econômica e política.

É essa a mentalidade que se observa, freqüentemente, entre os tecnólogos e os vários organismos que procuram o desenvolvimento dos países.

3. Os revolucionários contestam a estrutura econômico-social. Desejam a transformação radical da mesma, tanto de seus objetivos como de seus meios. Para eles o povo é ou deve ser o sujeito dessa transformação, de modo a participar das decisões para o ordenamento de todo o processo social.

Esta atitude pode ser observada com maior freqüência entre os intelectuais, pesquisadores, cientistas e universitários.

c) Atitudes na fé

Reconhecendo que em todos estes ambientes muitos vivem sua fé conforme sua consciência e ainda realizam um trabalho positivo de conscientização e promoção humana, notamos, do ponto de vista da mudança social as seguintes manifestações desta fé :

1. No grupo dos conservadores ou tradicionalistas se encontra, com maior freqüência, a separação entre fé e responsabilidade social. A fé é mais a adesão a um credo e a princípios morais. A pertença à Igreja é mais de estilo tradicional, e, às vezes interesseira. Dentro desses grupos, mais que verdadeira crise de fé, se verifica uma crise de religiosidade.

2. Entre os progressistas podem ser encontradas diversas gamas de fé, desde o indiferentismo até a vivência pessoal. Têm tendência a considerar a Igreja instrumento mais ou menos favorável ao desenvolvimento. Nestes grupos se percebe mais claramente o impacto da dessacralização devida à mentalidade técnica.

Nota-se também em alguns desses grupos, especialmente entre universitários e os profissionais jovens, uma tendência que leva ao indiferentismo religioso ou a uma visão humanística que exclui a religião, devido, sobretudo, à sua preocupação com os problemas sociais.

3. Os revolucionários tendem a identificar unilateralmente a fé com a responsabilidade social. Possuem um sentido muito agudo do serviço ao próximo e, ao mesmo tempo, experimentam dificuldades no relacionamento pessoal com Deus transcendente na expressão litúrgica da fé.

Dentro destes grupos ocorre mais freqüentemente uma crise real de fé. Quanto à Igreja, criticam determinadas formas históricas e algumas manifestações dos representantes oficiais da Igreja, em sua atitude e vivência concretas, frente ao social.

II. Princípios

1. Em todos esses ambientes a evangelização deve orientar-se para formação de uma fé pessoal, adulta, interiormente formada, operante e constantemente em confronto com os desafios da vida atual, nesta fase de transição.

2. Esta evangelização deve ser relacionada com os «sinais dos tempos».

Não pode ser atemporal nem a-histórica. Com efeito, os “sinais dos tempos”, observados em nosso continente sobretudo na área social, constituem um «dato teológico” e interpelação de Deus.

3. Por outro lado, esta evangelização deve ser realizada através do testemunho pessoal e comunitário, que se expressará de forma especial no contexto do próprio compromisso temporal.
4. A evangelização de que estamos falando deve tornar explícitos os valores de justiça e fraternidade, contidos nas aspirações de nossos povos, numa perspectiva eclesiológica.
5. A evangelização precisa, como suporte, de uma Igreja-sinal.

III. Recomendações Pastorais

a) De caráter geral:

1. É necessário animar, dentro das elites, as minorias comprometidas, criando - enquanto possível - equipes de base que façam uso da pedagogia da revisão da vida, fazendo-as compreender que são, simultaneamente, apóstolos de seu próprio ambiente, e estimulando, além disso, contatos com os demais grupos na vida paroquial, diocesana e nacional. Esta pastoral das elites não deve ser separada da pastoral geral da Igreja.
2. Procuremos que os sacramentos e a vida litúrgica, com base numa relação pessoal com Deus e com a comunidade, adquiram o sentido de apoio e desenvolvimento, o amor de Deus e do próximo, como expressão da comunidade cristã.
3. Na formação do clero, é preciso dar maior atenção a este tipo de pastoral especializada, preparando-se - também mediante estudos profissionais e técnicos quando for preciso - assessores especializados para estes grupos.

b) De caráter especial:

1. Artistas e homens de letras

a) Levando-se em conta o importante papel que os artistas e homens de letras estão chamados a desempenhar em nosso continente, especialmente em relação a sua autonomia cultural, como intérpretes naturais de suas angústias e de suas esperanças, como promotores de valores autóctones que configuram a imagem nacional, a II Conferência considera particularmente importante a presença animadora da Igreja nestes setores.

b) Esta presença deverá revestir-se de um caráter de diálogo, longe de toda preocupação moralizante ou confessional, em atitude de profundo respeito à liberdade criadora, sem detrimento da responsabilidade moral.

c) A Igreja latino-americana deve dar ao homem de letras e aos artistas o seu devido lugar, requerendo sua ajuda para a expressão estética de sua palavra litúrgica, de sua música sacra e de seus lugares de culto.

2. Universitários (estudantes)

a) Ante a urgente necessidade de uma efetiva presença da Igreja no meio universitário, esta II Conferência pede que se levem em conta as recomendações práticas do encontro episcopal sobre pastoral universitária realizada em Buga, em fevereiro de 1967.

b) Da mesma forma, pede às hierarquias locais maior compreensão dos problemas próprios dos universitários, procurando valorizar antes de condenar indiscriminadamente, as nobres motivações e as justas aspirações, muitas vezes contidas em suas inquietudes e protestos, tratando de canalizá-las devidamente através de um diálogo aberto.

c) Levando-se em conta o fato de que milhares de jovens latino-americanos estudam na Europa e América do Norte, o CELAM procurará, de acordo com as hierarquias desses países, dar a devida atenção pastoral aos mesmos, cuidando, simultaneamente, de manter viva, neles, a consciência do compromisso de serviço para com seus países de origem.

3. Grupos econômico-sociais

- a) A experiência demonstra que no ambiente dessas elites é possível a constituição de grupos e organizações especializadas, cujas metas e metodologia devem manter-se em constante revisão à luz do contexto latino-americano e da pastoral social da Igreja.
- b) Sem subestimar as formas assistenciais de ação social, a pastoral da Igreja deve orientar preferencialmente esses grupos para um compromisso no plano das estruturas sócio-econômicas e que conduza às necessárias reformas das mesmas.
- c) A Igreja deve prestar uma atenção especial às minorias ativas (líderes sindicais e cooperativas) que nos ambientes rural e operário estão realizando um importante trabalho de conscientização e promoção humana, apoiando e acompanhando pastoralmente suas preocupações com a transformação social.

4. Poderes militares

Com relação às forças armadas, a Igreja deve inculcar-lhes a idéia de que, além de suas funções normais específicas, elas têm a missão de garantir as liberdades políticas dos cidadãos, em vez de lhes pôr obstáculos. Por outro lado, as forças armadas têm a possibilidade de educar, dentro de seus próprios quadros, os jovens recrutados para a futura participação, livre e responsável, na vida política do país.

5. Poderes políticos

- a) Promovam-se contatos e diálogos entre a Igreja e o poder constituído sobre exigências da moral social, não se excluindo, onde se torne necessário, a denúncia, enérgica e prudente, das injustiças e dos excessos do poder.
- b) A ação pastoral da Igreja estimulará todas as categorias de cidadãos a colaborarem nos planos construtivos dos governos e a contribuir também por meio de uma crítica sadia, numa oposição responsável, para o progresso do bem comum.
- c) A Igreja deverá manter sempre sua independência diante dos poderes constituídos e dos regimes que os asseguram, renunciando, se for preciso, às formas legítimas de presença que, por causa do contexto social, a tornam suspeita de aliança com o poder constituído e são, por isso mesmo, um contra-sinal pastoral (cf. GS 76).
- d) A Igreja, entretanto, deverá colaborar na formação política das elites, através de seus movimentos e instituições educativas.
- e) Note-se, finalmente, que também na América Latina «com o desenvolvimento cultural, econômico e social, se consolida na maioria o anseio de participar mais plenamente da ordenação da comunidade política . . . A consciência mais viva da natureza humana fez com que «sur-gisse o propósito de se estabelecer uma ordem político-jurídica destinada a proteger melhor a vida pública e os direitos da pessoa humana, como o direito de livre reunião, de livre associação, de expressar suas próprias opiniões e de professar, particular e publicamente, a religião» (cf. GS 73) .

8. CATEQUESE

I. Necessidade de uma renovação

1. Diante de um mundo em transformação, e considerando o atual processo de maturação da Igreja na América Latina, o movimento catequético sente a necessidade de uma profunda renovação que expresse a vontade da Igreja e de seus responsáveis de levar avante sua missão fundamental: educar eficazmente a fé dos jovens e dos adultos, em todas as camadas. Falhar neste ponto seria trair, ao mesmo tempo, a Deus, que confiou à Igreja sua mensagem, e ao homem, que necessita dela para salvar-se.

2. A renovação catequética não pode ignorar um fato: que nosso continente vive, em grande parte, de uma tradição cristã, e que esta impregna, simultaneamente, a existência dos indivíduos e o contexto social e cultural. A religiosidade popular, embora se observe um crescimento no processo de secularização, é um elemento válido na América Latina. Não se pode prescindir dela, dada a importância, seriedade e autenticidade com que é vivida por muitas pessoas, sobretudo nos meios populares. A religiosidade popular pode ser a ocasião ou ponto de partida para um anúncio da fé. Não obstante, impõe-se uma revisão e um estudo científico dessa religiosidade, para purificá-la de elementos que a tornem autêntica e para valorizar seus elementos positivos. Evitar-se-á, assim, uma estagnação em formas do passado, algumas das quais parecem hoje, além de ambíguas, inadequadas e até nocivas.

3. Como consequência, os responsáveis pela catequese encontram-se diante de uma série de tarefas complexas e difíceis de conjugar:

Promover a evolução de formas tradicionais de fé, próprias de uma grande parte do público cristão, e também suscitar formas novas.

Evangelizar e catequizar massas incontáveis de pessoas simples, frequentemente analfabetas, e, ao mesmo tempo, responder às necessidades dos estudantes e dos intelectuais, que são as parcelas mais vivas e dinâmicas da sociedade.

Purificar, quando necessário, formas tradicionais de presença e, ao mesmo tempo, descobrir uma nova maneira de estar presente às formas contemporâneas de expressão e comunicação numa sociedade que se seculariza.

Assegurar, finalmente, o conjunto dessas tarefas, utilizando todos os recursos atuais da Igreja e, ao mesmo tempo, renunciar a formas de influência e atitudes de vida que não sejam evangélicas.

II. Características da renovação

4. Ao apresentar sua mensagem renovada, a catequese deve manifestar a unidade do plano de Deus.

Sem cair em confusões ou em identificações simplistas, deve-se expressar sempre a unidade profunda que existe entre o plano divino de salvação, realizado em Cristo, e as aspirações do homem; entre a história da salvação e a história humana; entre a Igreja, povo de Deus, e as comunidades temporais; entre a ação reveladora de Deus e a experiência do homem; entre os dons e carismas sobre-naturais e os valores humanos.

Excluindo assim toda dicotomia ou dualismo no cristão, a catequese prepara o desenvolvimento progressivo do povo de Deus para a sua realização escatológica, que tem agora sua expressão na liturgia.

5. Por outro lado, a catequese deve conservar sempre seu caráter dinâmico e evolutivo.

A tomada de consciência da mensagem cristã se faz aprofundando cada vez mais a compreensão autêntica da verdade revelada. Essa tomada progressiva de consciência, porém, cresce na medida do surgimento das experiências humanas, individuais e coletivas. Por isso, a fidelidade da Igreja à Revelação tem que ser e é dinâmica.

A catequese não pode, pois, ignorar em sua renovação as mudanças econômicas, demográficas, sociais e cul-turais sofridas na América Latina.

III. Prioridades na renovação catequética

6. De acordo com esta teologia da Revelação, a cate-quese atual deve assumir totalmente as angústias e espe-ranças do homem de hoje, para oferecer-lhe as possibili-dades de uma libertação plena, as riquezas de uma salva-ção integral em Cristo, o Senhor. Por isso, deve ser fiel à transmissão, não somente da mensagem bíblica em seu conteúdo intelectual, mas também à sua realidade vital en-carnada nos fatos da vida do homem de hoje.

As situações históricas e as aspirações autenticamen-te humanas são parte indispensável do conteúdo da cate-quese. E devem ser interpretadas seriamente, dentro de seu contexto atual, à luz das experiências vivenciais do povo de Israel, de Cristo, e da comunidade eclesial, na qual o Espírito de Cristo ressuscitado vive e opera continua-mente.

7. A América Latina vive hoje um momento histó-rico, que a catequese não pode ignorar: o processo da transformação social, exigido pela atual situação de necessidade e injustiça em que se encontram marginalizados grandes setores da sociedade. As formas desta evolução global e profunda poderão ser diversas: progressivas e mais ou menos rápidas. E cabe à catequese ajudar na evolução integral do homem, dando-lhe seu autêntico sentido cris-tão, promovendo sua motivação nos catequizados e orien-tando-a para que seja fiel ao Evangelho.

8. É necessário ressaltar, também, as exigências do pluralismo numa pastoral latino-americana. As situações em que se desenvolve a catequese são muito diversas: des-de as de tipo patriarcal, em que as formas tradicionais são ainda aceitas, até as mais avançadas formas da civili-zação urbana contemporânea. Convém, por isso, desta-car a riqueza que deve existir na diversidade de pontos de vista e de formas que se dão na catequese. Tanto mais quanto esta deve adaptar-se à diversidade de línguas e de mentalidade e à variedade de situações e culturas huma-nas.

É impossível, em vista disso, querer impor moldes fi-xos e universais. Com um sincero intercâmbio de colabo-rações, devemos guardar a unidade da fé na diversidade de formas.

9. Apesar deste pluralismo de situações, nossa cate-quese tem um ponto comum em todos os meios: tem que ser eminentemente evangelizadora, sem pressupor uma realidade de fé, senão após oportunas constatações.

Já o fato de se batizarem as crianças pequenas, con-fiando na fé da família, torna necessário uma «evangelização dos batizados», como uma etapa na educação de sua fé. E esta necessidade é mais urgente, quando se conside-ra a desintegração que a família tem sofrido em muitas regiões, a ignorância religiosa dos adultos e a escassez de comunidades cristãs de base.

Esta evangelização dos batizados tem um objetivo concreto: levá-los a um compromisso pessoal com Cristo e a uma entrega consciente à obediência da fé. Daí, a importância de uma revisão da pastoral da confirmação, assim como de novas formas de catecumenato na cateque-se de adultos, insistindo na preparação para os sacramentos.

Devemos rever, também, tudo aquilo que em nossa vi-da ou em nossas instituições possa ser um obstáculo para a re-evangelização dos adultos, purificando assim a face da Igreja diante do mundo.

10. Para os cristãos, tem particular importância a forma comunitária de vida, como testemunho de amor e de unidade.

Não pode, portanto, a catequese limitar-se às dimensões individuais da vida. As comunidades cristãs de base, abertas ao mundo e inseridas nele, têm que ser o fruto da evangelização, assim como sinal que confirma com fatos a mensagem de salvação.

Nesta catequese comunitária deve-se ter em conta a família, como primeiro ambiente natural onde se desenvolve o cristão. Ela deve ser objeto da ação catequética, para que seja dignificada e se torne capaz de cumprir sua missão. E, ao mesmo tempo, a família se converte em agente eficaz da renovação catequética.

11. Deve-se fazer ressaltar o aspecto totalmente positivo do ensinamento catequético com seu conteúdo de amor. Assim, fomentar-se-á um sã ecumenismo, evitando toda polêmica, e criar-se-á um ambiente propício à justiça e à paz.

12. A catequese encontra-se diante de um fenômeno que está incluindo profundamente nos valores, nas atitudes e na vida mesma dos homens: os meios de comunicação social.

Este fenômeno constitui um fato histórico irreversível que, na América Latina, avança rapidamente e conduz em breve prazo a uma cultura universal: “ cultura da imagem” Este é um sinal dos tempos, que a Igreja não pode ignorar.

Da situação criada por este fenômeno, deve partir a catequese para uma apresentação eficaz da mensagem cristã. É urgente, pois, uma séria investigação sobre o efeito dos meios de comunicação social e uma pesquisa da forma mais adequada de dar uma resposta, utilizando-os na tarefa evangelizadora, e uma séria avaliação das realizações atuais.

IV. Meios para a renovação catequética

13. Para a realização do trabalho catequético, impõe-se um mínimo de organização que, partindo da ordenação nacional e diocesana, chegue às distantes comunidades primárias. A organização de tipo nacional, com suas óbvias relações internacionais, facilitará evidentemente e dará agilidade ao trabalho nas dioceses e outros meios, com maior e eficaz aproveitamento das técnicas, pessoal especializado e possibilidades econômicas.

14. Esta renovação exige pessoal adequado, para formar a comunidade cristã.

Conseqüentemente, admitido o necessário testemunho da própria vida, sugerem-se os seguintes pontos:

- preparação de dirigentes e orientadores catequistas com dedicação exclusiva;
- A formação de catequistas com um conhecimento básico e uma visão ampla das condições psicossociológicas do meio humano em que terão de trabalhar, bem como das religiões primitivas, em alguns lugares, e dos recursos de evangelização que tenham sido empregados;
- A promoção de catequistas leigos, preferentemente originários de cada lugar, e a formação, no ministério da Palavra, dos diáconos permanentes.

15. A linguagem falada pela Igreja reveste-se de importância particular. Trata-se tanto das formas de ensino simples - catecismos, homilia etc. - nas comunidades locais, como das formas mais universais da palavra do magistério. Impõe-se um trabalho permanente, de maneira que seja possível fazer perceber como a mensagem de salvação contida nas Escrituras, na liturgia, no magistério e no testemunho é hoje palavra de vida. Não basta, pois, repetir ou explicar a mensagem. Ao contrário, cumpre reexpressar incessantemente por novas maneiras, o Evangelho em relação com as formas de existência do homem, tendo em conta os meios humanos étnicos e culturais e guardando sempre a fidelidade à palavra revelada.

16. Para que a renovação seja eficaz, necessita-se de um trabalho de reflexão, orientação e avaliação nos diferentes aspectos da catequese. Há que multiplicar por toda parte os institutos catequéticos, as equipes de trabalho, nos quais pastores, catequistas, teólogos especialistas em ciências humanas, dialoguem e trabalhem conjuntamente a partir da experiência, a fim de propor formas novas de palavras e ação, de elaborar o material pedagógico correspondente e de verificar e avaliar, em cada caso, sua validade. É mister que essas equipes sejam dotadas de meios de trabalho adequados e da indispensável liberdade de ação.

V. Conclusões

- a) Renovar a catequese, promovendo a evolução das formas tradicionais da fé, insistindo na catequese permanente dos adultos (no. 1, 2, 3).
- b) Evitar toda dicotomia ou dualismos entre o natural e o sobrenatural (n. 4).
- c) Guardar fidelidade à mensagem revelada, encarnada nos fatos atuais (n. 8).
- d) Orientar e promover, através da catequese, a evolução integral do homem e as transformações sociais (n.7).
- e) Respeitar na unidade a pluralidade de situação (n. 8).
- f) Promover a evangelização dos batizados: na confirmação, para adolescentes e jovens; em um novo catecumenato, para os adultos (n. 9).
- g) Dar todo o valor catequético à família (n. 10).
- h) Empregar os meios de comunicação social (n.12) . i) Fomentar a organização da catequese em nível nacional e diocesano (n. 13).
- j) Formar catequistas leigos, preferentemente autóctones (n. 14).
- k) «Adaptar a linguagem eclesial ao homem de hoje, resguardando a integridade da mensagem».
- l) Impulsionar trabalhos de reflexão e experimentação em institutos e equipes de trabalho, com a suficiente amplitude e liberdade (n. 16).

9. LITURGIA

I. Dados gerais sobre a situação na América Latina

A pluralidade de situação na renovação litúrgica é um fato; enquanto em algumas regiões esta aplicação se realiza com crescentes esforços, em outras sua aplicação é feita de forma ainda débil. Em geral é insuficiente. Falta uma mentalidade sobre o conteúdo da reforma, a qual é especialmente importante para o clero, cujo papel na renovação litúrgica é básico. Além disso, é necessário reconhecer que a variedade de culturas provoca difíceis problemas de aplicação (línguas, sinais).

Tem-se a impressão de que o bispo nem sempre exerce de forma eficaz seu papel litúrgico, de promotor, regulador e orientador do culto.

As traduções litúrgicas significaram um passo no avanço da Igreja; mas os critérios que têm sido adotados não permitiram ainda chegar ao grau de adaptação necessária.

A liturgia não está integrada organicamente na educação religiosa, nem a ela vinculada em mútua compenetração.

São insuficientes os estudiosos capacitados para desenvolver a renovação litúrgica.

II. Fundamentação teológica e pastoral

a) Elementos doutrinários: a presença do mistério da salvação, enquanto a humanidade peregrina até sua plena realização na parusia do Senhor, culmina na celebração da liturgia eclesial[10].

A liturgia é ação de Cristo, Cabeça e de seu Corpo, que é a Igreja[11]. Contém, portanto, a iniciativa salvadora que vem do Pai, pelo Verbo e no Espírito Santo, e a res-posta da humanidade nos que se ligam pela fé e pela caridade no Cristo, recapitulador de todas as coisas[12].

Como não vivemos ainda a plenitude do Reino[13], toda celebração litúrgica está essencialmente marcada pela tensão entre o que já é uma realidade e o que ainda não se verifica plenamente[14]; é a imagem da Igreja, ao mesmo tempo santa e necessitada de purificação[15]; tem um sentimento de alegria e uma dolorosa consciência do pecado. Num palavra, vive na esperança[16].

A liturgia, momento em que a Igreja é mais perfeitamente ela própria, realiza, indissolavelmente unidas, a comunhão com Deus e entre os homens[17], e de tal modo, , que aquela é a razão desta[18].

Busca-se, antes de tudo, o louvor da glória da graça[19]. É certo, também, que todos os homens precisam da glória de Deus[20] para serem verdadeiramente homens. E por isso mesmo o gesto litúrgico, não é autêntico se não implica um compromisso de caridade, um esforço sempre renovado por ter os sentimentos de Cristo Jesus[21], e para uma contínua conversão.

A instituição divina da liturgia jamais pode ser considerada como um adorno contingente da vida eclesial, já que «nenhuma» comunidade cristã se edifica se não tem sua raiz na celebração da Santíssima Eucaristia, pela qual se inicia toda a educação do espírito da comunidade. Esta celebração, para ser sincera e plena, deve conduzir tanto às várias obras de caridade e mútua ajuda como à ação missionária e às várias formas de testemunho cristão[22].

No momento atual da América Latina, como em todos os tempos, a celebração litúrgica comporta e coroa um compromisso com a realidade humana[23], com o desenvolvimento e com a promoção, precisamente porque toda a criação está envolvida pelo desígnio salvador que abrange a totalidade do homem[24].

b) Princípios pastorais. No momento atual de nosso continente, certos estados de vida e certas atividades humanas representam uma importância vital para o futuro. Entre os primeiros cabe destacar a família, a juventude, a vida religiosa e o sacerdócio; entre as segundas, a promoção humana e tudo o que está ou pode ser colocado a seu serviço: a educação, a evangelização e as diversas formas de ação apostólica.

Sendo a sagrada liturgia a presença do mistério da salvação, visa em primeiro lugar à glória do Pai[25]. Mas essa mesma glória[26] comunica-se aos homens e por isso a celebração litúrgica, mediante o conjunto de sinais com que expressa a fé, apresenta:

1. Um conhecimento e uma vivência mais profunda da fé:[27]
2. Um sentido da transcendência da vocação humana:[28]
3. Um fortalecimento do espírito da comunidade:[29]

4. Uma mensagem cristã de alegria e esperança;[30]
5. A dimensão missionária da vida eclesial;[31]
6. A exigência postulada pela fé, de comprometer-se com as realidades humanas.[32]

Todas essas dimensões devem estar presentes onde quer que cada estado de vida realize alguma atividade humana.

Para que a liturgia possa realizar, em plenitude, esses objetivos, necessário se faz:

1. Uma catequese prévia sobre o mistério cristão e sua expressão litúrgica;[33]
2. Adaptar-se ao gênio das diversas culturas e encarnar-se nele;[34]
3. Acolher, portanto, positivamente, a pluralidade na unidade, evitando erigir, a priori, a uniformidade como princípio;[35]
4. Manter-se numa situação dinâmica que acompanhe tudo o que houver de novo no processo de evolução da humanidade;[36]
5. Conduzir a uma experiência vital da união entre a fé, a liturgia e a vida cotidiana, em virtude da qual chegue o cristão ao testemunho de Cristo.[37]

Não obstante, a liturgia, que interpela o homem, não pode reduzir-se a mera expressão de uma realidade humana freqüentemente unilateral ou marcada pelo pecado.[38]

III. Recomendações

a) referentes aos bispos. O Concílio Vaticano II reconhece ao bispo o direito de regulamentar a liturgia e aponta-lhe o dever de promovê-la no seio da Igreja local[39]. A ele cumpre:

1. Com toda a responsabilidade pastoral, promover singular ou coletivamente, a vida litúrgica;
2. Celebrar freqüentemente como «grande sacerdote de sua grei», cercado por seu presbitério e ministros no meio de seu povo[40];
3. Uma função moderadora «ad normam juris» e segundo o espírito da Constituição da Sagrada Liturgia;[41]
4. Valer-se da comissão diocesana ou inter-diocesana, recomendadas pelo Concílio, compostas de estudiosos da liturgia, Bíblia, pastoral, música e arte sacra[42].

b) Referentes às conferências episcopais. A renovação comunitária e hierárquica necessita, além disso, da integração de «diversas assembleias territoriais» de bispos legitimamente constituídas[43]. A elas cabe uma função regulamentadora e coordenadora, dentro dos limites estabelecidos que assegurem a fidelidade da imagem eclesial que cada comunidade cristã deve oferecer da Igreja universal.

Para conseguir melhor estas finalidades, a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano:

1. Deseja que se confirmem às Conferências Episcopais faculdades mais amplas em matéria litúrgica, a fim de que possam realizar melhor as adaptações necessárias, levando em conta as exigências de cada assembleia;

2. Recomenda que, dadas as peculiaridades circunstanciais dos territórios de missão, seus ordinários se reúnam para estudar as adaptações necessárias e para que possam ser apresentadas à autoridade competente[44].

c) Serviços do CELAM. A coincidência de problemas comuns e a necessidade de contar com grupos de técnicos devidamente preparados, aconselha, além disso, o incremento dos serviços que possa proporcionar o Departamento de Liturgia do CELAM. Tais são:

1º - Um serviço de informação, documentação bibliográfica e coordenação prestado pelo secretário executivo do Departamento, que se propõe manter em permanente comunicação os Episcopados latino-americanos.

2º - Um serviço de investigação e formação que já começou a prestar o Instituto de Liturgia Pastoral de Medellín, com vistas a adaptação mais profunda da liturgia às necessidades e culturas da América Latina[45]. Para isso se torna necessário que se considere e se facilite o agrupamento de técnicos em liturgia, Sagradas Escrituras e Pastoral, como em ciências antropológicas, cujos trabalhos abram caminho a um progresso legítimo[46].

3º - Um escritório de coordenação dos musicólogos, artistas e compositores numa união de esforços que se estejam realizando em nossos países, de forma a proporcionar uma música digna dos sagrados mistérios.[47]

4º - Um serviço de assessoramento técnico, tanto para a conservação do patrimônio artístico como para a promoção de novas formas artísticas[48].

5º - Um serviço editorial para diversas publicações que sirvam de instrumento valioso para a pastoral litúrgica, sem que isso interfira no âmbito de outras publicações.

Os serviços mencionados pressupõem a existência de bibliotecas especializadas e suficientemente providas.

d) Sugestões particulares

1º - A celebração da Eucaristia em pequenos grupos e comunidades de base pode ter verdadeira eficácia pastoral; aos bispos cabe permiti-la, tendo em conta as circunstâncias de cada lugar.

2º - A fim de que os sacramentos alimentem e fortaleçam a fé na situação atual da América Latina, aconselha-se o estabelecimento, planificação e intensificação de uma pastoral sacramental comunitária mediante preparações sérias, graduais e adequadas para o batismo (os pais e padrinhos) , confirmação, primeira eucaristia e matrimônio[49].

É recomendável a celebração comunitária da penitência, mediante uma celebração da Palavra em observância a legislação vigente, porque isso contribui para ressaltar a dimensão eclesial desse sacramento e torna mais frutuoso, a participação no mesmo.

3º - Incrementem-se as sagradas celebrações da Palavra, conservando sua relação com os sacramentos nos quais ela alcança sua máxima eficácia e particularmente com a Eucaristia[50]. Promovam-se as celebrações ecumênicas da palavra, segundo o teor do decreto sobre o ecumenismo, n. 8, e seguindo as normas do Diretório no. 33.35.

4º - Sendo tão arraigadas em nosso povo certas devoções populares, recomenda-se buscar formas mais adequadas, que lhes dêem conteúdo litúrgico, de modo que se tornem veículos da fé e de compromisso com Deus e com os homens.[51]

10. MOVIMENTOS LEIGOS

I. Constatações

1.1. Em outros documentos, e de diferentes ângulos, assinalou-se a presença dos leigos no processo de transformação de nosso continente.

Neste documento nos propomos rever a dimensão apostólica dessa presença no momento histórico em que todos estamos vivendo na América Latina.

1.2. Recordemos mais uma vez que o momento histórico atual de nossos povos, se caracteriza na ordem social e do ponto de vista objetivo, por uma situação de sub-desenvolvimento, revelada por fenômenos maciços de marginalidade, alienação e pobreza, e condicionada, em última instância, por estruturas de dependência econômica, política e cultural em relação às metrópoles industrializadas, que detêm o monopólio da tecnologia e da ciência (neocolonialismo, cf. PP n. 3).

Do ponto de vista subjetivo, nosso continente se caracteriza pela tomada de consciência dessa situação, que provoca em amplos setores dos povos latino-americanos atitudes de protesto e aspirações à libertação, ao desenvolvimento e à justiça social.

Esta complexa realidade, historicamente, coloca os leigos latino-americanos ante o desafio de um compromisso libertador e humanizador.

1.3. Por um lado, a modernização refletida nos setores mais dinâmicos da sociedade latino-americana, acompanhada pela crescente tecnização e aglomeração urbana, manifestou-se em fenômenos de mobilidade, socialização e divisão do trabalho, cujo efeito foi carrear importância crescente aos grupos e ambientes funcionais - fundados sobre o trabalho, a profissão ou a função - em relação às comunidades tradicionais de caráter de vizinhança ou territorial.

Os ditos meios funcionais constituem em nossos dias os centros de decisão mais importantes no processo de transformação social, e os focos onde se condensa, ao máximo, a consciência da comunidade.

Estas novas condições de vida obrigam os movimentos leigos da América Latina a aceitarem o desafio de um compromisso de presença, de adaptação permanente e de criatividade.

1.4. A insuficiente resposta a estes desafios e, muito especialmente, a inadequação às novas formas de vida que caracterizam os setores dinâmicos de nossa sociedade, explicam em grande parte as diferentes formas de crises que afetam os movimentos leigos.

Muitos deles, com efeito, empreenderam um trabalho decisivo em seu tempo, mas, por circunstâncias posteriores, ou se fecharam em si mesmos, ou se aferraram indevidamente a estruturas demasiado rígidas, ou não souberam situar devidamente seu apostolado no contexto de um compromisso histórico libertador.

Por outro lado, muitos destes movimentos não refletem um meio sociológico compacto, ou talvez não tenham adotado a organização e a pedagogia mais apropriadas a um apostolado de presença e compromisso nos ambientes funcionais, onde, em grande parte, fermenta o processo de transformação social.

1.5. Finalmente, entre os fatores que favorecem a crise de muitos movimentos, assinalam-se também a pequena integração do leigo latino-americano na Igreja, o freqüente desconhecimento, na prática, de sua legítima autonomia e a falta de assessores devidamente preparados para as novas exigências do apostolado dos leigos.

1.6. Finalmente, não é possível desconhecer os valiosos serviços que prestaram e continuam prestando com renovado vigor os movimentos leigos à promoção cristã do homem latino-americano. Sua presença em muitos ambientes, apesar dos obstáculos e das dolorosas crises de crescimento, é cada vez mais efetiva e notória. Por outro lado, na elaboração de muitas renovações acolhidas e confirmadas pelo Vaticano II, não se pode deixar de ver o trabalho e a reflexão de muitas gerações de militantes cristãos.

II. Critérios teológico-pastorais

2.1. No seio do Povo de Deus, que é a Igreja, há unidade de missão e diversidade de carismas, serviços e funções «obra do único e mesmo Espírito» (1 Cor 12,11), de sorte que todos, a seu modo, cooperem unanimemente na obra comum (cf. LG 32 e 33).

2.2. Os leigos, como membros da Igreja, participam da tríplice função profética, sacerdotal e real do Cristo, em vista da realização da sua missão eclesial. Todavia, realizam especificamente esta missão no âmbito do temporal, em vista da construção da história, «exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus» (LG 31).

2.3. O que tipifica o papel do leigo é seu compromisso com o mundo, entendido como quadro de solidariedade humana, como trama dos acontecimentos e fatos significativos, em uma palavra, como história.

Pois bem, comprometer-se é ratificar com ações a solidariedade em que todo homem se encontra imerso, assumindo tarefas de promoção humana na linha de um determinado projeto social.

O compromisso assim entendido, na América Latina, deve estar impregnado pelas circunstâncias peculiares de seu momento histórico presente, pelos signos da libertação, da humanização e do desenvolvimento.

Nunca é demais dizer que o leigo goza de autonomia e responsabilidade próprias para optar por seu compromisso temporal. A *Gaudium et Spes* assim o reconhece, quando diz que os leigos «conscientes das exigências da fé e vigorizados por suas próprias energias, empreendam, sem vacilar e quando seja necessário, novas iniciativas e levem-nas a bom termo (. . .) Não pensem que seus pastores estejam sempre em condições de poder dar-lhes de imediato soluções concretas em todas as questões, por mais graves que surjam. Não é esta sua missão. Cumpram os leigos melhor suas missões específicas, à luz da sabedoria cristã e com a observância atenta da doutrina do magistério» (GS 43) .

E, como diz a *Populorum Progressio* em seu final: «Aos leigos, por sua livre iniciativa e sem esperar passivamente ordens e diretrizes, pertence impregnar de espírito cristão a mentalidade, os costumes, as leis e as estruturas da comunidade em que vivem» (n. 81) .

2.4. Por mediação da consciência, a fé - que opera pela caridade - está presente no compromisso temporal do leigo como motivação, iluminação e perspectiva escatológica, e dá sentido integral aos valores baseados na dignidade humana, na união fraternal e na liberdade, que «voltaremos a encontrar limpos de toda a mancha, iluminados e transfigurados, no Dia do Senhor» (GS 39). “En-sina também a Igreja que a esperança escatológica não diminui a importância das tarefas temporais, mas, pelo contrário, proporciona novas motivações, para seu exercício” (GS 21).

2.5. Pois bem, como a fé exige ser compartilhada e por isso mesmo implica uma exigência de comunicação ou de proclamação, compreende-se a vocação apostólica dos leigos dentro, e não fora, de seu próprio compromisso temporal.

Mais ainda: ao ser assumido este compromisso no dinamismo da fé e da caridade, ele adquire em si mesmo um valor de testemunho e se confunde com o testemunho cristão. A evangelização do leigo, nesta perspectiva, nada mais é que a explicação ou a proclamação do sentido transcendente deste testemunho.

Vivendo “nas ocupações e nas condições ordinárias de vida familiar e social, pelas quais sua existência está como que tecida”, os leigos são chamados por Deus ali mesmo “para que, desempenhando sua própria profissão e guiados pelo espírito evangélico, contribuam para santificação do mundo, penetrando-o como fermento... A eles, pois, corresponde iluminar e ordenar as realidades temporais, às quais estão estreitamente vinculados” (LG 31).

2.6. O apostolado leigo terá maior transparência de sinal e maior densidade eclesial, quando apóia seu teste-munho em equipes ou comunidades de fé, nas quais o Cristo prometeu especialmente estar presente (Mt 18,20) . Deste modo, os leigos cumprirão mais cabalmente sua missão de fazer com que a Igreja «aconteça» no mundo, na tarefa humana e na história.

III. Recomendações pastorais

Tendo em conta as numerosas recomendações pasto-rais já desenvolvidas em outros documentos desta Confe-rência sobre o papel dos leigos na América Latina, ate-mo-nos apenas às seguintes:

3.1. Atendendo às prioridades evidentes, derivadas da situação latino-americana que descrevemos acima com especial ênfase e urgência, deve ser promovida a criação de equipes apostólicas ou de movimentos seculares nos lu-gares ou estruturas funcionais, sobretudo naquelas onde se elabora e se decide o processo de libertação e humani-zação da sociedade a que pertencem, dotando-os de uma estrutura adequada e de uma pedagogia baseada no discer-nimento dos sinais dos tempos, no cerne dos acontecimen-tos.

3.2. Reconhecendo a crescente interdependência entre as nações e o peso das estruturas internacionais de domi-nação, que condicionam de forma decisiva o subdesenvol-vimento dos povos periféricos, os leigos devem assumir seu compromisso cristão ao nível dos movimentos e orga-nismos internacionais para promover «o progresso dos po-vos mais pobres e favorecer a justiça entre as nações (PP 5) .

3.3. As equipes ou movimentos que já existirem para tais tarefas devem ser apoiadas decididamente, e que não se abandone seus militantes quando, pelas implicações so-ciais do Evangelho, são levados a compromissos que oca-sionam dolorosas conseqüências.

3.4. Os movimentos de apostolado dos leigos, situados no plano de uma mais estreita colaboração com a hierar-quia e que tanto contribuíram para a ação da Igreja, con-tinuam tendo vigência como apostolado organizado. Hão de ser, portanto, promovidos, ainda que se deva evitar “ir para além do limite de vida útil de associações e métodos antiquados” (AA 19 d) .

3.5. Deve ser fomentada uma espiritualidade própria dos leigos, baseada em sua própria experiência de com-promisso com o mundo, ajudando-os a se entregarem a Deus, entregando-se aos homens. Ensinando-os a redesco-brir o sentido da oração e da liturgia como expressão e alimento dessa dupla e recíproca doação. «Seguindo o exemplo do Cristo, que exerceu o artesanato, alegrem-se os cristãos de poder exercer todas as suas atividades tem-porais, fazendo uma síntese vital do esforço humano, fami-liar, profissional, científico ou técnico, com os valores re-ligiosos, tudo cooperando para a glória de Deus» (GS 43).

3.6. Finalmente, que se preste o devido reconhecimen-to e apoio a todos os movimentos internacionais de apos-tolado dos leigos, que através de seus organismos de coor-denação promovem e edificam com tanto sacrifício o apos-tolado neste continente, atentos às exigências peculiares de sua problemática social.

11. SACERDOTES

I. Observações sobre a situação atual

1. Motivação

As grandes mudanças do mundo de hoje na América Latina afetam obrigatoriamente os presbíteros no seu ministério e em sua vida. Por isso nós, os bispos, tentamos refletir com o propósito de contribuir para o orientamento da renovação sacerdotal nesta hora complexa do continente.

2. Diversidade das situações concretas

As conseqüências das mudanças não são as mesmas em todos os países, nem em todos os setores de cada país. Afetam de modo particular as pessoas jovens e os sacerdotes que estão comprometidos nos pontos-chaves da presente situação de mudança. Estas conseqüências se caracterizam de modo particular pela maior valorização de alguns aspectos do ministério e da vida sacerdotal e pelo menosprezo de outros. Em ambos os casos existem elementos positivos e negativos. A soma desses elementos dá um total, em definitivo, construtivo e gerador de esperança.

3. O quantitativo e o qualitativo em relação aos sacerdotes

Como causa global da insuficiência pastoral na América Latina leva-se muito em conta a escassez numérica dos sacerdotes, além do crescimento demográfico. E isto é verdade: apesar da generosa integração de presbíteros enviados pelas Igrejas-irmãs e apesar de não poucas famílias religiosas procurarem estabelecer núcleos em zonas ainda não providas de clero diocesano. Reconhecemos, contudo, que existem erros de ordem distributiva que influem na qualidade do trabalho pastoral como por exemplo:

a) a primeira coisa que salta à vista é o excessivo acúmulo de pessoas nas igrejas mais desenvolvidas e a ausência de elementos do clero em regiões que deles necessitam, no mesmo país, e até na mesma diocese ou cidade;

b) existem igrejas com abundância de clero paroquial mas carecem de pessoas especializadas. Existem regiões e igrejas que se beneficiariam se recebessem - mesmo temporariamente - a ajuda de sacerdotes especializados cujos serviços não são aproveitados integralmente.

4. Consideração das carismas sacerdotais

O sacerdócio hierárquico é enriquecido certamente pela ação renovadora do Espírito Santo que provê sempre de carismas a sua Igreja. É, sem dúvida, possível comprovar que neste campo os superiores nem sempre prestam suficiente atenção à diversidade carismática, o que afeta negativamente o ministério sacerdotal. Por outro lado, não faltam sacerdotes que confundem os dons do Espírito Santo com simples inclinações naturais ou interesses individuais sem levar em conta as perspectivas da comunidade, para cujo exercício são outorgados os carismas.

5. Aspectos da crise pessoal

a) Existe, antes de tudo, um perigo para a própria fé do presbítero de hoje e para isso contribui um conjunto de elementos de especial complexidade. Cabe assinalar principalmente certa superficialidade na formação mental e uma insegurança doutrinária, ocasionada por um relativismo ideológico e por certa desorientação teológica (cf. discurso de Paulo VI em Bogotá por ocasião da abertura da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano) e também pelos atuais progressos, sobretudo das ciências antropológicas e das ciências da Revelação de que muitos presbíteros não possuem o necessário esclarecimento ou não chegaram a assimilá-los suficientemente.

Percebe-se, além disso, neste momento de transição, uma crescente desconfiança nas estruturas históricas da Igreja, que chega, em alguns, ao menosprezo de tudo o que foi instituído, comprometendo os próprios

aspectos da ins-tituição divina. Parece-nos que este perigo para a fé é, de-finitivamente, o elemento mais pernicioso para o presbí-tero de hoje.

b) O sacerdote de hoje sente a necessidade de uma ex-pressão mais vivencial em sua oração, de sua ascese e consagração. A superação da dicotomia entre a Igreja e o mundo e a necessidade de maior presença da fé nos valo-res temporais exigem a adoção de novas formas de espi-ritualidade, segundo as orientações do Vaticano

II. Não poucos sacerdotes, antes de assegurar a passagem vale-doura para novas formas, emancipam-se do tradicional com o risco de cair em desastroso enfraquecimento de sua vida espiritual. Este enfraquecimento da espiritualidade é particularmente perigoso porque o sacerdote transfere fa-cilmente sua própria crise à comunidade em que vive.

c) Em relação ao celibato sacerdotal, um louvável aprofundamento do valor afetivo da pessoa humana e uma exacerbação do erotismo no meio ambiente, unidos ao fre-qüente descuido da vida espiritual e a outras causas mais, abrem caminho a uma nova e variada problemática.

Alguns apóiam seus argumentos em razões do tipo pastoral ou psicológico ou aduzem reflexões teológicas que delimitam a distinção entre carisma e ministério, enquan-to outros pretenderiam diminuir a força do próprio com-promisso assumido na consagração.

d) No ministério presbiterial é fácil sentir hoje uma tensão entre as novas exigências da missão e certo modo de exercer a autoridade, que pode implicar em crise de obediência. A consciência mais viva da dignidade e res-ponsabilidade da pessoa, a maior sensibilidade atual pela ordem dos valores mais do que pela ordem das normas, a nova concepção do ministério hierárquico como estrutura colegial, o sentido da autoridade como serviço, a distinção da obediência específica do religioso, da obediência pró-pria do sacerdote, (PC 14, comparado com PO 15) são indícios de um novo clima muito positivo mas também portador de tensões: se a isto aduzirmos as falhas natu-rais das pessoas, compreender-se-á facilmente a presença de um conjunto de problemas delicados no exercício do ministério sacerdotal.

Nesta ordem de coisas é preciso assinalar, sobretudo, um perigoso ofuscamento, em alguns, do valor do magis-tério papal e episcopal, que pode levar não só a uma falta de obediência mas também de fé.

e) Também surgem dúvidas no que concerne à pró-pria vocação sacerdotal. Motivam essas dúvidas vários fa-tores característicos desta hora de renovação eclesial:

- a crescente valorização do papel do leigo no desen-volvimento do mundo e da Igreja;
- a discussão moderna sobre o papel e a figura do sacerdote na sociedade;
- a superficialidade com que se encara e vive o pró-prio sacerdócio, em serviços religiosos de rotina e em uma forma de vida aburguesada.

f) Há também uma crise entre sacerdotes que por sua idade e formação recebem-se como que incapaci-tados para assumir as mudanças de renovação promovidas pelo Concílio.

g) Muitos sacerdotes lamentam que a revisão do re-gime de benefícios, lenta por sua própria complexidade, mantenha ainda em suas igrejas um lamentável estado de penúria e pedem a quantos sejam afetados pelas impres-cindíveis reformas administrativas, que facilitem a pronta aplicação das indicações conciliares.

II. Elementos de reflexão pastoral

1. Sacerdócio de Cristo

a) Na nova Aliança, Cristo Jesus, Senhor ressusci-tado, é o único sacerdote, mediador sempre ativo ante o Pai em favor dos homens.

O ministério hierárquico da Igreja, sacramento na terra desta única mediação, faz com que os sacerdotes atuem entre os homens “in persona Christi”. A eles tam-bém se aplica parcialmente o que Paulo VI dissera de Cristo sumo e eterno Sacerdote « . . . não és diafragma, mas passagem; não és obstáculo, mas sim caminho; não és um profeta qualquer, mas o intérprete único e neces-sário do mistério religioso . . . és a ponte entre o reino da terra e o reino do céu. . . és necessário, és suficiente para nossa salvação . . . » (Disc. de 22-8-68, em Bogotá) .

b) Em seu sacerdócio Cristo unificou a tríplice função de profeta, liturgo e pastor, estabelecendo com isso uma peculiar originalidade no ministério sacerdotal de sua Igre-ja. Por isso os sacerdotes, embora dedicados a tarefas mi-nisteriais nas quais se acentua alguns dos aspectos desta tríplice missão, não devem esquecer os outros, nem enfra-quecer a intrínseca unidade da ação total de seu ministé-rio, porque o sacerdócio de Cristo é indivisível (cf. PO 8) .

2. Comunhão hierárquica

a) No corpo místico de Cristo, os bispos e os presbí-teros são consagrados pelo sacramento da Ordem para exercer o sacerdócio ministerial como um conjunto orgâ-nico, que manifesta e torna presente a Cristo Cabeça (cf. LG 21). Os presbíteros são incorporados a este conjunto orgânico para serem cooperadores da Ordem episcopal. De-duz-se daí, como consequência inevitável, a íntima união de amizade, amor, preocupações, interesses e trabalhos entre bispos e presbíteros de modo que não se possa con-ceber um bispo desligado ou alheio a seus presbíteros, nem um presbítero desligado do ministério de seu bispo. Todos os sacerdotes vinculados entre si por uma verdadei-ra “fraternidade sacramental” (PO 4), devem saber con-viver e atuar unidos na solidariedade de uma mesma consagração.

b) Em vista da comunhão hierárquica do ministério sacerdotal sugere-se assegurar uma forma institucionaliza-da da adequada co-responsabilidade dos presbíteros com a ordem episcopal. Encarece-se, assim, antes de mais nada, a criação ou eficiente funcionamento do Conselho presbiterial em cada diocese. Além disso achamos importante, hoje, maior representação dos presbíteros nos organis-mos episcopais de nível supra-diocesano.

3. Comunidade eclesial

Os bispos, com os presbíteros, receberam “o minis-tério da comunidade” (cf. LG 20), pelo qual devem dedicar-se a edificar e a guiar a comunidade eclesial como sinais e instrumentos de sua unidade (cf. PO 6).

Os presbíteros atuam na comunidade como membros específicos que compartilham com todo o povo de Deus o mesmo ministério e a mesma e única missão salvadora. Os leigos, por seu sacerdócio comum, gozam na comunida-de do direito e têm o dever de contribuírem com uma in-dispensável colaboração para a ação pastoral (cf. AA 3) . Por isso, é dever dos sacerdotes dialogar com eles não de maneira ocasional, mas de maneira constante e institucio-nal. O mesmo diga-se a respeito das religiosas e dos reli-giosos não-presbíteros.

4. Serviço ao mundo

a) Todo sacerdote ministerial é tomado de entre os homens e constituído em favor dos homens no que se re-fere a Deus (cf Hebr 5,1).

A consagração sacramental da Ordem situa o sacer-dote no mundo a serviço dos homens. É de particular im-portância sublinhar que a «consagração sacerdotal é con-ferida por Cristo para a «missão» de salvação do homem. Isto exige de todo sacerdote uma especial solidariedade de serviço humano, que seja expressa em uma viva dimensão missionária, que o faça colocar suas preocupações ministe-riais a serviço do mundo com seu grandioso futuro e seus humilhantes pecados, e um contato inteligente e constan-te com a realidade, de tal maneira que sua consagração resulte num modo especial de presença no mundo, e não em uma segregação dele.

b) O mundo latino-americano encontra-se empenhado em um gigantesco esforço para acelerar o processo de desenvolvimento no continente.

Nesta tarefa cabe ao sacerdote um papel específico e indispensável. Ele é meramente um promotor do progresso humano. Descobrir o sentido dos valores tempo-rais, deverá procurar conseguir «unindo o esforço humano, familiar, profissional, científico e técnico, uma síntese vital com os valores religiosos, sob cuja altíssima hierarquia tudo coopera para a glória de Deus» (GS 43) . Mas para isso deve esforçar-se, pela palavra e pela ação apostólica não só sua mas também da comunidade eclesial, para que todo o trabalho temporal adquira seu pleno sentido de liturgia espiritual, incorporando-o de maneira vital na celebração da Eucaristia.

c) Para promover o desenvolvimento integral do homem deverá formar e incentivar entre os leigos a participação ativa, com consciência cristã, na técnica e elaboração do progresso. Mas acontece que na ordem econômica e social e principalmente na ordem política, onde se apresentam diversas opções concretas, ao sacerdote não cabe diretamente a decisão, nem a liderança e nem tampouco a estruturação de soluções.

II. Algumas conclusões orientadoras

I. Espiritualidade

a) A adequada co-responsabilidade ser uma vivência pessoal intrinsecamente vinculada à ação ministerial (cf. PO 13) .

Dentre as exigências desta espiritualidade nenhuma é superior nem mais necessária que a de uma profunda e permanente vida de fé. Por ela o sacerdote deve tornar clara a perfeita unidade de Cristo com o Pai «quem me vê, vê ao Pai» (Jo 14,9) ; e poder testemunhar com São Paulo «sede meus imitadores, como eu o sou de Cristo» (1 Cor 11,1).

O que importa, pois, antes de mais nada, é que o sacerdote seja homem de oração por antonomásia. Um sacerdote, cuja vida não for testemunha deste espírito de fé, jamais poderá ser reconhecido como digno ministro de Cristo Senhor.

b) A caridade pastoral infundida pelo sacramento da ordem deve impulsionar, hoje, os sacerdotes a trabalharem mais do que nunca pela união entre os homens até dar a vida por eles, como o fez o Bom Pastor.

No exercício desta caridade que une o sacerdote intimamente com a comunidade, encontrar-se-á o equilíbrio da personalidade humana, feita para o amor, e se redes-cobrirão as grandes riquezas contidas no carisma do celibato, em toda sua visão cristológica, eclesiológica, escatológica e pastoral (cf. Encíclica: Sacerdotialis coelibatus).

2. Ministério

Uma clara consequência da orientação conciliar é a superação da uniformidade da figura do presbítero; os sacerdotes «...quer exerçam o ministério paroquial ou supra paroquial, quer se dediquem às investigações ou ao ensino, quer trabalhem manualmente, compartilhando da sorte dos próprios operários . . . quer, enfim, levem a cabo outras obras apostólicas ou relacionadas com o apostolado» (PO 8), exercerão seu ministério em consonância com a exigência pastoral das diferenças carismáticas.

É mister, entretanto, lembrar com respeito aos carismas, que compete aos que presidem a Igreja julgar da autenticidade e ordenado exercício de tais dons (cf. LG 12 e AA 3) . Neste campo é preciso que haja uma planificação pastoral para melhor distribuição dos sacerdotes tanto quantitativa quanto qualitativamente.

3. Diálogo e cooperação

a) A adequada co-responsabilidade entre bispos e presbíteros pede o exercício de um diálogo no qual haja mútua liberdade e compreensão, tanto com respeito aos assuntos a tratar quanto à maneira de discutir-tos. Isto ajudará muito a compreender melhor a missão comum do sacerdócio ministerial e trará um clima novo, no qual será mais fácil superar certas tensões de obediência pela busca em comum da vontade de Deus.

b) É de extraordinária importância dar vida aos «Conselhos Pastorais» que são inegavelmente uma das instituições mais originais sugeridas pelo Concílio e um dos mais eficientes instrumentos da renovação da Igreja em sua ação de pastoral de conjunto.

c) É contrário ao profundo sentido de união do presbitério o isolamento em que vivem muitos sacerdotes.

Para que possa realmente ser compartilhada a responsabilidade comum na igreja local, recomendamos vivamente que se fomente a vida das equipes sacerdotais em suas diversas formas. É preciso estabelecer centros sacerdotais onde possam reunir-se, em um ambiente fraternal e de contato freqüente com o bispo, todos os presbíteros que tenham em mente seu aperfeiçoamento pessoal.

4. Valores culturais

É hoje urgente tornar possível a atualização cultural dos presbíteros, proporcionando-lhes tempo e meios adequados.

Em primeiro lugar, será necessário ajudá-los a assimilarem com a devida profundidade as grandes metas de orientação teológica do Concílio e os principais progressos das ciências da revelação. Além disso, é preciso maior adaptação a todo o progresso humano; a missão do presbítero, na verdade, exige uma cultura autêntica e dinâmica, contentemente atualizada e aprofundada, que não se reduza a mero cultivo intelectual, mas que abranja todo o sentido da “humanitas” enriquecida pelos valores vividos sacerdotalmente (cf. PO 3).

5. Modo de vida

Uma das características indispensáveis da espiritualidade sacerdotal, especialmente requerida por nossa situação continental, é a pobreza evangélica.

Os presbíteros devem ser testemunhas do Reino, sendo pobres pelo espírito e imitando Jesus Cristo, mas valorizando e usando de maneira pastoral os bens econômicos em favor de Cristo pobre, presente todos os dias na pessoa dos necessitados. A pobreza evangélica, que é vivida na Igreja de acordo com as diferentes vocações, terá que concretizar-se, para os presbíteros diocesanos, num modo de vida que lhes dê as possibilidades econômicas, condizentes com um ministério de especial situação comunitária.

Deverá ser preocupação dos bispos com seu presbitério cuidar da realização concreta de um sistema de sustentação dos presbíteros que, por um lado, evite toda a aparência de lucro com relação ao sagrado e, por outro lado, distribua equitativamente as rendas diocesanas reunidas de maneira solidária por todas as paróquias (cf. PO 21). Em particular as Conferências Episcopais consigam quanto antes o funcionamento de uma previdência social adequada para o clero.

IV. Saudação fraternal

1. A nossos presbíteros

Nós, bispos, sentimos-nos unidos a todos os queridos irmãos que, na serenidade e na paz, vêm enfrentando problemas e inquietude que põem em relevo a riqueza de seu amor pela Igreja e pelos homens. Unidos procuramos dar nossa resposta aos problemas do homem atual. Pensaremos juntos, apoiando-nos no dom de Deus para discernir os sinais dos tempos. Encontraremos no Evangelho a imagem mais nítida de Cristo Senhor. Contamos com sua ajuda para levar a cabo este serviço em uma Igreja que empreende com prazer e confiança a tarefa de conduzir com Cristo, Pastor eterno, todos os homens à casa do Pai.

É de justiça, em particular, manifestar nosso reconhecimento a todos os sacerdotes que, em passado remoto ou próximo viveram, trabalharam e se entregaram aos povos da América Latina.

Não podemos tampouco deixar de testemunhar nos-so íntimo reconhecimento aos numerosos sacerdotes e religiosos das Igrejas irmãs que, deixando pátria, tradições e amigos, vieram juntar-se à tarefa apostólica que sozinhos não poderíamos consumir.

2. Aos que estão em crise

Dirigimo-nos, além disso, aos nossos queridos cooperados que estão padecendo as angústias de muitas e variadas crises depois de anos vividos na fidelidade e abnegação. Reconhecemos que sua situação é fruto, às vezes e em parte, de sinceridade e autenticidade. Que exista entre nós uma recíproca confiança e apesar de nossas deficiências e até possíveis, embora não intencionais, falhas, acreditem com espírito elevado que nós, por disposição divina, somos também com respeito a tudo isso, responsáveis perante Deus.

Permitam que os ajudemos e, na convivência com os irmãos presbíteros, que vivem e sofrem na senda do Senhor, procurem amparo e solidariedade. Acima de tudo, não se afastem do contato íntimo e confiante com Cristo, que não os considera servos, mas sim amigos. Saibam também que por eles oramos ao Pai das luzes.

3. Aos que se afastaram

Aos presbíteros que, com ou sem consentimento da autoridade competente, como resultado de uma crise, que em última instância só a Deus cabe julgar, afastaram-se do presbitério, dizemos que os reconhecemos marcados com o caráter do sacerdócio e que os respeitamos como irmãos, amando-os como filhos.

Encontrarão sempre nosso coração aberto para prestar-lhes ajuda, na medida de nossas possibilidades para que, conservando ou recuperando o vínculo visível da união essencial da Igreja de Cristo, dêem testemunho do Reino para o qual foram consagrados.

12. RELIGIOSOS

América Latina

1. A caridade com que amamos a Deus e ao próximo é a única santidade cultivada por todos aqueles que, guia-dos pelo Espírito de Deus, seguem o Cristo em qualquer estado de vida e profissão a que foram chamados (LG 41 e 42) .

Na Igreja, todos são chamados à santidade (LG 39), tanto os que pertencem à hierarquia como os leigos e os religiosos. Essa santidade se realiza mediante a imitação do Senhor, no amor. Pelo batismo o cristão inaugura sua configuração com o Cristo (LG 7) que, em seguida, pela ação de Deus e pela fidelidade do homem, irá crescendo até chegar à idade perfeita da plenitude de Cristo (LG 7) . Cada qual procura alcançar a santidade pela vivência da caridade, segundo as características próprias de seu estado de vida.

2. Nestes momentos de revisão, muitos se perguntam qual é o lugar do religioso na Igreja e em que consiste sua vocação especial no seio do Povo de Deus.

No transcorrer da história da Igreja, a vida religiosa teve sempre, e agora com maior razão, uma missão pro-fética, a de ser um testemunho da escatologia. Todo cristão, seja religioso ou leigo, deve buscar o Reino de Deus identificando-se, por amor, com Cristo na sua encarnação e na sua morte e ressurreição, que culmina na escatologia; todavia, o que é próprio do religioso, o que mais o caracteriza é viver a caridade mediante uma peculiar consagração que se funda na do batismo e a exprime com maior plenitude (PC 5). Esta consagração peculiar é um compromisso a viver com mais intensidade o aspecto escatológico do cristianismo, para ser dentro da Igreja, de um modo especial, «testemunha da Cidade de Deus».

3. Isto quer dizer, de uma parte, que o religioso deve encarnar-se no mundo real, e hoje com maior audácia que em outros tempos: não podendo alhear-se dos problemas sociais, do sentido democrático, da mentalidade pluralista etc., dos homens que vivem a seu lado. E assim, nas circunstâncias concretas da América Latina (nações em via de desenvolvimento, com escassez de sacerdotes etc.), exigem dos religiosos uma especial disponibilidade, segundo seu próprio carisma, para inserirem-se nas linhas de uma pastoral efetiva. Por outra parte, em meio a um mundo que marcha para a secularização e o esfriamento da fé e da caridade, o religioso deve ser o sinal de que o Povo de Deus não tem uma cidadania permanente neste mundo, mas que busca a futura mediante o estado religioso «que deixa seus seguidores mais livres dos cuidados terrenos, manifesta melhor aos fiéis os bens celestiais - já presentes nesta vida - e, sobretudo, dá um testemunho da vida nova e eterna conquistada pela redenção do Cristo, renuncia a ressurreição futura e a glória do reino celestial» (LG 44) . Ou, conforme expressa a *Lumen Gentium* em outra passagem: «Os religiosos, por seu estado, dão claro e exímio testemunho de que o mundo não pode ser transfigurado nem oferecido a Deus sem o espírito das bem-aventuranças».

Se é verdade que o religioso se coloca à certa distância das realidades do mundo presente, não o faz por desprezo ao mundo, mas com o propósito de recordar seu caráter transitório e relativo.

4. Seu testemunho não é algo abstrato mas existencial, sinal da santidade transcendente da Igreja: quer-se viver com maior plenitude, por meio desta especial consagração, aquela identificação pessoal com Cristo, que se iniciou com o batismo. Ela se expressa principalmente pelo voto de castidade através do qual o religioso se une ao

Senhor com um amor indivisível (OT 10) , e pela caridade da vida em comunidade é um prenúncio da união perfeita no reino futuro.

Nas congregações de vida ativa, a ação apostólica, como atividade missionária, não é um trabalho de desagração da vida religiosa, mas uma manifestação do desígnio de Deus na história da salvação que «também tende à plenitude escatológica» (AG 9) .

O testemunho do mundo futuro se manifesta de modo especial na vida religiosa contemplativa que é uma mediação e uma presença do mistério de Deus no mundo. A ela corresponde um grande papel, especialmente na situação latino-americana, já que, com sua vida de fé e abnegação, os contemplativos convidam a uma visão mais crista do homem e do mundo.

5. Tanto na vida ativa como na contemplativa requer-se, para que esse testemunho seja autêntico, um contato íntimo com Deus na oração pessoal e um aprofundamento no sentido da caridade que tem sua melhor expressão na celebração eucarística.

6. Colocados esses princípios e orientando-se este documento especialmente para o desenvolvimento e pastoral na América Latina, insistiremos somente naqueles aspectos da vida religiosa que têm relação direta com estes temas.

Ajornamento

7. As mudanças provocadas no mundo latino-americano pelo processo de desenvolvimento e, por outro lado, os planos de pastoral de conjunto, através dos quais a Igreja da América Latina quer encarnar-se em nossas concretas realidades de hoje, exigem uma revisão séria e metódica da vida religiosa e da estrutura da comunidade. Esta é uma condição indispensável para que os religiosos sejam um sinal inteligível e eficaz dentro do mundo atual.

8. Algumas vezes a separação entre a vida religiosa e o mundo é interpretada equivocadamente e há comunidades que mantêm ou criam barreiras artificiais, esquecendo-se que a vida comunitária deve abrir-se para o ambiente humano que a cerca, a fim de irradiar a caridade e abranger todos os valores humanos.

9. A verdadeira caridade tem como efeito a flexibilidade de espírito para adaptar-se a toda sorte de circunstâncias. Ao religioso cabe ter uma perfeita disponibilidade para seguir o ritmo da Igreja e do mundo atual, dentro dos limites que lhe marca a obediência religiosa. Deve adaptar-se às condições culturais, sociais e econômicas ainda que isto suponha a reforma de costumes e constituições ou a supressão de obras que hoje perderam sua eficácia. Os costumes, os horários, a disciplina devem facilitar as tarefas apostólicas.

10. É necessário levar em conta as inquietações e interrogações da juventude, que revelam em geral uma atitude de generosidade e compromisso com o ambiente.

11. Por outro lado, é preciso abordar seriamente o «conflito de gerações», que se caracteriza não somente como conflito entre um sistema de normas, de um lado, e de valores, de outro, mas também porque a certos valores não se lhes dá o caráter de absolutos, e este «relativismo» produz na juventude, e mais ainda nos adultos, um estado de insegurança que chega a afetar os valores da vida religiosa e da própria fé. É necessário, portanto, dar uma educação personalizadora, que os leve a realizarem-se através de graduais opções sociais, que tenham por meta a vivência autêntica dos valores evangélicos.

12. Também notamos que por causa desta transformação de mudança e insegurança registram-se numerosas deserções nos institutos religiosos. Nestes casos é necessário um espírito de compreensão fraterna que facilite ao máximo o reajustamento psicológico e social dos que deixam a vida religiosa.

Participação no desenvolvimento da vida religiosa

13. O amor fraternal a todos os membros do Corpo místico terá que nascer da «vida escondida com Cristo em Deus» e há de ser a fonte de todo apostolado (PC 6), e o apostolado terá que conduzir à unidade da caridade (PO 9). Para os religiosos de vida ativa a ação apostólica não pode ser considerada como algo secundário; muito ao contrário, ela «integra a própria natureza da vida religiosa»; toda a vida religiosa de seus membros há de estar saturada do espírito apostólico, e toda a ação apostólica enformada do espírito religioso» (PC 8; LG 44).

14. A integração da vida apostólica (em todas as suas manifestações) na própria vida das instituições re-ligiosas está se apresentando na América Latina como um problema de características dramáticas, especialmente en-tre os jovens, mais sensibilizados pelos condicionamentos do processo de humanização do continente.

15. No entender desses jovens há uma dissociação prá-tica entre o conjunto de observância a que se dá o nome de «vida regular» e a participação no desenvolvimento do homem latino-americano.

16. Isto provoca uma crítica severa a seus próprios institutos e comunidades, acusando a vida religiosa, assim entendida, de alienação fundamental relativamente à vida cristã, e a inadaptação ao mundo de hoje.

17. As crises nas comunidades religiosas tomam gran-des proporções, enquanto diminui o número dos que nelas ingressam.

18. a) Por isso recomendamos aos religiosos: desen-volver e aprofundar uma teologia e uma espiritualidade da vida ativa. É necessário adquirir uma mentalidade que va-lorize sobrenaturalmente os elementos de penitência que o apostolado encerra e que realce o exercício das virtudes teologais e morais que ele implica.

b) É preciso tomar consciência dos graves problemas sociais de vastos setores do povo em que vivemos.

19. A situação atual não pode deixar inativos os re-ligiosos que, embora não tenham que intervir no sentido de dirigir o que é temporal, hão de trabalhar diretamente com as pessoas em um duplo aspecto: no de fazê-las viver sua fundamental dignidade humana e no de servi-las em vista dos bens da redenção (CELAM, Conclusões de Mar del Plata, p. 39) .

20. Consideramos que a colaboração do religioso para o desenvolvimento integral é algo vital e inerente à sua própria vocação. Cada um deve aceitar generosamente seu papel, sobretudo os que, por sua educação, sua situação e sua influência, têm maiores possibilidades (PP 32) .

21. A este respeito recordamos aos religiosos a neces-sidade de:

a) Insistirem em uma séria formação espiritual, teo-lógica, profunda e continuada, harmonizada com o culti-vo e apreciação dos valores humanos.

b) Valorizar o apostolado e suas exigências como ele-mento essencial da vida religiosa. A fidelidade a este as-pecto essencial exige dos religiosos a renovação constante de seus métodos dentro da continuidade com seu próprio patrimônio, para assimilar tudo o que de melhor for sur-gindo na Igreja e adaptar seus sistemas aos novos proces-sos e novas necessidades e, em nosso caso, a Igreja da Amé-rica Latina, em cumprimento de sua missão salvadora vá ao encontro do problema do desenvolvimento.

c) Considerar que o desenvolvimento se conecta ne-cessariamente com dimensões de justiça e caridade; a teo-logia deve intervir para ponderá-las no sentido de uma pastoral que cada vez mais carece de maior atualização, dado o dinamismo do progresso humano.

d) Rever sinceramente a formação que se dá no cam-po social aos religiosos, dando especial importância às ex-periências vitais ordenadas à aquisição de uma mentali-dade social.

e) Atender, educar, evangelizar e promover as clas-ses sociais marginalizadas sobretudo, com um espírito eminentemente missionário, preocupar-se com os numero-sos grupos indígenas do continente (PC 20).

f) Promover um autêntico espírito de pobreza que se traduza efetivamente em colocar a serviço dos outros os bens de que se disponha (PC 13).

g) Realizar o pedido de Paulo VI referente à reforma agrária no caso de possuírem terras não necessárias à obra apostólica.

Pastoral de conjunto

22. É necessário que em nossos planos de Pastoral de Conjunto possam as congregações religiosas integrar-se de acordo com o carisma, as finalidades específicas de cada instituto e as prioridades pastorais, ainda que para isso seja necessário, às vezes, abandonar certas obras para atender a outras que se considerem mais urgentes e necessárias.

23. Esta íntima participação dos religiosos terá que realizar-se a partir da fase de reflexão e planificação até a fase de realização, sem esquecer que a integração real só se obtém quando as próprias comunidades religiosas (ao nível provincial e local) tomarem consciência da responsabilidade pastoral colegial e refletirem em sintonia com os demais grupos e membros do Povo de Deus.

24. Temos consciência do indispensável trabalho apostólico que realizam religiosos e religiosas; eles continuarão sendo, junto ao clero das dioceses, a base da evangelização da América Latina. Sugerimos, sem embargo, que os religiosos se esforcem por integrar os leigos nos trabalhos apostólicos, respeitando sinceramente sua competência na ordem temporal e reconhecendo-lhes sua responsabilidade própria dentro da Igreja.

25. Finalmente, já que o trabalho de evangelização supõe permanência e estabilidade, esta II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano pede encarecidamente aos superiores que dêem estabilidade ao pessoal religioso que desempenha funções apostólicas na América Latina, de acordo com convênios firmados com os bispos da região.

Leigos consagrados na Vida Religiosa e nos Institutos Seculares

26. A consciência mais clara que os leigos vão tomando do lugar que lhes cabe dentro da Igreja por força de seu batismo, leva-nos a ver e apreciar de maneira especial o enorme potencial que representam para a América Latina os numerosos homens e mulheres que, conservando sua condição leiga, se consagraram ao Senhor na vida religiosa ou nos institutos seculares.

27. Recordamos antes de tudo que «a vida religiosa leiga, tanto para os homens como para as mulheres, constitui em si mesma um estado completo de profissão dos conselhos evangélicos» (PC 10) .

28. Todavia, para que os religiosos leigos possam cumprir sua missão específica na América Latina de hoje, é necessário que valorizem seu papel de «leigos consagrados» e consigam uma inserção mais profunda no laicato do Povo de Deus. Por meio de diversas formas de presença em pequenas comunidades que vivem do próprio trabalho, os religiosos leigos serão o «fermento na massa». Por suas tarefas apostólicas e profissionais, comunitárias ou pessoais, eles hão de ser um apoio eficaz para os leigos que trabalham nas mesmas atividades.

29. No campo da promoção humana, os institutos leigos deveriam partir para uma diversificação à luz de uma presença bem compreendida da Igreja em um mundo em desenvolvimento.

30. Os religiosos leigos poderão prestar freqüentemente um apoio valioso ao ministério hierárquico. Deste modo é que adquire especial importância, na situação atual, o trabalho que realizam as religiosas encarregadas de paróquias nos lugares em que a presença do padre não é permanente.

31. Toda essa atualização exige uma preparação esmerada que obriga as comunidades religiosas a uma profunda reflexão cristã sobre as condições humanas encontradas na América Latina e a uma aptidão profissional nos diversos setores (GE 3) .

32. Os trabalhos domésticos necessários e meritórios não devem ser, para os religiosos e religiosas de instituições de apostolado direto, um impedimento para seu trabalho específico.

33. Uma atenção especial deve ser prestada à formação espiritual e ao ajornamento dos religiosos leigos para que eles possam ser um sinal inteligível que manifeste ao homem latino-americano sua vocação.

Necessidade de centros regionais de decisão

(Cir. CLAR, op. cit., p. 48)

34. Por ser a situação da América Latina muito diferente da de outras regiões, em todos os planos, é muito importante que as decisões para aplicação concreta das normas gerais dadas pelos institutos religiosos sejam tomadas pelos responsáveis latino-americanos de cada país. De outra maneira, corre-se o risco de interpretar mal a situação regional e local, com grave dano para a vida e a atividade das comunidades religiosas.

Os Religiosos na vida do Povo de Deus sob a coordenação da Hierarquia

35. A característica dos religiosos só é compreensível relacionando-a com os outros membros, funções e ministérios do Povo de Deus.

36. Os religiosos sacerdotes têm uma situação especial: estão unidos com os bispos no sacerdócio, são consagrados para ser cooperadores da ordem episcopal, pertencem ao clero da diocese enquanto participam em obras de apostolado sob a autoridade dos bispos (PO 7; CD 34).

37. Religiosos e religiosas se integram à pastoral hierárquica em diversos níveis: no sacerdócio, no conselho pastoral, em organismos supra-diocesanos.

38. A diversidade de níveis de integração supõe para os superiores religiosos a missão de coordenar e alimentar as diferentes participações; cabe-lhes desenvolver e manter o sentido de comunidade que deve ligar a vida religiosa, em suas diversas funções e ministérios, com o Povo de Deus. Em consequência, a missão dos superiores, sobretudo dos superiores de grau mais elevado, deverá integrar-se muitas vezes em níveis que ultrapassam os da Igreja local.

39. Para o bem da pastoral diocesana e nacional, é indispensável que os bispos se reúnam periodicamente com os superiores religiosos e que as Conferências Episcopais convidem para suas assembleias a Conferência de Religiosos e Religiosas e vice-versa, para tratar, em um ambiente de compreensão e cordialidade, do que se relaciona com a participação dos religiosos na pastoral de conjunto (CD 5, 6, 35).

40. Um exemplo desta coordenação tão necessária encontramos muito bem retratado no plano continental, graças às relações institucionalizadas já existentes entre a CELAM e a Confederação Latino-americana de Religiosos - CLAR. Que seja esta a oportunidade para pedir a todos os religiosos e religiosas do continente que secundem a atividade de suas conferências nacionais e da CLAR, a fim de que todos esses organismos sejam para o Episcopado interlocutores cada vez mais válidos e mais eficazes veículos de nosso interesse pela vida religiosa.

41. De outra parte, esta II Conferência considera de extrema conveniência que religiosos e religiosas de diversas regiões da América Latina participem nas Congregações Romanas e, em particular, na dos Religiosos.

13. FORMAÇÃO DO CLERO

I. Realidade da Igreja na América Latina

«A América Latina apresenta uma sociedade em movimento, sujeita a transformações rápidas e profundas (exortação de Paulo VI ao CELAM, 24 de novembro de 1965, IV 8) . Isto repercute na Igreja e exige dela uma tomada de posição. A Igreja latino-americana deve exprimir seu testemunho e seu serviço neste continente, que enfrenta problemas angustiosos como os de integração, desenvolvimento, profundas modificações e miséria.

Por outro lado, diante dos múltiplos problemas de tipo estritamente religioso, a Igreja está com um número cada vez mais escasso de sacerdotes, com estruturas ministeriais insuficientes e às vezes inadequadas para um real trabalho apostólico.

Neste contexto colocamos a formação do clero, que deve ser instrumento fundamental de renovação de nossa Igreja e resposta às exigências religiosas e humanas de nosso continente.

1.2. Estado atual da formação ao clero

A restauração do diaconato permanente e os problemas particulares suscitados pela existência do sacerdócio nos leva ao estudo da situação atual da formação do clero.

1.2.1. Diaconato permanente

Em alguns países da América Latina já se desenvolvem experiências de formação de diáconos. É cedo para emitir um juízo, porque sendo iniciativas incipientes, ainda não alcançaram o suficiente grau de maturidade.

Contudo, nota-se que a promoção do diaconato surgiu devido a determinadas exigências pastorais. Isso vem dando lugar a uma relativa pluralidade de formas na concepção, preparo e realização da ação dos candidatos ao diaconato, de acordo com os ambientes regionais.

1.2.2. Formação sacerdotal

1.2.2.1, Seminaristas

- Aspectos positivos: a juventude de nossos seminários participa das inquietudes e dos valores dos jovens de hoje. Nota-se neles um desejo de autenticidade e sensibilidade aos problemas sociais, desejo de justiça e de participação nas responsabilidades nas transformações de hoje, maior desejo de vida comunitária, diálogo e sentido de Igreja como catolicidade; anelo de pobreza e busca de valores evangélicos; respeito à pessoa humana; espírito de iniciativa pastoral; sentido de liberdade e autonomia; desejo de trabalhar para inserir-se no ambiente e auxiliar em sua formação; apreço aos valores essenciais.

- Aspectos negativos: da mesma forma, a crise vivida hoje pela juventude e pela sociedade se refletem na vida do seminário : tensões entre a autoridade e a obediência; ânsia de total independência; falta de equilíbrio para discernir entre o positivo e o negativo das novidades que surgem dentro da vida da Igreja; rejeição de certos valores religiosos tradicionais; exagerado ativismo que leva a descuidar sua vida de relação pessoal com Deus; desconfiança dos adultos.

1.2.2.2. Seminários

- Aspectos negativos: nota-se uma crise nos seminários, que se manifesta principalmente numa baixa notável na perseverança e no ingresso cada vez menor de seminaristas. Há, aqui, algumas causas reveladoras desta situação: educadores insuficientemente preparados; falta de unidade de critérios na equipe de formadores e de segurança entre os mesmos, para defender certos valores fundamentais dentro da formação; deficiência de uma orientação segura e pessoal no que se relaciona com o crescimento na fé e na vocação específica sacerdotal nos candidatos; abertura às vezes muito brusca dos seminários, sem graduar e sem preparar e assistir os seminaristas; falhas de formação para uma maturidade humana plena; carência em alguns seminários de um espírito autêntico de família; relaxamento na direção espiritual do seminário.

Certos fatores externos como a crise da atual figura do sacerdote, a valorização do leigo e do matrimônio como possibilidades de participação na missão da Igreja e maiores oportunidades para a promoção social etc.

- Aspectos positivos: nota-se uma ardente busca de soluções. As principais tentativas atualmente desenvolvidas, entre outras, são :

Em geral se verifica que há maior integração na equipe de educadores, atualização deste nível pessoal, através de cursos e encontros de reflexão, esforços de uma formação mais pessoal dos seminaristas num ambiente de família; integração do seminário na comunidade eclesial e na comunidade humana, em maior contato com o bispo e os párocos com os seminários; maior sensibilidade para as realidades do mundo atual e da família; renovação dos métodos pedagógicos; aplicação de uma sã psicologia no discernimento e orientação dos candidatos. Quanto ao seminário menor, maior incorporação do pessoal leigo, inclusive feminino; abertura para uma formação fundamentalmente humana e cristã e uma orientação vocacional pluralista; criação de formas novas de seminários menores, tais como semi-internatos, externatos, assistência a classes de colégios estatais, particulares, etc.

No que respeita ao seminário maior: uma formação pessoal à base de equipes e pequenas comunidades, sobre o que a Santa Sé deu orientações precisas. No campo da formação intelectual: tendência a unir o pessoal de várias dioceses e comunidades em centros de estudos comuns e a frequentar universidades católicas ou estatais, sobretudo para o estudo da filosofia (Carta do Cardeal Garrone, maio de 1968) .

2. Pressuposto teológico

A razão de ser do seminário devemos colocá-la dentro da perspectiva bíblica do chamado e resposta. Como centro de formação sacerdotal deverá partir, o seminário, da visão bíblica «Ex Hominibus Assumptus «Pro Hominibus constitutos», para lograr aquela maturidade humana nos candidatos que os capacite a tornarem-se guias de homens. Mais ainda que aos simples batizados, pede-se aos seminaristas aquela maturidade cristã indispensável para serem idôneos do carisma sacerdotal, pelo qual são chamados a configurar-se com Cristo, Cabeça do Corpo Místico. Esta configuração com o sacerdócio ministerial de Cristo os situa num nível especificamente distinto do sacerdócio comum dos fiéis.

3. Orientações pastorais

De acordo com o que ficou dito e tendo em conta a situação latino-americana, e sem pretender esgotar todos os aspectos de formação contidos nos documentos do Concílio Vaticano II e da Santa Sé, permitimo-nos destacar os seguintes pontos:

3.1. Formação espiritual

Considerando o papel específico do sacerdote na América Latina e as tarefas da pastoral que esta Conferência destacou, julga que a formação específica dos seminários deve insistir particularmente sobre algumas atitudes e virtudes sem pretender que elas sejam nem as únicas nem as principais.

3.1.1. Capacidade para ouvir fielmente a Palavra de Deus

Exige-se do sacerdote de hoje saber interpretar, habitualmente, à luz da fé, situações e exigências da comunidade. Esta tarefa profética, por um lado, exige a capacidade de compreender, com a ajuda do laicato, a realidade humana; exige, por outro, como carisma específico do sacerdote em união com o bispo, saber julgar as realidades que estão em conexão com o plano de salvação. Para chegar a esta capacidade necessita-se de:

3.1.1.1. Uma profunda e continuada purificação interior que dê capacidade ao homem para captar as autênticas exigências da Palavra de Deus (sentido da direção espiritual) .

3.1.1.2. Um «sensus fidei» que é aprofundado particularmente pela Sagrada Escritura, assimilada vitalmente pela oração pessoal, por uma ativa, consciente, frutuosa participação na liturgia e pelo estudo sério da mensagem; por um constante confronto com o ensino do magistério da Igreja. Com o mesmo fim parece necessário desenvolver uma forte paixão pela verdade e uma disposição habitual para defender-se da unilateralidade com uma busca e verificação comunitárias.

3.1.2. Uma espiritualidade marcada pelos conselhos evangélicos

3.1.2.1. No período em que a pastoral latino-americana se acha comprometida com a promoção humana, a fim de que cada homem se realize a si mesmo e goze dos bens da natureza, é necessário que o sacerdote dê a seus irmãos, de maneira convincente, o testemunho de saber viver com equilíbrio e liberdade a renúncia daqueles bens da natureza, sem lhes dar um valor absoluto, evitando assim que se repitam os erros de outros países.

3.1.2.2. O Concílio Vaticano II e o Sumo Pontífice reafirmaram recentemente a vigência do celibato para os sacerdotes. Sendo o motivo central do celibato a entrega a Cristo, e por ele à Igreja, e constituindo ao mesmo tempo uma forma de caridade pastoral que se confunde com a consagração total e é um testemunho escatológico para os homens, é necessário que se dêem aos seminaristas bases muito sólidas para garantir seu cumprimento. Assim pois, dadas as circunstâncias concretas em que freqüentemente o sacerdote latino-americano vive, é de particular importância uma cuidadosa formação dos seminaristas nesse sentido. Principalmente isso exige uma formação gradual, de acordo com o desenvolvimento físico e psico-lógico; capacidade para que realize uma escolha madura, consciente e livre; capacidade de amor e de entrega sem reserva, que exige uma fé forte, que o capacite a responder ao chamado de Deus; disciplina ascética e vida de oração que o leve a uma maturidade no relacionamento com o outro sexo; uma realização do sentido da amizade e a capacidade para trabalhar em equipe com seus irmãos sacerdotes.

3.1.3. Espírito de serviço

O sacerdote está posto ao serviço do povo como Cristo. Isto exige que ele aceite sem limitações as exigências e as conseqüências do serviço aos irmãos e, em primeiro lugar, saber assumir as realidades e “o sentido do povo” em suas situações e em sua mentalidade.

Ele, com espírito de humildade e espírito de pobreza, antes de ensinar deve aprender, fazendo-se tudo para todos a fim de levá-los a Cristo.

3.1.4. Experiência pessoal e amor a Cristo

Assim como a Pedro, Cristo pede ao seminarista de hoje um serviço de entrega total, como resultado de amor pessoal a ele e ao Pai, pelo Espírito, já que Cristo não quer servos, mas amigos.

3.2. Disciplina

A disciplina é indispensável, não somente para a boa ordem, mas sobretudo para a formação da personalidade. É necessário que a disciplina seja objeto de uma adesão interior para o seminarista, o que só é possível se os jovens perceberem seu valor e se tiverem por objeto metas essenciais (tudo isto dentro das orientações do Concílio e de Paulo VI. Cf. 11; Paulo VI no Seminário Lombardo 1966).

3.3. Formação intelectual

3.3.1. Hoje mais do que nunca é urgente atualizar os estudos de acordo com as orientações do Concílio, insistindo naqueles aspectos que mais particularmente se relacionam com a situação atual do continente.

3.3.1.2. Nesse sentido cuide-se da pureza doutrinal, ante uma tendência de novidades não suficientemente fundamentadas (cf. Discurso de Paulo VI na abertura da II Assembléia do CELAM) . Insista-se, além disso, em aprofundar-se de tal modo que se alcance um alto nível intelectual com vistas sobretudo à sua condição de pastor.

3.3.1.3. Dê-se uma importância particular ao estudo e investigação de nossas realidades latino-americanas em seus aspectos religioso, social, antropológico e sociológico.

3.3.1.4. Quanto ao professorado, constatada a capacitação dos futuros professores, há que procurar atualizá-los, por meio de encontros, cursos e institutos de alcance nacional e latino-americano, buscando ainda a colaboração de professores especializados que possam prestar serviços nos diferentes centros.

3.4. Formação pastoral

3.4.1. Há que cuidar que os professores de seminários tenham experiência pastoral e, ademais, que o clero esteja convenientemente atualizado para que assim possa co-laborar eficazmente para a formação dos futuros sacerdotês.

3.4.2. Numa forma mais concreta e em conformidade com sua futura atividade pastoral, providencie-se melhor preparação dos seminaristas em alguns aspectos de particular importância de nosso ambiente latino-americano: formação básica sobre pastoral de conjunto, preparação para a iniciação e assistência às comunidades de base, conveniente formação e treinamento da dinâmica de grupos e relações humanas e adequada informação para utilizar os meios de comunicação social.

3.4.3. Por outro lado, deve-se procurar que participem de atividades pastorais de forma gradual, progressiva e prudente, especialmente na época de férias.

3.5. Pastoral vocacional

3.5.1. Sendo a pastoral vocacional a ação da comunidade eclesial sob a orientação da hierarquia para levar todos os homens a fazerem sua parte na Igreja, toda a comunidade cristã, unificada e guiada pelo bispo, é responsável solidamente pelo desenvolvimento vocacional, tanto no seu aspecto fundamental cristão, «a vocação», quanto em seus aspectos específicos: vocações sacerdotais, religiosas e leigas.

3.5.2. Note-se que o sacerdote, por sua própria missão, deve ser o mediador mais direto nos chamados de

Deus, pelo ideal que deve encarnar para a juventude, e porque, sendo fiel à sua vocação, será mais sensível aos chamados de Deus nos outros.

3.5.3. Dado o fenômeno de um número cada vez mais crescente de jovens e mesmo de adultos, tenha-se cuidado especial na promoção e cultivo dessas vocações. Para isso é necessário uma pastoral juvenil que, para ser plenamente autêntica, deve levar os jovens a um amadurecimento pessoal e comunitário, e assim assumirem um compromisso concreto ante a comunidade eclesial em alguns dos mencionados estilos de vida.

3.6. Pontos diversos

3.6.1. Procure-se promover no seminário, uma reflexão contínua sobre a realidade em que vivemos, a fim de que se saiba interpretar os sinais dos tempos e se criem atitudes e mentalidade pastoral adequadas.

3.6.2. Todos os que participam da vida do seminário, sejam quais forem os seus graus, devem-se considerar como educadores.

3.6.3. Verifica-se, na América Latina, uma busca de novas formas de preparação de sacerdotes. Tenha-se em conta que, para que tais experiências sejam fecundas, devem ser preparadas refletidamente, aprovadas pelas autoridades competentes, bem compreendidas pelos interessados, acompanhadas, controladas e avaliados os seus resultados, tendo sempre em conta sua reversibilidade. Ademais, seria desejável que, uma vez demonstrada sua validade, fosse comunicada às Conferências Episcopais dos distintos países, para utilização comum.

3.6.4. Por razões óbvias, é conveniente que a formação dos seminaristas, em geral, seja realizada no seu próprio ambiente.

3.6.5. Julga-se conveniente que os sacerdotes de outros países designados para trabalhar na formação do clero, sigam cursos de adaptação em centros nacionais ou internacionais e que completem um período prudencial de trabalho pastoral.

3.6.6. Para uma maior economia de forças e melhora-mento do ensino, recomendam-se iniciativas como: semi-nários regionais e internacionais, cuidando que haja simul-taneamente uma integração dos bispos responsáveis e que, na medida do possível, abranjam zonas humana e pasto-ralmente homogêneas. Igualmente recomendam-se institu-tos e faculdades de filosofia e teologia comuns para os can-didatos ao clero diocesano e religioso. Isto ajudará a pro-mover maior integração no futuro trabalho pastoral e me-lhor inserção na realidade do mundo atual.

3.6.7. Considera-se de muita utilidade que se intensi-fique a colaboração mútua e as relações entre o CELAM e OSLAM (Organização de Seminários Latino-America-nos) com as Comissões Episcopais de Seminários e com as Conferências Nacionais de Religiosos, havendo uma in-formação mútua sobre os problemas de cada um.

3.7. Diaconato

Em seguida assinalamos algumas orientações gerais no que se refere à formação dos diáconos permanentes.

3.7.1. Fator indispensável na formação do futuro diá-cono será a colaboração recíproca entre este e a comuni-dade. Quer dizer que o candidato amadurece sua formação atuando na comunidade e esta também contribui para formá-lo. Além disso, os métodos de formação terão de le-var em conta a psicologia do adulto, excluindo todo tipo de formação massificadora e utilizando os métodos ativos.

3.7.2. A primeira preocupação dos responsáveis da formação do futuro diácono será a de prepará-lo para que seja capaz de criar novas comunidades cristãs e ativar as existentes, para que o ministério da Igreja possa realizar-se nelas com maior plenitude.

3.7.3. Em vista do que acima ficou dito, é necessário despertar nos candidatos uma espiritualidade diaconal pró-pria, que nos casados se una a uma autêntica espirituali-dade conjugal.

3.7.4. Considerando-se as diversas tarefas que o mi-nistério diaconal terá de realizar na América Latina, será necessário que a formação intelectual seja ao mesmo tem-po adequada às funções que terão de cumprir e ao nível cultural do ambiente.

3.7.5. Ademais, de acordo com as condições da Igreja na América Latina, na formação do diácono, cuidar-se-á também de capacitá-lo para uma ação efetiva no terreno da evangelização e do desenvolvimento integral.

3.7.6. Recomenda-se que haja nas dioceses, região ou país, equipes responsáveis pela formação dos candidatos que poderão ser integradas por presbíteros, diáconos, re-ligiosos e leigos.

14. POBREZA DA IGREJA

I. Realidade Latino-americana

1. O Episcopado Latino-americano não pode ficar indiferente ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina, que mantêm a maioria de nossos povos numa dolorosa pobreza, que em muitos casos chega a ser miséria desumana.

2. Um surdo clamor nasce de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte. «Agora nos estais escutando em silêncio, mas ouvimos o grito que sobe de vosso sofrimento», disse o papa aos camponeses colombianos. E chegam igualmente até nós as queixas de que a hierarquia, o clero e os religiosos, são ricos e aliados dos ricos. Sobre isso devemos esclarecer que com muita frequência se confunde a aparência com a realidade. Muitos fatores têm contribuído para a formação desta imagem de uma Igreja hierárquica rica. Os grandes edifícios, as residências dos párocos e religiosos, quando são superiores às dos bairros em que vivem; os veículos próprios, às vezes luxuosos; a maneira de vestir herdada de outras épocas, são alguns desses fatores.

O sistema de espórtulas e pensões escolares para o sustento do clero e para a manutenção das obras educacionais, tornam-se mal vistos e até têm contribuído para a formação de uma opinião exagerada sobre o montante das somas percebidas.

Acrescentamos a isso o exagerado sigilo em que se tem mantido o movimento econômico de colégios, paróquias e dioceses, ambiente de mistério que agiganta as sombras e ajuda a criar fantasias; e casos isolados de condenável enriquecimento que foram generalizados.

Tudo isso tem levado à convicção de que a Igreja, na América Latina, é rica.

3. Na realidade, muitíssimas paróquias e dioceses vi-vem tremendamente pobres. Há casos de muitos bispos, sa-cerdotes e religiosos que vivem cheios de privações e que se entregam com grande abnegação ao serviço dos pobres. Isso escapa, em geral, à apreciação de muitos e não conse-gue dissipar a imagem deformada que persiste.

No contexto de pobreza e até de miséria em que vive a grande maioria do povo latino-americano, os bispos, sa-cerdotes e religiosos temos o necessário para a vida e certa segurança, enquanto os pobres carecem do indispen-sável e se debatem entre a angústia e a incerteza. E não faltam casos em que os pobres sentem que seus bispos, párocos e religiosos, não se identificam realmente com eles, com seus problemas e angústias, e que nem sempre apóiam os que trabalham com eles ou defendem sua sorte.

II. Motivação doutrinária

4. Devemos distinguir:

1. A pobreza como carência dos bens deste mundo, ne-cessários para uma vida humana digna é um mal em si. Os profetas a denunciam como contrária à vontade do Senhor e, muitas vezes, como fruto da injustiça e do pecca-do dos homens.

2. A pobreza espiritual, que é o tema dos pobres de Javé (cf. Sof 2,3; Magnificat) . A pobreza espiritual é a atitude de abertura para Deus, a disponibilidade de quem tudo espera do Senhor (cf. Mt 5). Embora valorize os bens deste mundo, não se apega a eles e reconhece o valor superior dos bens do Reino (cf. Am 2,6-7; 4,1; 5,7; Jer 5,28; Miq 6,12-13; Is 10,2 etc).

3. A pobreza como compromisso, assumida voluntaria-mente e por amor à condição dos necessitados deste mun-do, para testemunhar o mal que ela representa e a liber-dade espiritual frente aos bens do Reino. Continua, nisto, o exemplo de Cristo, que fez suas todas as conseqüências da condição pecadora dos homens (cf. Flp 2) e que sendo «rico se fez pobre» (2 Cor 8,9) para salvar-nos.

Neste contexto, uma Igreja pobre:

- Denuncia a carência injusta dos bens deste mundo e o pecado que a engendra.
- Prega e vive a pobreza espiritual como atitude de infância espiritual e abertura para o Senhor.
- Compromete-se ela mesma com a pobreza material. A pobreza da Igreja é, com efeito, uma constante na história da salvação.

5. Todos os membros da Igreja são chamados a viver a pobreza evangélica. Mas nem todos da mesma maneira, pois nela há diversidade de vocações, que comportam diversos estilos de vida e diversas formas de agir. Entre os próprios religiosos, que têm a missão especial de dar testemunho da pobreza, há diferenças segundo os carismas mais próprios.

6. Dito tudo isso, é necessário salientar que o exemplo e o ensinamento de Jesus, a situação angustiosa de milhões de pobres na América Latina, as incisivas exortações do papa e do Concílio, põem a Igreja latino-americana ante um desafio e uma missão a que não pode fugir e à qual deve responder com a diligência e audácia adequadas à urgência dos tempos. Cristo, nosso Salvador, não só amou aos pobres, mas também, «sendo rico se fez pobre», viveu na pobreza, centralizando sua missão no anúncio da libertação aos pobres e fundou sua Igreja como sinal dessa pobreza entre os homens.

A Igreja sempre tem procurado cumprir essa vocação, não obstante «tantas debilidades e fracassos nossos, no passado» (ES 50). A Igreja da América Latina, dadas às condições de pobreza e subdesenvolvimento do continente, sente a urgência de traduzir esse espírito de pobreza em gestos, atitudes e normas, que a tornem um sinal mais lícido e autêntico do Senhor. A pobreza de tantos irmãos clama por justiça, solidariedade, testemunho, compromisso, esforço e superação para o cumprimento pleno da missão salvífica confiada por Cristo.

A situação atual exige, pois, dos bispos, sacerdotes, religiosos e leigos o espírito de pobreza que «rompendo as amarras da posse egoísta dos bens temporais, estimula o cristianismo a dispor organicamente da economia e do poder em benefício da comunidade (Paulo VI, 23-7-68).

«A pobreza da Igreja e de seus membros na América Latina deve ser sinal e compromisso. Sinal do valor inestimável do pobre aos olhos de Deus; compromisso de solidariedade com os que sofrem». (ibid.)

III. Orientações pastorais

7. Por tudo isso queremos que a Igreja da América Latina seja evangelizadora e solidária com os pobres, testemunha do valor dos bens do Reino e humilde servidora de todos os homens de nossos povos. Seus pastores e demais membros do Povo de Deus têm de dar à sua vida, suas palavras, suas atitudes e sua ação, a coerência necessária com as exigências evangélicas e as necessidades dos homens latino-americanos.

8. Preferência e solidariedade

O mandato particular do Senhor, que prevê a evangelização dos pobres, deve levar-nos a uma distribuição tal de esforços e de pessoal apostólico, que deve visar, preferencialmente, os setores mais pobres e necessitados e os povos segregados por uma causa ou outra, estimulando e acelerando as iniciativas e estudos que com esse fim se realizem.

Queremos, como bispos, nos aproximar cada vez com maior simplicidade e sincera fraternidade, dos pobres, tornando possível e acolhedor o seu acesso até nós.

Devemos tornar mais aguda a consciência do dever de solidariedade para com os pobres; exigência da caridade. Esta solidariedade implica em tornar nossos seus problemas e suas lutas e em saber falar por eles.

Isto há de se concretizar na denúncia da injustiça e da opressão, na luta contra a intolerável situação suportada freqüentemente pelo pobre, na disposição de dialogar com os grupos responsáveis por essa situação, para faz-los compreender suas obrigações.

Expressamos nosso desejo de estar sempre bem perto dos que trabalham no abnegado apostolado dos pobres, para que sintam nosso estímulo e saibam que não ouvire-mos vozes interessadas em denegrir seu trabalho.

A promoção humana há de ser a linha de nossa ação em favor do pobre, respeitando sua dignidade pessoal, ensinando-lhe a ajudar-se a si mesmo. Com esse fim, reconhecemos a necessidade da estruturação racional de nos-sa pastoral e da integração de nosso esforço com os esforços de outras entidades.

9. Testemunho

Desejamos que nossa habitação e estilo de vida se-jam modestos; nossa indumentária, simples; nossas obras e instituições funcionais, sem aparato nem ostentação.

Pedimos aos sacerdotes e fiéis que nos dêem um tratamento que convenha à nossa missão de padres e pastores, pois desejamos renunciar a títulos honoríficos pró-prios de outras épocas.

Com o auxílio de todo o povo de Deus, esperamos superar o sistema de espórtulas, substituindo-o por outras formas de cooperação econômica, desligadas da administração dos sacramentos.

A administração dos bens diocesanos ou paroquiais deverá ser integrada por leigos competentes e dirigida, da melhor forma possível, para o bem de toda a comunidade (PO 17) .

Em nossa missão pastoral, confiaremos antes de tudo na força da Palavra de Deus; quando tivermos que empregar meios técnicos buscaremos os mais adequados ao ambiente em que devam ser usados e os colocaremos a serviço da comunidade (GS 69) .

a) Exortamos os sacerdotes a darem, também, testemunho de pobreza e desprendimento dos bens materiais como o fazem tantos, particularmente, em regiões rurais e em bairros pobres. Com empenho, procuraremos fazer com que tenham um justo, embora modesto, sustento e a necessária assistência social. Para isso, procuraremos criar um fundo comum levantado de todas as paróquias e da própria diocese e das dioceses de todo o país (PO 21).

Estimularemos os que se sentem chamados a compartilhar da sorte dos pobres, vivendo com eles e trabalhando com suas próprias mãos, de acordo com o decreto Presbyterorum Ordinis (n. 8) .

b) As comunidades religiosas, por especial vocação, devem dar testemunho da pobreza de Cristo. Recebam nosso estímulo as que se sintam chamadas a formar, entre seus membros, pequenas comunidades, encarnadas realmente nos ambientes pobres; serão um chamado contínuo à pobreza evangélica dirigido a todo o Povo de Deus.

Esperamos, também, que possam cada vez mais fazer participar de seus bens os outros, especialmente os mais necessitados, repartindo com eles não só o super-fluo, mas também o necessário e dispostos a colocar a serviço da comunidade humana os prédios e instrumentos de suas obras (GS 68).

A distinção entre o que pertence à comunidade e o que pertence às obras, permitirá a realização de tudo isto com maior facilidade. Igualmente, permitirá buscar novas formas para essas obras, da qual participem também outros membros da comunidade cristã, em sua administração ou propriedade.

c) Estes exemplos autênticos de desprendimento e liberdade de espírito, fará com que os demais membros do Povo de Deus dêem testemunho análogo de pobreza. Uma sincera conversão terá que modificar a mentalidade individualista em outra de sentido social e preocupação pelo bem comum. A educação da infância e da juventude, em todos os níveis, começando pelo lugar, deve ser incluída neste aspecto fundamental da vida cristã.

Este sentimento de amor ao próximo é efetivo quando se estuda e se trabalha tendo em vista a preparação ou a realização de um serviço para a comunidade; quando se trata de render e produzir mais para maior benefício da comunidade; quando se dispõe organicamente a economia e o poder em benefício da comunidade.

10. Serviço

A Igreja não é impulsionada por nenhuma ambição terrena. O que ela quer é ser humilde servidora de todos os homens (GS 3; Paulo VI, 7-12-65).

Precisamos acentuar esse espírito em nossa América Latina.

Queremos que nossa Igreja latino-americana esteja livre de peias temporais, de conveniências indevidas e de prestígio ambíguo; que livre pelo espírito dos vínculos da riqueza (Paulo VI, 24-8-68), seja mais transparente e forte sua missão de serviço; que esteja presente na vida e nas tarefas temporais, refletindo a luz de Cristo, presente na construção do mundo.

Queremos reconhecer todo o valor e autonomia legítima das tarefas temporais; servindo-nos delas, não queremos desvirtuá-las nem desviá-las de seus próprios fins (GS 38). Desejamos respeitar sinceramente a todos os homens, escutando-os para servi-los em todos os seus problemas e angústias (GS 1,3). Assim, a Igreja, continuadora da obra de Cristo, «que sendo rico se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza» (2 Cor 8,9), apresentará ao mundo um sinal claro e inequívoco da pobreza do Senhor.

15. COLEGIALIDADE

I. Constatações

1. Continentais

1. Em nosso continente, milhões de homens se encontram marginalizados da sociedade e impedidos de alcançar a plena dimensão de seu destino, ou em virtude da existência de estruturas inadequadas e injustas, ou por outros fatores, como o egoísmo e a insensibilidade das classes dirigentes; de outro lado, nossos povos estão tomando consciência da necessidade de desencadear um processo de integração em todos os níveis: desde a integração dos marginalizados nos benefícios da vida social, até a integração econômica e cultural de nossos países.

2. Eclesiais

2. A Igreja deve, pois, fazer face a esta situação com estruturas pastorais aptas, marcadas pelo sinal da organicidade e da unidade. Nesse sentido, quando se examina a realidade latino-americana, constata-se alguns fatores de ordem positiva e outros de ordem negativa.

a) Fatores positivos

a) Entre os primeiros, podemos mencionar:

- A consciência bastante difundida, ainda que às vezes imprecisa e vaga, das idéias de «Pastoral de Conjunto» e de «Planificação Pastoral», como também diversas realizações efetivas nesta linha.
- A vitalização dos vicariatos forâneos, a criação de zonas, e a constituição de equipes sacerdotais, por exigências da ação pastoral conjunta.
- A celebração de Sínodos e a constituição, já iniciada em vários lugares, dos Conselhos presbiterais e de pastoral, incentivados pelo Concílio.
- O desejo dos leigos de participar das estruturas pastorais da Igreja.
- A importância adquirida pelas Conferências Episcopais e a própria existência da Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do CELAM.

b) Fatores negativos

b) Entre os fatores de ordem negativa, figuram os seguintes:

- Inadequação da estrutura tradicional em muitas paróquias para proporcionar uma vivência comunitária.
- Sensação bastante generalizada de que as Cúrias diocesanas são organismos burocráticos e administrativos.
- Falta de gosto de muitos sacerdotes, proveniente do fato de não encontrarem um lugar claro e satisfatório na estrutura pastoral; falta de gosto que amiúde foi o fator decisivo em algumas crises sacerdotais, tal como foi - por analogia de situações - nas crises de um número considerável de religiosos e leigos.
- Atitudes particularistas de pessoas ou instituições, em situações que exigem coordenação.
- Casos de aplicação incorreta da Pastoral de Conjunto ou da Planificação, seja por improvisação ou incompetência técnica, seja pela excessiva valorização dos «planos», seja por uma concepção demasiado rígida e autoritária de sua realização.

II. Orientações doutrinárias

1. Toda revisão e renovação das estruturas eclesiais no que têm de reformável, deve evidentemente ser feita para atender as exigências de situações históricas concretas, mas não perdendo de vista a própria natureza da Igreja. A revisão que hoje se deve levar a cabo em nossa situação continental há de ser inspirada e orientada pelas idéias diretivas muito sublinhadas no Concílio: a da COMUNHÃO e a da CATORICIDADE (cf. LG 13).

2. Com efeito, a Igreja antes de tudo é um mistério de = comunhão católica, pois no seio de sua comunidade visível, pela vocação da Palavra de Deus e pela graça de seus sacramentos, particularmente a Eucaristia,

todos os homens podem participar fraternalmente da comum dignidade de filhos de Deus (LG 32), e todos também, com-partilhar a responsabilidade e o trabalho para realizar a missão comum de dar testemunho do Deus que os salvou e os fez irmãos em Cristo (LG 17; AA 3) .

3. Esta comunhão que une a todos os batizados, longe de impedir, exige que dentro da comunidade eclesial exista multiplicidade de funções específicas, pois para que ela se construa e possa cumprir sua missão, o mesmo Deus suscita em seu seio diversos ministérios e outros carismas que determinam a cada qual um papel peculiar na vida e na ação da Igreja. Entre os ministérios, ocupam um lugar particular os que estão vinculados com um «caráter» sacramental; estes introduzem na Igreja uma dimensão estrutural de direito divino. Os diversos ministérios não só devem estar a serviço da unidade de comunhão, mas também, por sua vez, devem constituir-se e atuar de forma solidária. Em especial, os ministérios que trazem anexa a função pastoral - episcopado e presbiterado - devem exercer-se sempre em espírito colegial, e assim bispos e presbíteros, por terem de atuar sempre como membros de um corpo (colégio episcopal ou presbitério, respectivamente) são chamados a constituir na comunidade uma realização «exemplar de comunhão: «forma facti gregis» («feitos modelo do rebanho») (Pdr 5, 3).

4. É essencial que todas as comunidades eclesiais se mantenham abertas à dimensão da comunhão católica, de tal forma que nenhuma se feche sobre si mesma. Assegurar o cumprimento desta exigência é tarefa que incumbe particularmente aos ministros da hierarquia, e em forma essencialíssima aos bispos, os quais, colegialmente unidos ao Pontífice Romano, sua cabeça, são o princípio da catolicidade das Igrejas. Para que a mencionada abertura seja efetiva e não puramente jurídica, é necessário haver uma comunicação real, ascendente e descendente, entre a base e a cúpula.

5. De todo o exposto, se depreende que a ação pastoral da comunidade eclesial, destinada a levar o homem todo e a todos os homens à plena comunhão de vida com Deus na comunhão visível da Igreja, deve ser necessariamente global, orgânica e articulada. Disto se infere que as estruturas eclesiais devem ser periodicamente revistas e reajustadas, de tal forma que se possa desenvolver harmoniosamente o que se chama uma Pastoral de Conjunto: quer dizer, toda essa obra salvífica comum exigida pela missão da Igreja em seu aspecto global, «como que o fermento e alma da sociedade humana a ser renovada em Cristo e transformada em família de Deus» (GS 40).

III. Orientações pastorais

A) Renovação das estruturas pastorais

1. Comunidades cristãs de base

a) A vivência da comunhão a que foi chamado, o cristão deve encontrá-la na «comunidade de base»: ou seja, em uma comunidade local ou ambiental, que corresponda à realidade de um grupo homogêneo e que tenha uma dimensão tal que permita a convivência pessoal fraterna entre seus membros. Por conseguinte, o esforço pastoral da Igreja, deve estar orientado à transformação dessas comunidades em «família de Deus», começando por tornar-se presente nelas, como fermento por meio de um núcleo, mesmo pequeno, que constitua uma comunidade de fé, esperança e caridade (LG 8; GS 40) . A comunidade cristã de base é, assim, o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve em seu próprio nível responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também do culto que é sua expressão. Ela é, pois, célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização e, atualmente, fator primordial da promoção humana e do desenvolvimento.

b) Elemento capital para a existência de comunidades cristãs de base são seus líderes ou dirigentes. Estes podem ser sacerdotes, diáconos, religiosos, religiosas ou leigos. É desejável que eles pertençam à comunidade por eles animada. A escolha e formação dos líderes deverá ter acentuada preferência na preocupação dos párocos e bispos, os quais terão sempre presente que a maturidade espiritual e moral depende em grande parte da assunção de responsabilidade em um clima de autonomia (GS 55) .

c) Os membros destas comunidades, «vivendo conforme a vocação a que foram chamados, exerçam as funções que Deus lhes confiou: sacerdotal, profética e real», e façam assim de sua comunidade num sinal da presença de Deus no mundo» (AG 15) .

d) Recomenda-se a elaboração de estudos sérios, de caráter teológico, sociológico e histórico, a respeito destas comunidades cristãs de base, que hoje começam a surgir depois de terem sido ponto-chave na Pastoral dos missionários que implantaram a fé e a Igreja em nosso continente. Recomenda-se, também, que as experiências que foram realizadas sejam divulgadas pelo CELAM e coordenadas na medida do possível.

2. Paróquias, vicariatos forâneos e zonas

a) A visão que se expôs há de levar-nos a fazer da paróquia um conjunto pastoral vivificador e unificador das comunidades de base. Assim, a paróquia tem de descentralizar sua Pastoral no tocante a lugares, funções e pessoas, justamente para «reduzir à unidade todas as diversidades humanas que nela se encontram e inserilas na universalidade da Igreja» (AA 10) .

b) O pároco terá que ser, nesta configuração de paróquia, o sinal e o princípio da unidade, assistido no ministério pastoral pela colaboração de representantes leigos, religiosos e diáconos. Merecem menção especial os vigários cooperadores, os quais, não obstante sob a autoridade do pároco, não podem mais ser considerados meros executores de suas diretivas, mas como seus colaboradores, pois pertencem ao mesmo e único Presbitério (PO 8) .

c) Quando uma paróquia não pode ser normalmente atendida, ou contar com um pároco residente, ela pode ser confiada aos cuidados de um diácono ou a um grupo de religiosos ou religiosas, a exemplo do que já se fez em algumas regiões com resultados muito positivos.

d) A comunidade paroquial faz parte de uma unidade mais ampla: a do vicariato forâneo ou decanato, cujo titular é chamado a «promover e dirigir a ação pastoral comum no território a ele confiado» (ES 19,1). Se vários vicariatos forâneos vizinhos forem suficientemente homogêneos e caracterizados em sua problemática pastoral, convém, formar com eles uma região, que poderia ficar sob a responsabilidade de um vigário episcopal (ES 14,2) .

3. Dioceses

a) O fato de ser presidida por um bispo, faz com que uma porção do Povo de Deus «constitua uma Igreja particular, na qual se encontra e opera verdadeiramente a Igreja de Cristo que é una, santa, católica e apostólica» (CD 11). O bispo é a «testemunha de Cristo ante todos os homens» (ibid.), e sua tarefa essencial é colocar seu povo em condições de testemunho evangélico de vida e ação. E isto, sem prejuízo do apostolado que compete a todos os batizados em razão de sua ação. Ele deve preocupar-se de forma especial que os movimentos apostólicos ambientais, que ocupam um lugar tão importante na estrutura Pastoral diocesana, se integrem harmonicamente na busca de ditas metas. Em uma palavra, o bispo tem a responsabilidade da Pastoral de Conjunto enquanto tal, e todos, na diocese, hão de coordenar sua ação nas metas e prioridades determinadas por ele.

b) «Para assumir esta tarefa e responsabilidade, o bispo deve, porém, antes de mais nada, contar com o Conselho Presbiteral, que deve ajudá-lo eficazmente com seus conselhos no ministério e função de ensinar, santificar e apascentar o Povo de Deus» (PO 7). É também muito desejável que o bispo possa contar com um Conselho Pastoral, dotado de consistência e funcionamento (cf. Disc. Paulo VI, II As. Ger. Ep. Lat.-Am.) : a este Conselho, que representa o Povo de Deus na diversidade de suas condições e estados de vida (sacerdotes, diáconos, religiosos, religiosas e leigos) incumbe «estudar e ponderar o que diz respeito às obras pastorais, de tal sorte que se promova a conformidade da vida e ação do Povo de Deus com o Evangelho» (ES 16). Se o Conselho Presbiteral deve ser o principal canal do diálogo do bispo com seus presbíteros, o Conselho Pastoral deve sê-lo de seu diálogo com toda a sua diocese.

c) A Cúria diocesana, como prolongação da pessoa mesma do bispo em todos os seus aspectos e atividades, deve ter um caráter primordialmente pastoral (cf. CD 27) , e seria de desejar que tivesse representação dentro do Conselho Presbiteral. Recomenda-se que os cargos da Cúria que possam ser exercidos por leigos, sejam a eles confiados.

d) De transcendental importância é a figura dos vi-gários do bispo. A função dos chamados «Vigários Episcopais» e o caráter eminentemente pastoral de seu papel, delineado pelo Concílio (cf. CD 27) , dispensam maiores comentários; todavia, é oportuno sublinhar que não se pode continuar considerando o Vigário Episcopal como um mero administrador da diocese. Sendo o «altar ego» do bispo, há de ser um pastor. Na medida mesma em que se multiplicam os Vigários Episcopais especializados (cf. ES 14,2), é indispensável que o vigário geral seja um homem penetrado de toda a amplitude da missão episcopal.

e) «Os bispos, em virtude da sagração sacramental e pela comunhão hierárquica com o chefe e os membros do Colégio, são constituídos membros do corpo episcopal» (CD 4) . Por conseguinte, devem «manter-se sempre uni-dos entre si e mostrar-se solícitos com todas as Igrejas, já que por instituição divina e por imperativo do ofício apostólico, cada qual, juntamente com os outros bispos, é responsável pela missão apostólica da Igreja (ibid., 6). O cumprimento deste dever reflete em benefício da pró-pria diocese, pois assim a comunhão eclesial dos fiéis se abre às dimensões da catolicidade.

4. Conferências episcopais

a) A Conferência Episcopal deve constituir em cada país ou região a expressão concreta do espírito de colegialidade que deve animar cada bispo. Deve fortalecer sua estrutura interna, precisando as respectivas responsabilidades mediante comissões formadas por bispos competentes, com assessores especializados. É recomendável a utilização de uma dinâmica de grupo e uma técnica de organização operantes, com ampla utilização dos meios de comunicação social e de opinião pública.

b) Sua atividade deve desenvolver-se dentro de uma autêntica Pastoral de conjunto e com planos pastorais que corresponda sempre à realidade humana e às necessidades religiosas do Povo de Deus. Deve também ser elemento de integração entre as diversas dioceses e, em especial, fator de equilíbrio na distribuição de pessoal e dos meios (cf. CD 6; ES 2; Paulo VI, Exort. Apost., 24-11-65). Ela deve procurar, também, uma autêntica integração de todo o pessoal apostólico que se oferece ao país, vindo do exterior, em particular mediante o diálogo com os organismos episcopais que o oferecem.

c) As Conferências Episcopais devem assumir decididamente todas as atribuições, reconhecidas ou concedidas pelo Concílio, nos campos de sua competência e de acordo com seu conhecimento concreto da realidade imediata.

d) As Conferências Episcopais devem procurar ouvir a voz dos respectivos Presbíteros e do laicato do país e que chegue até elas fielmente. Por essa razão, devem ter uma mais estreita e operante integração com a Confederação dos Superiores Maiores religiosos, incorporando-os no estudo, elaboração e execução da Pastoral.

e) Para que a ação seja mais eficaz, faz-se necessário aplicar o que disse o Concílio: «bem das almas pede a devida circunscrição não apenas das dioceses, como das províncias eclesiásticas, de forma que se provisionem as necessidades de apostolado de acordo com as circunstâncias sociais e locais» (CD 39). É conveniente pensar nas conveniências das prelazias pessoais (cf. PO 10; ES 4) para maior atenção a certos grupos étnicos dispersos em várias circunscrições eclesiásticas e em situações variadas, incluindo aqui as situações migratórias.

f) As Conferências Nacionais devem ser os órgãos de aplicação dos resultados das Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano.

g) Para viver profundamente o espírito católico, as Conferências Episcopais estarão em contato não apenas com o Pontífice Romano e os organismos da Santa Sé, como também com as igrejas de outros continentes, tanto para a mútua edificação das igrejas, como para a promoção da justiça e da paz no mundo.

5. Organismos continentais

- a) Em nível continental, o espírito de colegialidade dos bispos latino-americanos, na solução de problemas comuns, expressa-se na Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e no CELAM, se bem que de diferentes maneiras (cf. Paulo VI, Exort. Apost. 24-11--65) . Guardada a integridade do CELAM como organismo de índole continental, nada impede que, para uma maior coordenação dos trabalhos pastorais, se agrupem vários países que vivem problemas e situações similares.
- b) O CELAM, como órgão de contato, colaboração e serviço, é uma indispensável ajuda para a reflexão e ação de toda a Igreja latino-americana (cf. Exort. Apost. 24-11-65, n. 27) .
- c) Para que este organismo tenha uma melhor solidez e funcionalidade, é urgente uma maior correspondência entre os departamentos do CELAM, e as respectivas Comissões das Conferências Episcopais Nacionais, por meio das frentes de trabalho.
- d) O CELAM, nesta fase, deve preocupar-se muito na reflexão integral e numa continuada e enriquecedora comunhão de experiências no campo pastoral. Entre as matérias cujo estudo seria oportuno que abordasse, atualmente deveriam figurar as comunidades de base.
- e) O CELAM deve aumentar suas relações com os organismos latino-americanos e mundiais para um melhor serviço ao continente.

B) Outras exigências da pastoral de conjunto

1. Renovação pessoal

1. A Pastoral de Conjunto, levando em conta o momento atual da Igreja na América Latina, além da já mencionada reforma de estruturas, exige: a) uma renovação pessoal, e b) uma ação pastoral devidamente planejada de acordo com o processo de desenvolvimento da América Latina.

2. Planificação pastoral

2. A renovação pessoal implica um processo de contínua mentalização ou ajornamento, de dois pontos de vista:

- a) teológico-pastoral, fundamentado nos documentos conciliares e na teologia vigente; e
- b) pedagógico, proveniente de um contínuo diálogo apoiado na dinâmica de grupo e na revisão da ação levada a efeito pelas equipes de pastoral, tendendo a criar um autêntico sentido comunitário, sem o qual é totalmente impossível uma genuína Pastoral de Conjunto.

Esta renovação pessoal deve alcançar todas as esferas do Povo de Deus, criando nos bispos, sacerdotes, religiosos e leigos, movimentos e associações, uma só consciência eclesial.

3. Exigências pastorais

3. Uma ação pastoral planejada exige:

- a) Estudo da realidade local, com a colaboração técnica de organismos e pessoas especializadas.
- b) Reflexão teológica sobre a realidade.
- c) Levantamento e ordenação dos elementos humanos disponíveis e dos materiais de trabalho; o pessoal especializado deve-se preparar nos diversos institutos nacionais ou latino-americanos.
- d) Determinação das prioridades de ação.
- e) Elaboração do plano pastoral. Para tal, devem ser seguidos os princípios técnicos e sérios de uma autêntica planificação, dentro de uma integração em planos de nível superior.
- f) Avaliação periódica das realizações.

16. MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

1. Descrição da realidade

1.1. A Comunicação Social é hoje uma das principais dimensões da humanidade. Ela inaugurou uma nova época e produz um impacto que aumenta na medida em que avançam os satélites, a eletrônica e a ciência em geral.

Os Meios de Comunicação Social (MOS) abrangem a pessoa na sua totalidade. Plasman o homem e a sociedade e tomam cada vez mais seu tempo livre. Forjam uma nova cultura, produto da civilização audiovisual que, se por um lado tende a massificar o homem, por outro favorece sua personalização. Esta nova cultura, pela primeira vez, se põe ao alcance de todos, alfabetizados ou não, fato que não acontecia com a cultura tradicional, que favorecia apenas uma minoria.

1.1.1. De outra parte, aproximam homens e povos, convertendo-os em próximos e solidários, contribuindo desta forma para o fenômeno da socialização (cf. IM 59), uma das conquistas da época moderna.

1.2. Na América Latina os MCS representam um dos fatores que mais têm contribuído e contribuem para despertar a consciência das grandes massas sobre suas condições de vida, suscitando aspirações e exigências de transformações radicais. Ainda que de forma incipiente, vêm atuando, também, como agentes positivos de mudança através da educação de base, programas de formação e opinião pública etc.

1.2.1. Todavia, muitos destes meios estão vinculados a grupos econômicos e políticos, nacionais e estrangeiros, interessados na preservação do «status quo» social.

1.3. A Igreja empreendeu uma série de iniciativas neste campo. Se algumas não chegaram a preencher sua finalidade pastoral, deveu-se acima de tudo à falta de uma visão clara do que representa a comunicação social em si mesma e ao desconhecimento das condições que seu uso impõe.

2. Justificações

2.1. A Igreja universal acolhe e incentiva os maravilhosos inventos da técnica, sobretudo os que se referem ao espírito humano, e têm aberto novos caminhos à comunicação entre os homens, como a imprensa, o cinema, rádio, televisão, teatro, discos etc. (cf. IM 1).

Também na América Latina a Igreja recebe com prazer a ajuda providencial destes meios, com a firme esperança de que contribuirão cada vez mais para a pro-moção humana e cristã do continente.

2.2. Os MCS são essenciais para sensibilizar a opinião pública no indispensável processo de transformação da América Latina; são essenciais para apoiar esse processo; essenciais para impulsionar os centros de poder que inspi-ram os planos de desenvolvimento, a fim de orientá-los segundo as exigências do bem comum; são essenciais para divulgar ditos planos e promover a participação ativa de toda a sociedade em sua execução, especialmente nas clas-ses dirigentes.

2.3. De igual maneira, os MCS se convertem em agen-tes ativos do processo de transformação, quando se colo-cam ao serviço de uma autêntica educação integral, apta para desenvolver o homem todo, capacitando-o a ser o artífice de sua própria promoção; o que se aplica também à evangelização e ao crescimento na fé.

2.3.1. De outra parte, não se pode ignorar que o uso dos MCS ocupa cada vez mais o tempo livre de todas as cate-gorias de pessoas que buscam neles a distração. Este uso lhes proporciona ao mesmo tempo informação, conhecimentos e influências morais positivas e negativas.

2.4. No mundo de hoje a Igreja não pode cumprir a missão que Cristo lhe confiou de levar a Boa-nova «até os confins da terra», se não emprega os MCS, únicos capazes de chegar efetivamente a todos os homens.

2.4.1. A palavra é o vínculo normal da fé: «Fides ex auditu» (Rom 10,17) . Em nossos tempos, «palavra» também compreende imagem, cores e sons, adquirindo formas variadas através dos diversos MCS. Ademais, os MCS, assim compreendidos, são um imperativo dos tempos presentes para que a Igreja realize sua missão evangelizadora (MI 28,26).

2.5. Finalmente, a Comunicação Social é para a Igreja o meio de apresentar a este continente uma imagem mais exata e fiel de si mesma, transmitindo ao grande público não apenas notícias relativas aos acontecimentos da vida eclesial e suas atividades, mas, sobretudo, interpretando os fatos à luz do pensamento cristão.

2.6. Por todas estas razões, é que o Decreto Inter Mirifica concita a todos os filhos da Igreja para que utilizem os MCS eficazmente, sem a menor dilação e com o máximo empenho. E «insiste com os sagrados pastores para que cumpram sua missão neste campo, intimamente ligada ao seu dever ordinário de pregar» (cf. IM 3).

3. Recomendações pastorais

3.1. O influxo sempre crescente e esmagador que a comunicação social exerce em toda a vida do homem moderno, leva a Igreja a estar presente neste campo, com uma pastoral dinâmica que abarque todos os setores deste amplo mundo.

3.2. Reconhecendo o direito de a Igreja possuir meios próprios, que em alguns casos são necessários para ela, faz-se indispensável um requisito para justificar essa posse: não apenas contar com uma organização que garanta sua eficácia profissional, econômica e administrativa, mas sobretudo que preste um serviço real à comunidade.

3.3. A inserção dos cristãos no mundo de hoje obriga a que estes trabalhem nos MCS alheios à Igreja segundo o espírito de diálogo e serviço assinalado pela Constituição Gaudium et Spes. O profissional católico, chamado a ser fermento na massa, cumprirá melhor sua missão se integrar nesses meios para ampliar os contatos entre a Igreja e o mundo, e, ao mesmo tempo, contribuir na sua transformação.

3.4. Dada a dimensão social destes meios e a escassez de pessoal habilitado para neles atuar, urge suscitar e promover vocações no campo da comunicação social, especialmente entre os leigos.

3.5. Este pessoal deve receber uma adequada formação apostólica e profissional, de acordo com os diversos níveis e categorias de suas funções; a formação deverá incluir tanto conhecimentos teológicos, como sociológicos e antropológicos que exigem as realidades do continente.

3.6. O trabalho de formação, no que se refere aos usuários da comunicação social, se estenderá às pessoas de todas as condições sociais, e de modo particular aos jovens, para que conheçam, valorizem e apreciem esses meios fundamentais pelos quais se expressa o mundo contemporâneo, desenvolvendo seu sentido crítico e sua capacidade de tomar responsabilmente suas próprias decisões.

É conveniente, pois, que esta capacitação comece desde os níveis inferiores do ensino e também esteja incluída na catequese (cf. IM 16).

3.7. Em virtude do caráter de ministros da «Palavra» e de educadores do Povo de Deus, é igualmente necessário que se ofereçam aos bispos, sacerdotes e religiosos de ambos os sexos, cursos que os instruam no significado da comunicação social e no conhecimento das condições que regem sua utilização. Esta formação deve ser matéria de estudo sistemático nos seminários e casas de formação religiosa (cf. IM 15).

3.7.1. Devido à importância que a Igreja concede aos MCS, pedimos aos superiores eclesiásticos que facilitem a capacitação e dedicação de sacerdotes, religiosos e religiosas à tarefa específica da formação, assessoria e inspiração das obras apostólicas, relacionadas com este campo.

3.8. Aos estudiosos e intelectuais, especialmente às seções especializadas das universidades e institutos de MCS, pedimos que aprofundem o estudo do fenômeno da comunicação social em seus diversos aspectos - entre os quais, a Teologia da Comunicação - a fim de especificar cada vez mais as dimensões desta nova cultura e suas projeções futuras. De igual maneira, solicitamos que promovam e utilizem todo tipo de investigações que ensine a melhor adaptar os MCS à uma mais efetiva promoção das distintas comunidades.

3.9. O material adaptado às variadas culturas locais (p. ex.: artigos de imprensa, emissões radiofônicas e tele-visivas etc.) deve ser orientado para a promoção dos valores autóctones e que possam ser recebidos adequadamente pelos destinatários.

3.10. Para os objetivos específicos da Igreja é necessário que, entre outras coisas, se criem e fortaleçam em cada país da América Latina, Escritórios Nacionais de Imprensa, Cinema, Rádio e Televisão, com a autonomia que requer seu trabalho e com a eficiente coordenação entre os mesmos.

3.11. Estes Escritórios devem manter uma estreita relação com os organismos continentais : ULARC, UNDAAL e SAL-OCIC. Da mesma forma, ditos organismos devem prestar toda sua colaboração ao Departamento de Comunicação Social do CELAM, para estruturar planos de nível latino-americano e promover sua execução.

3.12. É indispensável favorecer o diálogo sincero e eficaz entre a hierarquia e todos aqueles que trabalham nos MCS. Este diálogo também deve ser mantido com os que atuam nas estruturas próprias da Igreja com o propósito de estimulá-los e orientá-los pastoralmente.

3.13. Esta atitude de abertura vem de encontro à necessária liberdade de expressão, indispensável dentro da Igreja, conforme o espírito da *Gaudium et Spes*, 92: «A Igreja... consolida um diálogo sincero, o qual, em primeiro lugar, requer que se promova no seio da Igreja uma mútua estima, respeito e concórdia. Reconhecendo todas as legítimas diversidades para abrir com fecundidade sempre crescente, o diálogo entre todos os que integram o único Povo de Deus, tanto os pastores como os demais fiéis. Os laços de união entre os fiéis são muito mais fortes que os motivos de divisão entre eles. Haja unidade no necessário, liberdade no duvidoso e caridade em tudo».

3.14. A Assembléia lembra aos Episcopados Nacionais a disposição do Decreto Inter Mirifica, que em seu n. 18, oferece uma oportunidade excepcional para ensinar aos fiéis a transcendência da mesma na vida do homem e da sociedade.

3.15. As observações e orientações pastorais que mencionamos, põem em relevo a importância que hoje ocupam os MCS; sem eles não se poderá obter a promoção do homem latino-americano e as necessárias transformações do continente. Assim, de todo o exposto, se infere não apenas sua utilidade e conveniência, mas sobretudo a necessidade absoluta de empregá-los, em todos os níveis e em todas as formas, na ação pastoral da Igreja, para conseguir os fins a que esta Assembléia se propôs.

ÍNDICE

Introdução.	2
1. JUSTIÇA..	6
I. Fatos.	6
II. Fundamentação doutrinária.	7
III. Projeções da pastoral social	8
1. Orientação da mudança, social	9
a) A família.	9
b) A organização profissional	9
c) Empresas e economia.	10
Organização dos trabalhadores.	11
Unidade de ação.	11
Transformação do campo.	12
d) Industrialização.	13
2. A reforma política.	13
3. Informação e conscientização.	14
2. PAZ..	17
A situação Latino-Americana e a paz.	17
I. Tensões entre classes e colonialismo interno.	17
II. Tensões internacionais e neocolonialismo externo.	19
III. Tensões entre os países da América, Latina,	21
I. Concepção cristã da paz.	22
II. O problema da violência na América Latina.	23
III. Conclusões pastorais.	26
3. FAMÍLIA E DEMOGRAFIA..	29
I. A família em situação de transformação na América Latina.	29
II. Papel da família na América Latina.	31
1. Formadora de pessoas.	31

- 2. Educadora na fé. 32
- 3. Promotora do desenvolvimento. 32
- III. Problemas de demografia na América Latina, 33
- IV. Recomendações para uma pastoral familiar 36
- 4. EDUCAÇÃO.. 39
 - I. Características da educação na América, Latina. 39
 - II. Sentido humanista e cristão da educação. 41
 - 1. A educação libertadora como resposta a nossas necessidades. 41
 - 2. A educação libertadora e a missão da Igreja. 42
 - III. Orientações pastorais. 43
 - 1. Linhas gerais. 43
 - 2. Relativamente à escola. 45
 - 3. Relativamente à universidade católica. 46
 - 4. Relativamente ao planejamento. 47
- 5. JUVENTUDE. 50
 - 1. Situação da juventude. 50
 - 2. Critérios básicos para orientação pastoral 53
 - 3. Recomendações pastorais. 54
 - 3.2. A) Com relação à juventude em geral 54
 - 3.5. B) Com relação aos movimentos juvenis. 56
- 6. PASTORAL DAS MASSAS. 57
 - I. Situação. 57
 - II. Princípios teológicos. 59
 - III. Recomendações pastorais. 61
- 7. PASTORAL DAS ELITES. 63
 - I. Situação. 63
 - a) Fatos. 63
 - b) Tipos. 64
 - c) Atitudes na fé. 65

II. Princípios. 66

III. Recomendações Pastorais. 67

a) De caráter geral: 67

b) De caráter especial: 67

1. Artistas e homens de letras. 67

2. Universitários (estudantes) 68

3. Grupos econômico-sociais. 69

4. Poderes militares. 69

5. Poderes políticos. 69

8. CATEQUESE. 71

I. Necessidade de uma renovação. 71

II. Características da renovação. 72

III. Prioridades na renovação catequética. 73

IV. Meios para a renovação catequética. 75

V. Conclusões. 76

9. LITURGIA.. 78

I. Dados gerais sobre a situação na América Latina. 78

II. Fundamentação teológica e pastoral 78

III. Recomendações. 82

10. MOVIMENTOS LEIGOS. 86

I. Constatações. 86

II. Critérios teológico-pastorais. 88

III. Recomendações pastorais. 90

11. SACERDOTES. 92

I. Observações sobre a situação atual 92

1. Motivação. 92

2. Diversidade das situações concretas. 92

3. O quantitativo e o qualitativo em relação aos sacerdotes. 92

4. Consideração das carismas sacerdotais. 93

5. Aspectos da crise pessoal 93

II. Elementos de reflexão pastoral 95

1. Sacerdócio de Cristo. 95
2. Comunhão hierárquica. 96
3. Comunidade eclesial 97
4. Serviço ao mundo. 97

II. Algumas conclusões orientadoras. 98

1. Espiritualidade. 98
2. Ministério. 99
3. Diálogo e cooperação. 99
4. Valores culturais. 100
5. Modo de vida. 100

IV. Saudação fraternal 101

1. A nossos presbíteros. 101
2. Aos que estão em crise. 101
3. Aos que se afastaram.. 102

12. RELIGIOSOS. 103

América Latina. 103

Ajornamento. 105

Participação no desenvolvimento da vida religiosa. 106

Pastoral de conjunto. 109

Leigos consagrados na Vida Religiosa e nos Institutos Seculares. 110

Necessidade de centros regionais de decisão. 111

Os Religiosos na vida do Povo de Deus sob a coordenação da Hierarquia. 111

13. FORMAÇÃO DO CLERO.. 113

I. Realidade da Igreja na América Latina. 113

1.2. Estado atual da formação ao clero. 113

1.2.1. Diaconato permanente. 113

1.2.2. Formação sacerdotal 114

1.2.2.1, Seminaristas. 114

1.2.2.2. Seminários. 114

2. Pressuposto teológico. 115

3. Orientações pastorais. 116

3.1. Formação espiritual 116

3.1.1. Capacidade para ouvir fielmente a Palavra de Deus. 116

3.1.2. Uma espiritualidade marcada pelos conselhos evangélicos. 117

3.1.3. Espírito de serviço. 117

3.1.4. Experiência pessoal e amor a Cristo. 118

3.2. Disciplina.	118
3.3. Formação intelectual	118
3.4. Formação pastoral	119
3.5. Pastoral vocacional	119
3.6. Pontos diversos.	120
3.7. Diaconato.	121
14. POBREZA DA IGREJA..	123
I. Realidade Latino-americana.	123
II. Motivação doutrinária.	124
III. Orientações pastorais.	126
15. COLEGIALIDADE.	130
I. Constatações.	130
1. Continentais.	130
2. Eclesiais.	130
a) Fatores positivos.	130
b) Fatores negativos.	131
II. Orientações doutrinárias.	131
III. Orientações pastorais.	133
1. Comunidades cristãs de base.	133
2. Paróquias, vicariatos forâneos e zonas.	134
3. Dioceses.	135
4. Conferências episcopais.	136
5. Organismos continentais.	138
1. Renovação pessoal	139
2. Planificação pastoral	139
3. Exigências pastorais.	139
16. MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.	140
1. Descrição da realidade.	140
2. Justificações.	141
3. Recomendações pastorais.	142

[1] Paulo VI, Discurso de Abertura da II Conferência do Episcopado Latino-americano.

[2] Cf. *Populorum Progressio*, n. 10.

[3] Cf. *Populorum Progressio*, n. 30.

[4] A comissão analisou de maneira sumária a situação atual da juventude latino-americana, com exceção ao que se refere ao setor universitário, estudo solicitado especialmente da comissão de “Pastoral das Elites”.

[5] Paulo VI, Discurso de Abertura da II Conferência do Episcopado latino-americano.

[6] Mensagem do Concílio aos Jovens.

[7] João XXIII, *Humanae Salutis*.

[8] No texto, o conceito de “elite” tem um significado puramente descritivo e designa os principais agentes da mudança social, sem qualquer juízo de valor ou conotação classista.

[9] Existem, evidentemente, grupos intermediários que lutam pelas mudanças de estruturas em forma gradativa e mais ou menos acelerada, opondo-se, porém, à violência e aos governos da força.

[10] Cf. *Sacrosanctum concilium*, nn. 8 e 10.

[11] Cf. *Ibid.*, n. 7.

[12] Cf. *Ef.* 1,10.

[13] Cf. *Lumen Gentium*, nn. 3 e 5.

[14] Cf. *Lumen Gentium*, n. 48; *Sacrosanctum concilium*, n. 6.

[15] Cf. *Lumen Gentium*, n. 8; *Sacrosanctum concilium*, n. 2.

[16] Cf. *Lumen Gentium*, n. 48; *Sacrosanctum concilium*, n. 8.

[17] Cf. *Lumen Gentium*, n. 1; *Sacrosanctum concilium*, n. 47.

[18] “Parece-nos oportuno chamar a atenção a este respeito sobre dois pontos doutrinários: o primeiro é a dependência da caridade para com o próximo da caridade para com Deus. Conheceis os ataques que sofre em nossos dias, esta doutrina de claríssima e inexpugnável derivação evangélica...” (Discurso de Paulo VI na inauguração da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, Bogotá, 24 de setembro de 1968).

[19] Cf. *Ef.* 1,5.12.14; *Sacrosanctum concilium*, n. 7.

[20] Cf. *Rom* 3,23; cf. também *Sacrosanctum concilium*, n. 10.

[21] Cf. *Flp* 2,5.

[22] Cf. *Presbyterorum ordinis*, n. 6.

[23] Cf. *gaudium et spes*, n. 43.

[24] Cf. *Ibid.*, n. 41.

[25] Cf. *Sacrosanctum concilium*, n. M2. (?)

[26] Sobre o sentido bíblico de “glória”, pode-se ver essa palavra no *Vocabulário de Teologia Bíblica*, ed. Herder.

[27] Cf. *Sacrosanctum concilium*, n. 33.

[28] Cf. *Sacrosanctum concilium*, n. 41.

[29] Cf. *Perfectae caritatis*, n 6; *Sacrosanctum concilium*, nn. 26 e 27.

[30] Cf. *Sacrosanctum concilium*, nn. 5 e 6.

[31] Cf. *Sacrosanctum concilium*, n. 2; *Ad gentes*, n. 15.

[32] Cf. *Sacrosanctum concilium*, n. 11,12 e 48; *Gaudium et spes*, n. 43. “Associar o povo de Deus à celebração hierárquica e comunitária dos santos ritos, exercitando, não só formalmente, senão também sincera e cordialmente a caridade fraterna” (Paulo VI, Discurso de Abertura da Conferência).

[33] Cf. *Sacrosanctum concilium*, nn. 9 e 35,3.

[34] Cf. *Sacrosanctum concilium*, n. 37; *Ad gentes*, n. 22; *Gaudium et spes*, n. 44.

[35] Cf. *Sacrosanctum concilium*, n. 37; *Lumen gentium*, n. 13;

[36] Cf. *Gaudium et spes*, nn. 1 e 42.

[37] Cf. *Sacrosanctum concilium*, nn. 11 e 48.

[38] Assim, por exemplo, uma liturgia exequial não deve expressar somente o natural sentido de tristeza, mas também p sentido de fé e esperança cristãs na ressurreição (Cf. prólogo do Novo ritual de exéquias).

[39] Cf. *Sacrosanctum concilium*, nn. 22,1 e 41; *Christus Dominus*, n. 15; *Lumen gentium*, n. 26.

[40] Cf. *Sacrosanctum concilium*, n. 41.

[41] Cf. *Sacrosanctum concilium*, n. 22,1; Instr. “*Inter œcumenici*”, n. 22.

[42] Cf. *Sacrosanctum concilium*, nn. 45 e 46; Instr. “*Inter œcumenici*”, n. 47.

[43] Cf. *Sacrosanctum concilium*, n. 22,2.

[44] Cf. *Sacrosanctum concilium*, n. 40.

[45] Cf. *Sacrosanctum concilium*, nn. 15, 16 e 44.

[46] Cf. *Sacrosanctum concilium*, n. 23.

[47] Cf. *Sacrosanctum concilium*, nn. 46 e 119.

[48] Cf. *Sacrosanctum concilium*, nn. 126, 127 e 129.

[49] Cf. *Sacrosanctum concilium*, n. 59.

[50] Cf. *Sacrosanctum concilium*, n. 35,4.

[51] Cf. *Sacrosanctum concilium*, n. 13.